UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

MESTRADO PROFISSIONAL EM HISTÓRIA

ANA CRISTINA BEZERRA COSTA

O IMPÉRIO E O IMPERADOR ATRAVÉS DA VIAGEM DE D. PEDRO II À PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1859

Recife - PE

2019

ANA CRISTINA BEZERRA COSTA

O IMPÉRIO E O IMPERADOR ATRAVÉS DA VIAGEM DE D. PEDRO II À PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1859

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Professor Orientador: Dr. Tiago da Silva Cesar

Recife - PE

2019

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANA CRISTINA BEZERRA COSTA

O IMPÉRIO E O IMPERADOR ATRAVÉS DA VIAGEM DE D. PEDRO II À PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO EM 1859

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco – Mestrado Profissional, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Data de Aprovação – 28/11/2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Tiago da Silva Cesar (Orientador e Presidente da Banca)
Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP

Profª. Drª. Suzana Cavani Rosas (Titular Externo)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena (Titular Interno)
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

À minha família e aos meus amigos

AGRADECIMENTOS

Durante este trabalho, encontrei grandes incentivadores que me ajudaram a superar o grande desafio que é desenvolver uma pesquisa. A todos dirijo meus sinceros agradecimentos: sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço a Tiago da Silva Cesar, professor orientador desta pesquisa, pelo grande incentivo a cursar tanto a Especialização em História do Nordeste quanto o Mestrado Profissional em História da Universidade Católica de Pernambuco. Obrigada pela amizade, paciência, atenção, pelas longas e esclarecedoras conversas e pelas cuidadosas revisões do texto.

Muito obrigada aos professores Flavio Cabral, Helder Remígio, Ricardo Pacheco, Ana Claudia Santos, Juliano Domingues e Maria Emília dos Santos pela dedicação e ensinamentos durante o mestrado.

Agradeço aos professores Paulo Henrique Fontes Cadena e Suzana Cavani Rosas por terem aceito compor a banca de avaliação deste trabalho e pelas prestimosas indicações fornecidas na fase qualificatória.

Obrigada à minha amada família: irmãos, cunhadas, primos e sobrinhos pelo grande incentivo. À minha mãe querida, D. Zita, pela companhia, cafezinhos e lanchinhos trazidos durante as muitas horas de estudo. Aos meus amados filhos, Matheus e Gabriel, pelo apoio e pela compreensão nos muitos momentos em que deixei de dar a atenção devida.

Aos amigos do Mestrado, obrigada pelo apoio nas horas difíceis e pelos maravilhosos momentos que passamos juntos. Guardarei para sempre!

Um afetuoso e agradecido abraço aos queridos amigos da Secretaria da Fazenda de Pernambuco/GEAF3, colegas de trabalho e de grandes aventuras: Jorge e Ricardo Neves, Maurício, Ricardo Paiva, Rogério, Sérgio, Luciano, Salathiel, Daniela, Marcus, Fernando, Betânia e Robson. A Márcio, obrigada pelo apoio e por prestigiar as palestras. A Jorge Luiz, obrigada pelo constante incentivo e pelos livros fundamentais na pesquisa. À minha querida amiga-irmã Stella, presença fundamental em todas as horas, obrigada pelos longos anos de amizade sincera,

pelo constante incentivo e por não ter me deixado desistir. Ao amigo Sérgio Ferraz, muito obrigada pelo incentivo e pelas valorosas orientações.

Quero agradecer também o apoio e atenção que sempre recebi durante as pesquisas realizadas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano - IAHGP e no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE.

Por fim, agradeço imensamente ao meu amado Alexandre pela compreensão, pelo carinho e constante incentivo no decurso deste trabalho. Agradeço, também, pela atenciosa e agradável companhia nas muitas visitas realizadas em busca dos caminhos de D. Pedro II por estas plagas.

Muito obrigada a todos vocês.

RESUMO:

A presente dissertação procurou identificar e analisar as principais razões para a vinda de D. Pedro II ao norte do país, em especial para a província de Pernambuco. Os estudos sobre a viagem do Imperador e sua comitiva em 1859 interpretam este deslocamento como parte de uma estratégia política de reforçamento da imagem do Imperador e da própria monarquia. Não obstante, um novo olhar sobre as fontes e o diálogo profícuo com a historiografia permitem avaliar a visita de 1859 sob a perspectiva mais concreta de ganhos políticos imediatos, complementando o que até aqui se escreveu. De início, estudamos a política, a economia e a sociedade pernambucanas ao final da década de 1850. Posteriormente, partindo das publicações nos principais jornais locais e da corte, das cartas trocadas entre influentes políticos pernambucanos além da vasta historiografia, examinamos o cenário político nacional e pernambucano em 1859 e as estratégias adotadas pelo Imperador na condução do governo. Em seguida, tomando por base as detalhadas anotações feitas pelo imperador em seu diário e as matérias de jornais locais, analisamos os itinerários realizados, os contatos mantidos, os eventos promovidos pela elite, o suporte financeiro concedido às entidades locais assim como as condecorações conferidas e procuramos desvendar quais os propósitos de D. Pedro II para Pernambuco que justificaram o seu afastamento da Corte. Por fim, sugerimos um roteiro de visitação a alguns locais percorridos pela comitiva imperial no Recife como apoio no ensino sobre os rituais, símbolos e estratégias de governo da monarquia brasileira, em especial do Segundo Império.

Palavras-chave: Viagem ao norte do Brasil. D. Pedro II. Província de Pernambuco. Século XIX.

ABSTRACT:

This dissertation sought to identify and analyze the main reasons for the coming of D. Pedro II to the north of the country, especially for the province of Pernambuco. Studies on the Emperor's voyage and his entourage in 1859 interpret this shift as part of a political strategy to reinforce the image of the Emperor and the monarchy itself. Nevertheless, a fresh look at the sources and the fruitful dialogue with historiography allow us to evaluate the 1859 visit from the more concrete perspective of immediate political gains, complementing what has been written so far. At first, we studied Pernambuco's politics, economy and society in the late 1850s. Later, starting from publications in the main local newspapers and the court, from letters exchanged between influential Pernambuco politicians beyond the vast historiography, we examined the national political scene at Pernambuco in 1859 and the strategies adopted by the Emperor in conducting the government. Then, based on the detailed notes made by the emperor in his diary and the articles from local newspapers, we analyzed the itineraries made, the contacts maintained, the events promoted by the elite, the financial support given to the local entities as well as the awarded awards and We seek to unravel the purposes of D. Pedro II for Pernambuco that justified his removal from the Court. Finally, we suggest a visitation guide to some places traveled by the imperial entourage in Recife as support in teaching about the rituals, symbols and strategies of government of the Brazilian monarchy, especially of the Second Empire.

Keywords: Travel to the north of Brazil. D. Pedro II. Province of Pernambuco. XIX century.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 5

RESUMO: 7

SUMÁRIO 9

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES 11

ABREVIATURAS 12

INTRODUÇÃO 14

1. PERNAMBUCO E O IMPÉRIO EM 1859 18

1.1. As oligarquias políticas 18

1.2. A economia canavieira 27

1.3. A sociedade recifense 38

2. MOTIVAÇÕES PARA A VIAGEM AO NORTE 54

2.1. Estrutura político-administrativa no Segundo Império 54

2.2. As regras eleitorais vigentes entre 1824 e 1855 55

2.3. As falhas do processo de representatividade 58

2.4. O Imperador D. Pedro II e o exercício do poder 62

2.5. A instabilidade ministerial no Segundo Império 66

2.6. Atuação do Partido Conservador no início da década de 1850 68

2.7. O Gabinete da Conciliação 70

2.8. A reforma eleitoral de 1855 75

2.9. A conciliação na província e a primeira eleição distrital em Pernambuco 78

2.10. O cenário político no segundo semestre de 1859 84

3. A ESTADA DO IMPERADOR EM PERNAMBUCO 95

3.1 A estratégia de conciliação promovida por D. Pedro II em Pernambuco 98

3.1.1 Condecorações distribuídas na volta do Imperador à Corte 104

3.1.2 Os resultados políticos da visita imperial ao Norte 106

3.2 A Consolidação da imagem do Imperador 107
3.2.1 A imprensa pernambucana e a construção da imagem de D. Pedro II 112
3.2.2 Os Passos de D. Pedro II em Pernambuco 117
4. ROTEIRO DE VISITAÇÃO: "*O RECIFE IMPERIAL"* 126
CONSIDERAÇÕES FINAIS 143
Apêndice nº 1 - Gabinetes Ministeriais da Década de 1850 146
Apêndice nº 2 – Presidente da Província de Pernambuco entre 1835 e 1860 148
Apêndice nº 3 – Deputados Gerais eleitos por Pernambuco na Primeira Lei dos Círculos. 149
Apêndice nº 4 – Senadores por Pernambuco em 1859 149
Apêndice nº 5 – Quadro demonstrativo receita de alfândegas/consulados 150
Apêndice nº 6 – Quadro resumo do total da receita das alfândegas e consulados 151
Apêndice nº 7 - Distribuição dos principais títulos e comendas a pernambucanos 152
Apêndice nº 8 - Deputados gerais por Pernambuco e suplentes agraciados 154
Apêndice nº 9 – Deputados gerais por Pernambuco - 11ª Legislatura 155
Apêndice nº 10 – Principais doações efetuadas por D. Pedro II em Pernambuco 156
Apêndice nº 11 – Diário resumido de D. Pedro II em Pernambuco em 1859 157
Apêndice nº 12 – Instruções de D. Pedro II para a Viagem ao Norte 161
Apêndice nº 13 – Preparativos para receber a comitiva imperial no Recife 162
Apêndice nº 14 – Carta da Condessa de Barral à Imperatriz D. Teresa Cristina 164
Apêndice nº 15 – Pares das quadrilhas no baile de despedida 166
REFERÊNCIAS 167

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Imagem nº 1 - Evolução da Produção Mundial de Açúcar de Cana e Beterraba 30
Imagem nº 2 - Preço do Açúcar no Mercado Internacional 37
Imagem nº 3 – Principais Produtos de Exportação no Brasil 37
Imagem nº 4 - Passeio Público e Cais do Colégio 41
Imagem nº 5 - Mortalidade por epidemias no Recife 1852 a 1860 50
Imagem nº 6 - Sistema de Votação vigente entre 1824 e 1855 57
Imagem nº 7 - Número de Deputados por província 58
Imagem nº 8 - Honório Hermeto Carneiro Leão, O Marquês do Paraná 74
Imagem nº 9 - D. Pedro II em 1861 95
Imagem nº 10 - Trecho do diário de D. Pedro II 110
Imagem nº 11 - Homenagem a D. Pedro II publicada pelo Jornal do Recife 115
Imagem nº 12 - Principais cidades visitadas por D. Pedro II em Pernambuco 118
Imagem nº 13 - Passagem do préstito imperial no dia da chegada no Recife 120
Imagem nº 14 - Beija-mão no Palácio Imperial por ocasião do aniversário do Imperador .. 125
Imagem nº 15 - Mapa do Recife, 2019 126
Imagem nº 16 - Desembarque da comitiva imperial no Cais do Colégio 127
Imagem nº 17- Cais do Colégio, Igreja da Madre de Deus e prédio da Alfândega 128
Imagem nº 18 - Rua do Imperador D. Pedro II e parte do Largo do Colégio em 1865..... 130
Imagem nº 19 - Palácio do Governo da Província de Pernambuco 131
Imagem nº 20 - Teatro de Santa Isabel 133
Imagem nº 21- Casa de Detenção e obras do Hospital D. Pedro II 134
Imagem nº 22 - Rio Capibaribe e o Palacete do Conde da Boa Vista 135
Imagem nº 23 - Casa do Barão de Beberibe, atual Museu do Estado de Pernambuco 141

ABREVIATURAS

AVC – Arquivo do Visconde de Camaragibe no IAHGP
APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano
CI – Constituição Imperial
IAHGP – Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano
IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
RIHGB – Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

INTRODUÇÃO

Segundo seus biógrafos, D. Pedro II, a despeito da cordialidade habitualmente demonstrada e da obstinação em governar o país de acordo com as normas constitucionais, exercia na Corte o poder de forma centralizada e não abria mão do controle político do império. Ademais, agia de forma metódica, estratégica e detalhadamente planejada. Estas características do Imperador, o curto espaço de tempo entre o anúncio da viagem e a partida, além do longo tempo sem se afastar da Corte (12 anos desde a última viagem) trazem indícios de que a visita ao norte, em 1859, não se sustentaria apenas na busca do *conhecer para melhor governar*, como afirma o próprio monarca. Além do mais, não ocorreram outros deslocamentos pelo país[1], como pretendera (GOUVÊA, 178, p.99), até a declaração de guerra ao Paraguai, em 1865, quando D. Pedro partiu para o Rio Grande do Sul.

Assim, para este estudo, partimos do princípio de que existiam questões importantes no Norte do país em 1859 que exigiram a presença e a intervenção direta do Imperador. Nosso propósito é identificar e analisar o que de fato motivou o deslocamento.

Por outro lado, apesar das especificidades daquele momento, a viagem do Imperador não pode ser dissociada de seu caráter de fortalecimento de símbolos como instrumentos de poder real. O exercício do poder está respaldado na utilização de rituais, símbolos e costumes, e estes têm o papel de comunicar eficientemente à população quem, ou que classe social, efetivamente o exerce (BOURDIEU, 1989 p. 7-15). Todo sistema de governo promove a divulgação da imagem do seu governante lançando mão de “aparatos teatrais para representar e encenar o poder” como forma de fortalecer o país e sua figura enquanto chefe de Estado, seja ele rei, presidente, primeiro-ministro ou ditador. Entretanto, é em regimes monárquicos onde a etiqueta, festas e insígnias possuem tal importância que delas dependem a própria sobrevivência do sistema. Nesta forma de governo, a pessoa do monarca ocupa lugar central e a sociedade gira em torno dele. As

[1] A exceção de duas rápidas viagens a Poços de Caldas-MG em 1861 para conhecer as águas termais e Juiz de Fora-MG em 1865 (SCHWARCZ, 1998, p. 360)

visitas às localidades mais afastadas da Corte também devem ser tomadas como estratégias das monarquias com o objetivo de reafirmar seu domínio (SCHWARCZ, 2001, p. 18 a 37).

Objetivando, assim, “organizar moralmente a nacionalidade e formar uma elite”, durante o segundo reinado, algumas imagens foram estrategicamente escolhidas para serem valorizadas e outras para serem ocultadas. O “triângulo imagético nacional” passou a ser composto por: 1) natureza, 2) índios (os belos naturais) e 3) o próprio D. Pedro II (SCHWARCZ, 2015). Na década de 1840, a monarquia brasileira utilizou a estratégia de viagens com o propósito de promover a imagem do jovem Imperador, consolidar o império e demarcar simbolicamente as fronteiras da nação. Antes da viagem de 1859, D. Pedro havia visitado por seis meses, em 1845, as províncias de Santa Catarina, São Pedro do Rio Grande do Sul e São Paulo, além do interior da província do Rio de Janeiro, em 1847. O principal foco dessas duas viagens era mostrar-se aos súditos, já que até aquela época, D. Pedro II só havia se ausentado da Corte para rápidas incursões até Santa Cruz, Sepetiba e Correias, localizadas na própria província de São Sebastião do Rio de Janeiro (GOUVEA, 1986, p. 22). No Rio Grande do Sul visitou diversas cidades e encontrou-se com o coronel Bento Gonçalves, um dos líderes da Farroupilha, revolução que separou aquela província do Império durante dez anos. Em São Paulo, assistiu a exames na Faculdade de Direito e visitou o interior. Já no Rio, esteve nos engenhos de açúcar nas redondezas da cidade de Campos. Em todas as ocasiões foi ciceroneado pela elite e efusivamente festejado pela população em geral. Seguindo a estratégia de firmar laços de fidelidade com a monarquia, ofereceu anistia e conciliação aos revoltosos e condecorou lideranças políticas e econômicas (GOUVÊA, 1986, p. 21 a 43).

É evidente o uso das viagens como estratégia política por parte da Coroa brasileira, contudo, houve um intervalo de cerca de 12 anos entre as viagens pelo sul e sua visita ao norte do país. Esse lapso temporal nos leva a crer que, entre 1847 e 1859, as incursões pelo império deixaram de ser a prioridade. Apenas uma conjuntura relevante levaria a um novo deslocamento da comitiva imperial. A discussão de questões polêmicas na Assembleia Geral, a implantação da política de conciliação, além do caráter controlador de D. Pedro II, justificaram a

permanência do Imperador na Corte. Apesar de alertado por D. Francisca, sua irmã, e por Varnhagen[2] sobre a importância de se visitar o Norte do país, apenas em 1859, diante de um difícil quadro político na Corte, D. Pedro II decidiu retomar as viagens, aproveitando o recesso parlamentar e tendo em vista as eleições do ano seguinte.

No final da década de 1850, o império enfrentava uma grave crise de governabilidade causada, primordialmente, pelos conflitos entre os poderes Executivo e Legislativo. Tais contendas congestionavam a tramitação de matérias fundamentais, como a proposta orçamentária, e desgastavam os gabinetes ministeriais. Os problemas de legitimidade na representação parlamentar persistiam, apesar da reforma eleitoral de 1855.

Em termos de conflitos entre a Câmara de Deputados e o governo, o ano de 1859 em muito se assemelhava ao de 1853, período em que a forte oposição parlamentar ao ministério do Visconde de Itaboraí fez rachar o Partido Conservador, exigindo a interferência da Coroa, que, encabeçada por D. Pedro, não tardou em buscar uma política de conciliação. Diante desse cenário e da queda de mais um ministério em agosto de 1859, D. Pedro optou por recorrer ao seu capital simbólico e, de forma estratégica, visitou o Norte do país.

Além dos objetivos políticos, os biógrafos também ressaltam o gosto de D. Pedro II pelas viagens e sua sede inesgotável de conhecimento. Realizou viagens pelo Brasil e três longas jornadas ao exterior nas décadas de 1870 e 1880. De personalidade extremamente metódica, o Imperador preocupava-se em estudar previamente e planejar em detalhes todos os deslocamentos. Os roteiros eram seguidos de forma rigorosa, anotando minuciosamente em seus diários, incluindo desenhos das características naturais e principais construções dos locais visitados, das gentes, além dos contatos e conversas mantidas (CARVALHO, 2007, p. 139; BARMAN, 2012, p. 273-274).

[2] Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1879) foi um engenheiro, militar, diplomata e historiador brasileiro.

Muitos biógrafos do Imperador atentaram para o caráter político da viagem de 1859 (SCHWARCZ, 1998, p. 357, 2001, p. 143; CARVALHO, 2007, p. 139; BARMAN, 2012, p. 275; GOUVÊA, 1978, p. 45 a 47). Entretanto, nenhum deles relacionou o deslocamento com os agitados acontecimentos daquele momento.

Este trabalho, sem pretender esgotar o tema, procurou detalhar as diversas nuances que ensejaram a visita da comitiva imperial ao Norte do país. Optou-se por três linhas de abordagem à questão: econômica, focando o mercado da cana-de-açúcar; social, devido ao passado revolucionário da província pernambucana e o temor de perda da unidade territorial do país e, finalmente, política. Para tanto, empreendeu-se uma revisão bibliográfica para compreender a organização sócio-política e econômica da província nas décadas que antecederam a visita imperial, constituindo-se, assim, o primeiro capítulo intitulado *Pernambuco e o Império em 1859.*

No capítulo *Motivações para a viagem ao Norte,* analisou-se a política no Império, desde a estrutura político administrativa passando pelas eleições durante o Segundo Reinado até o exercício do Poder Moderador pelo Imperador, além das relações partidárias e a formação dos gabinetes ministeriais. O capítulo encerra com uma interpretação do cenário político na Corte e na província pernambucana no final da década de 1850, assim como o exame das articulações empreendidas pelo Imperador visando estabilizar o governo.

No capítulo *A estada do Imperador em Pernambuco,* discutiu-se os objetivos de D. Pedro II para à província de Pernambuco, identificando os diversos eventos em que o Imperador tomou parte e o peso político de cada aparecimento real.

Ao final do trabalho, o capítulo *Roteiro de Visitação "O Recife Imperial"* propõe um itinerário a abrangendo os locais percorridos pela comitiva imperial na capital pernambucana e que pode ser utilizado por professores de História no ensino dos rituais e símbolos da monarquia brasileira atrelados às estratégias de governo do segundo reinado.

1. PERNAMBUCO E O IMPÉRIO EM 1859

Na Assembleia Geral de 11 de setembro de 1859, D. Pedro II declarou que viajaria ao norte do país "para melhor conhecer as províncias do *seu* Império, cujos melhoramentos morais e materiais *seriam* o alvo de *seus* constantes desejos e dos esforços do *seu* governo". Intencionava visitar as províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Espírito Santo. Pernambuco, em concreto, ocupava o posto de uma das mais importantes províncias do Império, cujo porto respondia por cerca de 20% da receita da Coroa, que exercia grande influência no governo da Corte, produzia quase a metade do açúcar do país. Possuía uma população predominantemente negra e parda, católica e analfabeta em sua maioria e, ademais, detinha uma forte tradição em revoltas liberais. Essa, resumidamente, era a província que o Imperador e sua comitiva viriam conhecer de perto.

1.1. As oligarquias políticas

Durante o período regencial (1831 a 1840), a organização de facções políticas estava mais associada aos ideais pessoais de um líder, ligações de parentesco e a interesses específicos do que propriamente a uma ideologia. Neste ambiente formaram-se dois grupos na Câmara: o maior deles, formado pelos grandes proprietários de terras e abastados comerciantes, apoiava o Imperador, defendia um Estado forte e centralizado, congregava a maioria dos deputados e controlava as nomeações para os cargos do governo. O outro grupo se alinhava às oligarquias locais, estava excluída das benesses governamentais e contava com o apoio das classes intermediárias da sociedade. Essas foram as bases do que viria ser o Partido Conservador e o Partido Liberal que se alternaram no poder no Brasil imperial e que em Pernambuco ficaram conhecidos como "guabirus" [3] e "praieiros" [4] (NEEDELL, 2009, p. 7 e 8).

[3] A denominação "guabiru" foi dada aos conservadores ou Partido da Ordem em Pernambuco, também conhecidos como *baronistas,* em referência à Francisco do Rego Barros, o Barão da Boa Vista. O guabiru é um rato conhecido por roubar lixo e comida e o vocábulo é sinônimo de larápio, gatuno, ladrão, vigarista. Em 25/11/1844 o periódico *O Guarda Nacional* (nº 129) publicou o artigo *Nova Denominação dos Baronistas* comparando seus integrantes ao "ratinho", que "furta, e corre, e nega, e tem mais medo de um praieiro disposto do que de tudo

Até 1844, o quadro político em Pernambuco se manteve dominado pela oligarquia conservadora Rego Barros-Cavalcanti de Albuquerque, respaldada pela Corte, e que contou, em algumas ocasiões, com o Marquês de Olinda. Durante o período de 1845 a 1848, a província esteve sob o "pleno domínio da Praia"[5] com Antônio Pinto Chichorro da Gama e seus aliados acuando os "guabirus". Após a esmagadora derrota dos praieiros em 1849[6], a década de 1850 foi marcada pela volta dos conservadores ao poder e pelos esforços de reorganização da oposição com a criação da Sociedade Liberal Pernambucana pelos remanescentes "praieiros"[7] (ROSAS, 1998).

Em Pernambuco, o núcleo identificado com os conservadores era formado por três vertentes. Embora fossem grupos independentes, tinham o objetivo comum de se perpetuarem no poder e, dependendo dos interesses e conveniências de cada um, faziam ocasionalmente alianças entre si. Uma delas estava representada pelo futuro Marquês de Olinda, Pedro de Araújo Lima[8]; outra pela família Rego Barros, na figura dos irmãos Sebastião do Rego Barros e Francisco do Rego Barros, futuro Conde da Boa Vista; e, por fim, pela maior e mais importante ala, a formada pela família Cavalcanti de Albuquerque (CADENA, 2011, p. 16, 20, 60 e 173). Tanto os Rego Barros quanto os Cavalcanti de Albuquerque[9], parentes próximos[10], eram senhores de engenho e, junto com o Marquês de Olinda[11],

---

quanto há. Fique pois adotada a denominação [...] – os guabirus de Pernambuco." (QUINTAS, 2004, p. 41).

[4] O nome "praieiro" teria sido dado por Sebastião do Rego Barros, a título de escárnio, pelo fato do *Diário Novo,* jornal de divulgação do grupo liderado por Joaquim Nunes Machado, o Partido Nacional Pernambucano, situar-se na Rua da Praia em Recife (QUINTAS, 2004, p. 43). Considerava-se o termo ofensivo já que eram nas praias do Rio Capibaribe que se jogavam os dejetos das casas, transportados pelos escravos (CADENA, 2011, p. 144).

[5] Expressão utilizada por Joaquim Nabuco (NABUCO, 1997, p. 95)

[6] A subida do gabinete conservador na Corte, em 1848, retirou os praieiros do poder em Pernambuco, desencadeando a Revolução Praieira.

[7] Os liberais pernambucanos só retornariam ao governo nas eleições de 1864 sob a liderança de Domingos de Souza Leão (futuro Barão de Vila Bela), que havia sido conservador e aliado dos Cavalcanti de Albuquerque até 1861 (ROSAS, 2013, p. 6).

[8] Considerado "ultrarreacionário" (QUINTAS, 2004, p. 54)

[9] Apesar de serem proprietários de vastas terras e engenhos de cana-de-açúcar, a grande fonte de renda dos Filhos do Coronel Suassuna parece ter sido a política, uma vez que os inventários dos Viscondes de Suassuna e Camaragibe registram 10 engenhos, mas a herança do Coronel Suassuna, pai dos Cavalcanti, não foi de tamanha monta (CADENA, 2011, p. 18 e 19)

[10] A mãe dos Rego Barros, d. Maria Ana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque, era irmã de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Coronel Suassuna, pai dos Cavalcanti de Albuquerque (CADENA, 2011, p. 186).

formavam uma nobreza rural fundada na posse da terra e no domínio político e econômico da região (QUINTAS, 2004, p. 17). Alguns dos diversos cargos políticos exercidos pelo Marquês de Olinda, pelos Cavalcanti de Albuquerque e pelos Rego Barros podem ser verificados nos apêndices nºs 1, 2, 3 e 4.

A poderosa família de senhores de engenho Cavalcanti de Albuquerque se compunha dos cinco filhos do Coronel Suassuna: Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda (futuro Visconde de Albuquerque), Luís Francisco de Paula[12], Manuel Francisco de Paula (Futuro Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula (futuro Barão e Visconde de Camaragibe). O outro irmão Cavalcanti, José Francisco de Paula, foi morto ainda jovem em combate na Revolução Pernambucana de 1817 (CADENA, 2011, p. 16, 20 e 60).

Pedro Araújo Lima, considerado por Nabuco o chefe mais graduado dos guabirus[13], teve grande destaque na política da Corte e chegou a ser apelidado de "vice-rei" (CARVALHO, 2007, p. 47). Assumiu a regência do Império após a renúncia do padre Diogo Feijó, em 1837, e em 1840 foi derrotado pelos liberais no episódio conhecido como "golpe da maioridade". Foi Presidente do Conselho de Ministros (gabinetes de 1848 e 1857 e viria a ser novamente nos gabinetes de 1862 e 1865) e Ministro em seis ocasiões, além de Presidente da Câmara de Deputados[14] em três ocasiões. Foi ele o responsável tanto pela condução de Francisco do Rego Barros à presidência da Província de Pernambuco (onde permaneceu, com algumas interrupções[15], de 1837 a 1844) e pela indicação dos irmãos Francisco de Paula e Antônio Francisco de Paula e Hollanda ao Senado[16]. Quando, em 1869, Pedro Francisco de Paula assumiu uma vaga por Pernambuco,

---

[11] O Marquês de Olinda também tem origem em família negociante de escravos e proprietária de engenho em Sirinhaém, Pernambuco (CADENA, 2018, p. 12-18).

[12] Era considerado pelo Marquês de Olinda o mais capacitado dos seis irmãos Cavalcanti de Albuquerque, entretanto faleceu cedo, em 1838, e não chegou a nobilitar-se (CADENA, 2011, p. 15) (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 12)

[13] Observação de Joaquim Nabuco (NABUCO, 1997, p. 107)

[14] Disponível em: http://www2.camara.leg.br. Acesso em 30 mai. 2018.

[15] Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br. Acesso em 11 abr. 2018.

[16] Apesar de indicados ao senado por Pedro de Araújo Lima enquanto regente, Francisco de Paula e Antônio Francisco de Paula e Hollanda tiveram participação ativa no "golpe da maioridade" que tirou o Marquês de Olinda do poder (CARVALHO, 2007, p. 38)

tornou-se o único caso de três irmãos ocuparem cargo de senador no Brasil imperial[17] (CADENA, 2011, p. 16 e 171).

Tão logo os partidos começaram a se estruturar formalmente, por volta de 1837, os Cavalcanti de Albuquerque, estrategicamente, alinharam-se aos conservadores com Francisco de Paula, que atuava mais fortemente na província, e aos liberais capitaneados por Antônio Francisco de Paula e Hollanda, homem de peso na Corte (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 12). Assim, garantia-se à família Cavalcanti de Albuquerque, independentemente da corrente política que estivesse à frente do Conselho de Ministros, sua proximidade ao poder (CADENA, 2011, p. 19). No caso de Hollanda, a situação era curiosa: de acordo com seus interesses e o de seus irmãos, na Corte, ele defendia um Estado descentralizado e se alinhava aos liberais ao desejar autonomia de ação para as províncias. Em Pernambuco, não obstante, receoso das investidas dos liberais exaltados, ficava do lado dos conservadores, seus familiares (NEEDELL, 2009, p. 14).

Os Cavalcanti, que estiveram contra a Coroa em 1801 (Conspiração dos Suassunas) e em 1817, mas a favor em 1824 e 1848, ocuparam postos como ministros, senadores, deputados gerais e provinciais, presidentes e vice-presidente de província, juízes de paz, desembargadores, conselheiros de Estado, militares, dentre outros cargos públicos, além de lente e diretor da Faculdade de Direito do Recife[18] e grão-mestre na loja maçônica Grande Oriente Brasileiro[19].

Os anos em que Pernambuco esteve sob a presidência do Barão da Boa Vista (1837 a 1844) foi o período de maior poder da família Cavalcanti de Albuquerque, quando Francisco de Paula acumulou os cargos de senador e vice-presidente da província, Hollanda Cavalcanti o de senador e, em algumas ocasiões, o de ministro, e Pedro Francisco e Manuel Francisco de deputados provinciais. Por volta de 1840 pode-se afirmar que “Pernambuco estava enfeudado

[17] Embora não simultaneamente, já que Hollanda falecera em 1863.

[18] Cargo exercido por Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe), nomeado como lente em 1830, e como diretor em 1854 (CADENA, 2011, p. 82 e 84). O Visconde, enquanto diretor da Faculdade de Direito do Recife, tinha forte influência na escolha dos lentes e com isso foi responsável pela condução da formação da “elite política imperial e de boa parte da burocracia do Estado” (ROSAS, 2013, p. 10).

[19] Posto ocupado por Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque) de 1838 até 1850 (CADENA, 2011, p. 80).

nas mãos dos Cavalcanti Albuquerque" e que por isso repetia-se nas ruas da província "a famosa quadrinha de Dr. Jerônimo Vilela de Castro Tavares: "Quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado; que ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado" (CADENA, 2011, p. 20 e 30). É importante destacar que os Rego Barros e os Cavalcanti de Albuquerque também se uniram através do matrimônio a outras famílias proprietárias de terras, ampliando seu poder (STRIEDER, 2010).

Segundo Gilberto Freyre (apud MELLO, 1940, p. 16), constituíam uma "das oligarquias mais poderosas que já houve no Brasil: dominando o governo; empolgando títulos de nobreza; fazendo a maior parte das leis provinciais de acordo com seus interesses; repartindo entre si os commandos (sic)" e formando consecutivamente "uma espécie de bastilha que foi preciso a Revolta Praieira para demolir"[20]. Enquanto os Rego Barros-Cavalcanti de Albuquerque permaneceram unidos, foram praticamente imbatíveis, "uma máquina forte e sem adversários" (CADENA, 2011, p. 23, 102 e 152)

Decerto, a província pernambucana tinha uma forte tradição liberal e havia sido palco da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador em 1824. Os remanescentes liberais derrotados nestes movimentos voltaram à cena política na década de 1840 em oposição à oligarquia conservadora dos Rego Barros-Cavalcanti de Albuquerque. Em 1842, Nunes Machado, Lopes Neto, Urbano Sabino e Félix Peixoto formaram o Partido Nacional Pernambucano, apelidado de Partido Praieiro. Congregavam liberais históricos[21], republicanos, ricos proprietários rurais excluídos dos acordos políticos entre liberais e conservadores, além de opositores da oligarquia dominante. Aliaram-se a Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho[22], adversário dos Cavalcanti de Albuquerque na Corte. Em 1844 disputaram e conseguiram eleger-se na província. Utilizaram-se da estrutura eleitoral brasileira que proporcionava aos ministérios na Corte e aos presidentes de província prerrogativas que possibilitavam um alto grau de controle dos pleitos e se

[20] Introdução de Gilberto Freyre ao livro *Memórias de Um Cavalcanti* (MELLO, 1940, p. 16)

[21] Que haviam participado das revoltas de 1817 e 1824

[22] Aureliano Coutinho, futuro Visconde de Sepetiba, havia sido tutor de D. Pedro II e exercia grande influência pessoal sobre o Imperador, motivo pelo qual gozava de livre trânsito no palácio imperial (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 13).

utilizaram disto em proveito próprio. As eleições ocorriam, mas os resultados nem sempre refletiam a vontade popular. (CARVALHO; CÂMARA, 2008).

Em 1844, enquanto os liberais se erguiam, o Barão da Boa Vista[23], após sete anos à frente do governo da província pernambucana, encontrava-se afastado dos Cavalcanti[24], e com prestígio em queda. Além de afastado dos primos, Boa Vista sofrera um grande desgaste à frente do governo. A reserva dos cargos de delegados de polícia para parentes dos Cavalcanti[25] era motivo de insatisfação por parte dos grupos que ficavam de fora das contratações do Departamento de Obras públicas, além dos desmandos e crimes praticados pelos familiares e apadrinhados[26]. Tudo isso gerou ataques à sua administração que veio a cair em abril de 1844, ano em que o Partido Liberal foi chamado pelo Imperador Pedro II para assumir o gabinete ministerial dando início ao chamado "quinquênio liberal" (CADENA, 2011, p. 141 a 149).

Uma vez estando o seu partido no poder na Corte e ele próprio fazendo parte do gabinete liberal de 1844, o Visconde de Albuquerque não poupou esforços em indicar um presidente de província que garantisse os interesses das famílias Rego Barros-Cavalcanti de Albuquerque e de seus aliados. Porém, em julho de 1845, com a queda do Visconde de Albuquerque do ministério, o baiano Antônio Pinto Chichorro da Gama, partidário dos praieiros e adversários políticos dos Cavalcanti, assumiu o governo em Pernambuco, onde permaneceu até abril de 1848 (CADENA, 2011, p. 20, 21 e 153).

---

[23] Sua gestão à frente da província de Pernambuco foi considerada inovadora e marcada por várias obras arquitetônicas e de infraestrutura. Criou a Repartição de Obras Públicas e contratou engenheiros europeus, chefiados pelo francês Louis Léger Vauthier. Entre as obras de destaque estão o Palácio do Governo (Campo das Princesas), o teatro de Santa Isabel, Casa de Detenção do Recife (atual Casa da Cultura), o cemitério de Santo Amaro, a ponte Pênsil do Caxangá (primeira do gênero na América do Sul), a cadeia de Brejo da Madre de Deus e contratou a Companhia Beberibe para instalação do encanamento para abastecimento de água potável no Recife. Em 1841 o corpo do comércio de Recife construiu e lhe ofereceu o Palácio da Rua da Aurora (hoje sede da Secretaria de defesa Social de Pernambuco) "em homenagem aos relevantes serviços que restara em prol do desenvolvimento comercial da província" (COSTA, 1981, p. 389)

[24] Nesta época, Pedro Francisco (futuro Visconde de Camaragibe) começou a se destacar entre os conservadores na província.

[25] Os parentes dos Regos Barros e Cavalcanti abusavam das vantagens que os altos cargos públicos lhes forneciam (CADENA, 2011, p. 141)

[26] Os "crimes de homicídio, roubo de cativos, contrabando de escravos, derrame de moedas falsas" praticados pelos parentes dos Regos Barros e Cavalcanti ficavam impunes (CADENA, 2011, p. 141 e 142)

Durante o chamado “pleno domínio da Praia” que vai de 1844 a 1848, várias medidas foram tomadas para desarticular os conservadores. Um dos objetivos era atacar o “feudalismo” dos senhores de engenho representados pelas oligarquias Rego Barros e Cavalcanti de Albuquerque. Diversos engenhos (em especial os pertencentes aos conservadores), que antes eram considerados terrenos invioláveis, foram vistoriados pela polícia praieira (NABUCO, 1997, p. 101). Mais de 650 autoridades aliadas dos guabirus foram demitidas. Entre esses, delegados e subdelegados da polícia civil e algumas dezenas de comandantes de milícias e da guarda nacional foram substituídos de seus cargos. A política ficou sob o comando dos praieiros liderados por Joaquim Nunes Machado[27] e os guabirus entraram em um período de ostracismo, porém sem deixar de reagir aos ataques dirigidos dos ora detentores do poder provincial. Borges da Fonseca[28], que na revolução lutou ao lado dos praieiros, foi, durante “o pleno domínio da praia”, um ferrenho crítico dos partidários de Nunes Machado, chegando até mesmo a julgá-los “tão nocivos, ou até piores do que o Barão da Boa Vista e os Cavalcanti”. (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 8 e 18)

As diligências policiais realizadas durante o domínio praieiro dirigidas às propriedades dos guabirus fizeram com que eles se organizassem contra o governo da província. Em abril de 1848, ocorreu a “revolta guabiru” quando, em retaliação aos ataques sofridos, os proprietários de terras aliados aos conservadores invadiram fazendas dos praieiros (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 15).

A revolta guabiru ocorreu quando Chichorro da Gama havia substituído na presidência de Pernambuco por Manoel de Souza Teixeira. O novo indicado pelos liberais procurou evitar o confronto com os conservadores e desagradou aos praieiros (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 25). Até setembro de 1848, os praieiros ainda se mantiveram no poder, mas, nessa época, o gabinete liberal na Corte, já mergulhado em desavenças, demitiu-se. D. Pedro convocou os conservadores

[27] Principal líder praieiro e Deputado Geral por Pernambuco com grande destaque no quinquênio liberal (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 6)

[28] Apesar de ferrenho crítico do governo de Chichorro da Gama, quando estourou a revolta Borges da Fonseca arregimentou um pequeno exército e tornou-se um dos líderes da Revolução Praieira (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 8)

mais uma vez chamando Araújo Lima para chefiar o gabinete de ministros. Esse gabinete se manteve por três anos e sete meses no poder, sendo um dos mais longos do Império (CARVALHO, 2007, p. 47 e 53).

Com os conservadores de volta ao poder, teve início a ofensiva contra os praieiros. Apesar da disputa ter tido um caráter eminentemente político, os praieiros (em grande parte senhores de engenhos e proprietários rurais) conseguiram cooptar o povo em geral para suas frentes. A população mais carente, que sofria com os altos preços dos gêneros de primeira necessidade e a falta de empregos, lutava para que o comércio a retalho na província, nas mãos dos portugueses, fosse de exclusividade dos brasileiros. A revolta Praieira teve início em novembro de 1848, mas, na manhã de 2 de fevereiro de 1849, cerca de 1600 homens de várias partes da província[29], inclusive do Recife e Olinda, marcharam até o centro do Recife para tomar de assalto a cidade. Sob o comando de Pedro Ivo[30], Nunes Machado e Borges da Fonseca num verdadeiro "turbilhão popular" (NABUCO, 1997, p. 113). Após mais de 10 horas de combate e dezenas de mortos entre os praieiros e as tropas do governo da província[31], a batalha se encerrou com a morte do Líder Nunes Machado. Foi o fim do ciclo de revoluções liberais com uma esmagadora vitória dos conservadores (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 5, 6, 24 e 25)

Os líderes da Revolução Praieira foram julgados pelo jurista e partidário dos conservadores, Nabuco de Araújo[32]. Embora condenados à morte, tiveram as penas comutadas em prisão perpétua, sendo, posteriormente, anistiados pelo Imperador.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a Praieira marcou a unificação nacional e o início da estabilização econômica do país (SABA, 2010, p. 4). Em julho

[29] Participaram do ataque armado uma grande diversidade de setores da sociedade, desde homens do campo e trabalhadores urbanos a líderes políticos, inclusive rivais como é o caso de Borges da Fonseca (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 7 e 8).

[30] Pedro Ivo Velloso da Silveira, Capitão de Artilharia que atuou como comandante das tropas praieiras que atacaram a cidade do Recife pelo Sul em 02 de fevereiro de 1849. Foi preso após forte resistência. Saiu da prisão em 1851 e faleceu logo depois em viagem à Europa

[31] Apesar do ataque praieiro ter sido inesperado, as tropas do governo provincial que estavam no interior em busca dos rebeldes praieiros, conseguiram se organizar e voltaram para defender a capital (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 6)

[32] Pai do abolicionista Joaquim Nabuco.

de 1849, Honório Hermeto Carneiro Leão[33] (futuro Marquês do Paraná), assumiu a presidência de Pernambuco com a missão de abafar as últimas resistências praieiras. Ao contrário do que se podia supor, não sucumbiu aos Cavalcanti e aliados, adotando uma postura moderada e evitando vinganças pessoais, o que acabou por gerar descontentamento entre os vencedores da revolta (CARVALHO; CÂMARA, 2008, p. 15 e 38). Após debelar os últimos focos de revolta, o Marquês passou a ser mais tolerante com os adversários e sua imprensa (ROSAS, 1998, p. 160). Por esse feito, Honório foi chamado a assumir o gabinete ministerial em 1853 com o objetivo de implementar a política de conciliação promovida por D. Pedro II, que visava a diminuir a força dos partidos e aumentar o controle do monarca sobre estes. Viabilizou as reformas judiciais e eleitorais que aumentaram a força do gabinete ministerial nas eleições (veja-se o item 2.7 O Gabinete da Conciliação). Com essas reformas, o gabinete também seria responsável pelo desenvolvimento financeiro e de infraestrutura do país (NEEDELL, 2009, p. 19 e 20). A política de conciliação do Marquês do Paraná teve forte influência e contribuiu para mitigar a força liberal em Pernambuco (ROSAS, 1998, p. 17)

A década de 1850 foi marcada tanto pela reação conservadora ao “pleno domínio da praia” como pela reestruturação da oposição. Quando da vinda da comitiva imperial em 1859, o Partido Conservador ocupava 12 das 13 cadeiras de Deputado Geral por Pernambuco[34] na 10ª legislatura (1857 a 1860) e detinha amplamente o poder na província desde a derrocada dos praieiros em 1849. Os remanescentes da revolta fundaram a Sociedade Liberal de Pernambuco, que contava com diversos senhores de engenho da zona da mata e do agreste e que tinha como um dos principais objetivos reorganizar o partido liberal na província, orientar eleitores, lutar pela anistia dos condenados pela insurreição e defender a convocação de uma Assembleia Constituinte para executar as reformas desejadas pelos liberais. A Sociedade Liberal de Pernambuco viria a se tornar a Liga

[33] O Marquês do Paraná, talvez por sua formação na Europa (Coimbra), acreditava ter como missão representar um Estado mais imparcial e com “missão civilizadora” diante do atraso social (NEEDELL, 2009, p. 17 e 18).

[34] Conforme o Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855, Pernambuco ocuparia 13 das 118 cadeiras de Deputados na Assembleia Geral, e teria 39 deputados provinciais na 10ª legislatura (1857 a 1860).

Progressista em Pernambuco na década de 1860, e reuniria liberais e conservadores dissidentes (ROSAS, 1998, p. 159 e 160)

1.2. A economia canavieira

A conquista das terras americanas foi uma etapa da expansão comercial europeia. Não apenas Portugal e Espanha, cuja posse do novo continente se *garantia* pelo Tratado de Tordesilhas, mas outras nações em franco crescimento como Holanda, França e Inglaterra também tinham forte interesse no continente e só reconheciam a propriedade das terras americanas efetivamente ocupadas. O comércio português com os índios não demandava mais que algumas feitorias no vasto território brasileiro e não gerava o lucro necessário para manutenção de terras improdutivas. Assim, da necessidade de ocupação e defesa da propriedade na América portuguesa, surgiu a iniciativa político-econômica de iniciar exploração agrícola das terras brasileiras (FURTADO, 2007, p. 25 - 29).

O empreendimento era difícil. Não havia ainda nenhum produto agrícola com comércio de grande escala na Europa e os custos do transporte pelo Atlântico eram altos e arriscados. Por outro lado, os portugueses já produziam açúcar em escala relativamente grande nas ilhas do Atlântico, especiaria cara e em crescente demanda nas mesas europeias à época. Também haviam desenvolvido equipamentos para os engenhos e comerciavam o produto com os holandeses. Além de dominar a técnica de produção açucareira, os portugueses detinham o mercado africano de escravos, dependendo apenas de investimentos financeiros para a implementação da cultura do açúcar no Brasil (FURTADO, 2007, p. 31 - 36).

O empreendimento teve grande sucesso e até metade do século XVII o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. Com a União Ibérica, os holandeses, que estavam em guerra com a Espanha, foram excluídos do mercado do açúcar brasileiro. Para retomar suas posições, invadiram e permaneceram no Brasil por um quarto de século, período em que aperfeiçoaram as técnicas do cultivo da cana. Ao serem expulsos em 1654, os holandeses iniciaram uma produção de açúcar em grande escala nas suas colônias da América Central e das Antilhas, infligindo uma pesada concorrência ao açúcar brasileiro no mercado internacional. Assim como os holandeses, os ingleses (em Cuba) e franceses (no Haiti) também passaram a

cultivar a cana-de-açúcar em grandes propriedades no Caribe. Com a maior oferta do produto no mercado, acarretando queda no preço, a indústria açucareira brasileira se ressentiu. A consequência foi a decadência do setor açucareiro no norte do Brasil que, com baixo consumo interno e totalmente dependente do mercado internacional, amargou perdas substanciais ao longo de um século e meio. Contudo, a estrutura de produção foi mantida e voltou a ser utilizada quando as oportunidades voltaram a surgir (FURTADO, 2007, p. 92 - 106).

No final do século XVIII e início do XIX, diversos acontecimentos mundiais[35] (incluindo a vinda do governo metropolitano para o Brasil e a consequente abertura dos portos) reaqueceram a economia brasileira. O colapso do Haiti, grande colônia açucareira francesa, repercutiu numa onda de prosperidade que beneficiou não só o setor açucareiro, como também as culturas do algodão, produtos tropicais e a produção de couros. O valor total das exportações de açúcar mais que duplicou durante as guerras napoleônicas. Entretanto, como este crescimento estava sustentado em fatores temporários, uma vez cessadas as condições mundiais de anormalidade, a economia brasileira voltou a enfrentar sérias dificuldades no comércio internacional (FURTADO, 2007, p. 141).

Com o bloqueio continental imposto pela Inglaterra, a Europa dominada por Napoleão ficou impedida de receber o açúcar de suas colônias e, assim, deu início à produção do açúcar de beterraba nos primeiros anos do século XIX, que viria a concorrer fortemente com o açúcar da cana a partir da segunda metade do século (veja-se a imagem nº 1). Ainda como consequência da derrocada do governo francês no Haiti, muitos proprietários migraram para a região da Lousiania nos Estados Unidos, introduzindo o plantio da cana naquela região. Aliados a esses fatores, a revolução industrial, em pleno curso na Europa, propiciou o desenvolvimento de novas tecnologias e máquinas para uso na produção do açúcar, tanto de beterraba como de cana, que elevaram a produtividade a níveis inatingíveis para os tradicionais engenhos escravistas do nordeste brasileiro (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 157-167). Assim, a partir da segunda metade do século

[35] A Guerra de independência dos Estados Unidos propiciou um *boom* nas exportações de algodão; a Revolução Francesa afetou a cultura de produtos tropicais em suas colônias; as guerras napoleônicas provocaram o bloqueio da Europa, e a desarticulação do império espanhol nas Américas (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 140)

XIX, a economia açucareira brasileira voltou a amargar prejuízos e a entrar em decadência.

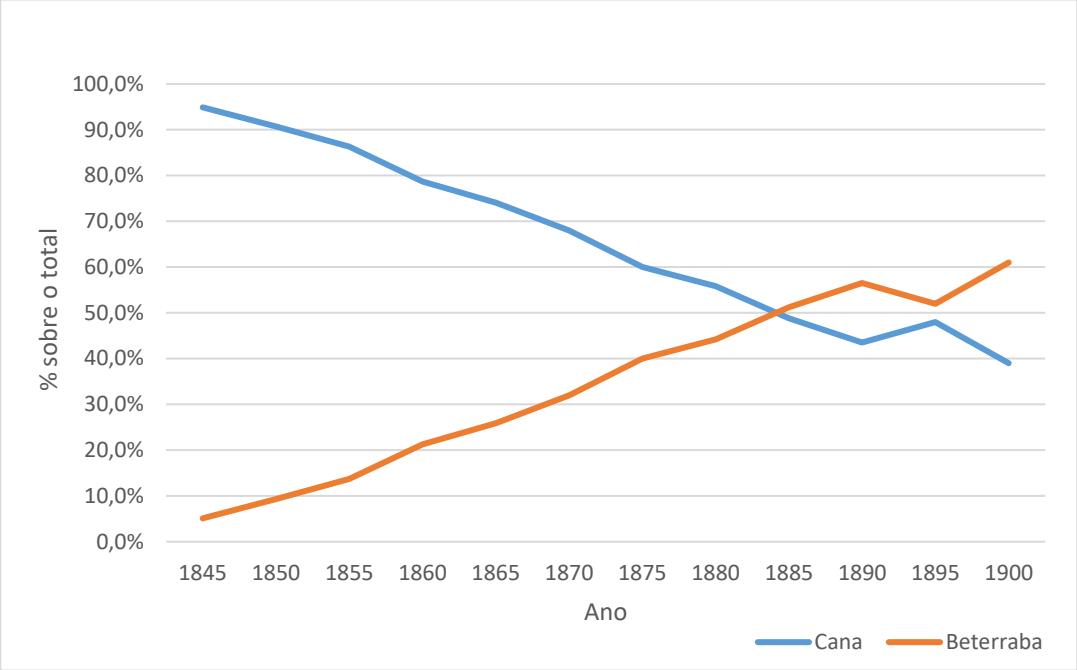
Conforme o exposto, desde o início de sua formação, a economia brasileira foi direcionada para a produção agrícola voltada para o mercado exterior[36] com utilização de mão-de-obra escravizada. Apesar deste caráter, no século XIX a atividade econômica foi relativamente diversificada e com características particulares em cada região do país. Especificidades quanto às relações trabalhistas, ao desenvolvimento de técnicas produtivas e às formas de propriedade da terra foram identificadas nas culturas do açúcar, café, algodão, fumo e borracha, produtos mais lucrativos do período. Luso-brasileiros, africanos, indígenas e colonos europeus trabalharam sob os sistemas de escravidão, assalariamento e aviamento[37] em latifúndios ou em terras arrendadas, utilizando técnicas de produção arcaicas (como no caso do açúcar e algodão), extrativistas (no da borracha), ou métodos mais desenvolvidos e com maior produtividade, como no da cultura do café (PAULA, 2012, p.182-192).

A Província de Pernambuco, em meados do século XIX, era uma das mais importantes do Império e se sobressaía em termos econômicos e políticos em relação às de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe. O principal porto da região estava no Recife, a capital, e a economia, fundamentada na monocultura da cana-de-açúcar, produzia-se em grandes propriedades escravistas. Apesar do algodão e do fumo também terem tido destaque, a cultura da cana foi a mais lucrativa da região (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 33 e 38). Ao final da década de 1850, o açúcar representava cerca de 21% do total das exportações brasileiras e Pernambuco participava com 46% do total exportado do produto (EISENBERG, 1977, p. 47).

[36] No quinquênio 1856-1860, cerca de 80% da produção pernambucana de açúcar era exportada para consumo na Europa (EISENBERG, 1977, p. 44).

[37] Sistema de trabalho de "servidão por dívida", encontrado na cultura da borracha na floresta amazônica, onde o patrão ou "aviador" fornecia bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho em troca dos produtos extrativistas e agrícolas. Como em boa parte dos casos não se utilizava moeda, o aviador era a única opção de fornecimento de alimentos, roupas e insumos (e de apoio em caso de necessidades, perigo ou doença), estabelecendo-se uma relação trabalhista de *quase* escravidão.

Imagem nº 1 - Evolução da Produção Mundial de Açúcar de Cana e Beterraba



Fonte: (EISENBERG, 1977, p. 47)

A economia açucareira só é viável com uma produção em larga escala, motivo pelo qual se faziam necessárias grandes extensões de terra para plantio, que acabaram por favorecer a política dos produtores mais abastados. Com efeito, o solo pernambucano se dividia entre as grandes famílias que comandavam a região. O açúcar formou as classes de poder e prestígio social, tendo os engenhos, unidades de manipulação da cana e produção do açúcar, constituindo-se na base da sociedade escravocrata, desde o período colonial. Nos engenhos, praticamente todas as atividades dependiam da mão-de-obra escrava: de serviços domésticos na casa do senhor a funções como pedreiros e marceneiros, inclusive a de mestres de açúcar. Excetuavam-se, apenas, as atividades administrativas, exercidas normalmente por homens livres e alfabetizados, nas funções de feitores, mestres, purgadores e caixeiros. O comando era exercido diretamente pelo proprietário ou por seus feitores (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 37 e 38).

Os escravizados envolvidos na produção do açúcar normalmente não alcançavam a mobilidade vertical nas atividades do engenho, uma vez que tinham aproximadamente 19 anos de vida útil (dos 21 aos 40 anos). Recebiam tratamento severo, incluindo castigos físicos e alimentavam-se basicamente de farinha, carne seca e de frutas e verduras cultivadas pelos próprios, nas horas de folga. Recebiam roupas uma vez por ano e o casamento entre eles era festejado pois a

prole significava aumento de patrimônio do senhor. Apesar do rigor e das péssimas condições dos escravizados dos engenhos de açúcar, considerava-se à época que os escravizados do café recebiam um tratamento ainda mais brutal a tal ponto de se converter em ameaça e causa de grande temor “ser vendido para o café” (CARVALHO,1988, p. 29 a 33).

Apesar de baseada no trabalho escravo, durante o século XIX, a economia açucareira enfrentou a abolição gradual da escravidão encampada pelo governo Imperial. O término definitivo do tráfico, a partir de 1850, impediu a renovação da força de trabalho escravo que, paulatinamente, foi substituído pelo emprego assalariado. A florescente demanda da produção cafeeira, a alta do preço do escravo, a estagnação da economia e as crescentes dívidas do setor açucareiro induziram ao tráfico interprovincial de escravos entre o Norte e o Sul do país. As epidemias[38] que assolaram Pernambuco na segunda metade da década de 1850 também contribuíram para a redução da população escrava da mesma forma que a economia cambaleante da província não atraía imigrantes. Contudo, o aumento natural da população se dava num ritmo maior que a economia açucareira podia assimilar e, embora não tenham ocorrido de forma consistente, os investimentos em tecnologia colaboraram para a queda na oferta de trabalho nos engenhos com consequente diminuição dos salários. Com mão-de-obra abundante e a custo baixo, a substituição do regime escravista pelo assalariado aparentemente não impactou a produção açucareira (EISENBERG, 1977, p. 169 a 225).

Ao contrário do cultivo do algodão, que, além da plantação propriamente dita não exigia grandes investimentos para beneficiamento da produção, os engenhos eram unidades de produção complexas, com vários aparelhos mecânicos e compostos por moenda (que processa a moagem da cana para se extrair o caldo), a caldeira (necessária para o processo de fervura e purificação do caldo) e a casa de purgar onde, utilizando-se as formas conhecidas como “pães de açúcar”, completava-se a purificação do açúcar. Dadas essas exigências e investimentos, nem todas as propriedades possuíam engenhos. Alguns proprietários de grandes extensões de terras encarregavam-se apenas do cultivo

[38] Principalmente o cólera morbus, a febre amarela, a tuberculose e a malária.

da cana preferindo moê-la nos engenhos de sua escolha. Além destes, existiam os lavradores que arrendavam suas terras aos senhores de engenho, obrigando-se a moer a cana na mesma propriedade e receber como pagamento a metade do açúcar produzido com a cana que havia fornecido. Porções de terra do engenho também costumavam ser utilizadas para a produção de gêneros de consumo voltada para alimentação dos habitantes e trabalhadores da propriedade[39], além dos animais de tração. Em regra, os engenhos eram autônomos em relação à subsistência alimentar, entretanto, o foco estava na produção do açúcar, grande geradora de lucros, e as melhores terras estavam reservadas para este fim (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 38, 41 e 43).

Ainda sobre a falta de investimentos em melhoramentos tecnológicos nos processos produtivos, concorriam para isso, em meados do século XIX: 1) o baixo custo da terra e da mão-de-obra, que fazia com que os plantadores aumentassem a produção de açúcar através do aumento da área cultivada, ao invés de investir em estudos para o aumento da produtividade; 2) falta de recursos por parte dos donos de engenho para adquirir maquinário mais moderno; 3) a instabilidade do preço do açúcar no mercado internacional que tornava o negócio arriscado, uma vez que estavam fora do controle dos produtores e em curva descendente; e 4) as altas taxas de juros cobradas para empréstimos a longo prazo. Apenas a partir da década de 1870, quando o preço da mão-de-obra tanto escravizada quanto livre atingiram os mais altos níveis até então, e contando com subsídios concedidos pelos governos imperial e provincial, os engenhos pernambucanos passaram a investir em modernização (EISENBERG, 1977, p. 64-70).

Por volta de 1857, cerca de 66% dos 1.106 engenhos de Pernambuco ainda utilizavam moendas movidas por tração animal[40]. Somente entre 1 e 2% do total de engenhos funcionavam movidos por motores a vapor, apesar de já se falar disso desde o início da década de 1850 (EISENBERG, 1977, p. 61 e 62). A água fazia parte da paisagem dos engenhos pernambucanos. Na orla marítima da província (abrangendo a faixa litorânea e as localidades de Vitória, Goiana, Pau

[39] Com destaque para a mandioca (a base da alimentação e cultivada em toda parte), o milho, o arroz e o feijão

[40] Engenho também conhecido por “trapiche”.

d'Alho, Escada e Garanhuns) as moendas dos engenhos se localizavam estrategicamente próximas aos fluxos d'água permanentes, como os rios Pirapama, Jaboatão e Ipojuca. A utilização da malha fluvial proporcionava facilidade de comunicação, no transporte de açúcar e de escravos, além de aproveitamento de alimentos como peixes, caranguejos, pitus e camarões. No final da década de 1850, só em Jaboatão, existiam 46 moendas, das quais 25 movidas a água[41], apesar da forma arcaica e pouco produtiva de moer a cana. (CARVALHO, 1988, p. 21).

Outra característica associada ao cultivo da cana foi a utilização de técnicas rudimentares no trato da terra. A devastação das florestas para o plantio da cana e obtenção de lenha, a falta de adubação do solo (uma vez que a pecuária estava no interior e não se utilizava o bagaço da cana para esse fim), além da prática da "queimada", empobreceram gradualmente o solo (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 87 e 88).

O custo do transporte também impactava diretamente no lucro da atividade canavieira. O açúcar, que embarcava no porto com destino à Europa, chegava ao Recife por águas fluviais ou marítimas através de barcaças ou canoas, ou por terra em carros de boi[42], ou, ainda, por meio de caravanas de cavalos e mulas[43]. Com subsídios dos governos imperial e provincial, em 1855 teve início em Pernambuco a construção pela *Recife and São Francisco Railway Company* da segunda estrada de ferro do país, que ligava Recife ao sudoeste da província. Essa ferrovia entrou em funcionamento em 1858, alcançou Palmares em 1862, e conseguiu reduzir significativamente o custo do transporte do açúcar (EISENBERG, 1977, p. 70-79).

Um outro fator determinante para o cultivo da cana era o custo financeiro. A economia açucareira necessitava de grande volume de capital não só para o plantio anual como para o investimento em melhorias tecnológicas. Durante todo o século XIX, aqueles agricultores que não se enquadravam como grandes oligarcas, contavam com a figura do "correspondente" ou "comissário", que, gozando de

---

[41] "*Uma estatística: serie de quadros concernentes à freguesia de Jaboatão"*, disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/430448. Acesso em 01 de mai. 2018.

[42] Até a primeira metade do século XIX.

[43] A partir de meados do século XIX.

melhor credibilidade, levantavam dinheiro junto aos bancos de crédito e repassavam aos plantadores de cana a juros bem maiores. Os “correspondentes” funcionavam, assim, como intermediários, que, além de emprestar dinheiro, adquiriam ferramentas e maquinário e demais produtos importados (como roupas e alimentos). Também compravam ou mediavam a venda a terceiros da safra de açúcar ou aguardente de seus credores. Os juros cobrados eram considerados abusivos e os correspondentes costumavam ser acusados de exploradores pelos agricultores. A alta renda obtida nos empréstimos tornava a atividade de “intermediários de crédito” bem mais atrativa que a de plantador de cana-de-açúcar. Para os agricultores com algum capital era mais lucrativo utilizar as reservas para especulação financeira do que investir na modernização da lavoura (EISENBERG, 1977, p. 89-109).

A situação precária dos agricultores também dificultava a obtenção do crédito junto aos bancos a juros menores (eliminando-se a figura do intermediário). Baseado nos inventários registrados à época, os ativos estavam empregados em imóveis (normalmente as terras constituíam o ativo mais valioso do agricultor), móveis, escravos, gado e maquinários, bens nem sempre aceitos como garantias, já que não eram facilmente liquidados ou liquidados a valores inexpressivos. Contra, ainda, existiam as incertezas da safra sujeitas às intempéries e à flutuação de preços. Aqueles que contavam com dinheiro em caixa preferiam investir em títulos dos governos imperial e provincial ou na atividade de “agiotagem” do que promover a criação de uma associação (ou banco de crédito) para socorro mútuo, o que traria maior benefício a todos. Além de eliminar os intermediários (bancos e correspondentes), quem tomasse empréstimos dessas associações tenderiam a pagar juros menores e quem cedesse o capital poderia receber valores mais altos que os pagos pelos títulos da dívida pública (EISENBERG, 1977, p. 89 a 109).

Apesar do comércio do açúcar e demais derivados da cana ainda ser a principal fonte de renda do Norte do país entre as décadas de 1850 e 1860, essa economia começava a dar sinais de enfraquecimento: 1) o açúcar de beterraba da Europa fez baixar os preços do produto (veja-se a imagem nº 2) e avançou nos mercados mais tradicionais; 2) a baixa produtividade e a má qualidade do açúcar brasileiro; 3) a falta de apoio governamental à lavoura; 4) os altos juros cobrados

aos agricultores e 5) o desvio de capital para as províncias do sul do país. Por volta de 1840, cerca de 90% do açúcar consumido no mundo derivava da cana e apenas 10% provinham da beterraba. Ao final do período imperial o açúcar de beterraba já predominava no mercado com cerca de 56% do consumo mundial (EISENBERG, 1977, p. 29-47); (veja-se a imagem nº 1). A partir da segunda metade do século XIX, os barões do café sulistas passaram a substituir os senhores de engenho nortistas como sinônimo de aristocracia agrária (veja-se a imagem nº 3).

Em paralelo à atividade canavieira, a pecuária ocupou seu lugar no interior (regiões do agreste e sertão) dos atuais Estados da Bahia (região do Rio São Francisco[44]), Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, já que o lucrativo açúcar não permitia que ela fosse desenvolvida no litoral, onde a terra úmida e fértil do massapê propiciava o cultivo da cana e os rios perenes distanciavam as ameaças de secas (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 38 , 41, 43 e 45). A pecuária funcionava como "projeção da atividade canavieira"[45] (FURTADO, 2007, P. 92-100) e abastecia a população das cidades litorâneas de carnes, couros e animais de tração e transporte. Tinha caráter itinerante e extensivo e, diferente da produção do açúcar, utilizou a mão-de-obra escravizada em menor escala. Além da produção canavieira, algodoeira e pecuarista, a agricultura de subsistência desenvolveu-se na Zona da Mata, Agreste e Sertão e garantia o abastecimento da população do campo e das cidades (PAULA, 2012, p. 188).

Complementando o sistema econômico regional, além das atividades agropecuárias, a província possuía uma forte característica mercantil. A cidade do Recife funcionava nos oitocentos como uma grande *praça de comércio*[46] regional e nacional, sendo, ao lado do Rio de Janeiro e Salvador, um dos principais entreposto brasileiros oitocentistas, atuando tanto no comércio exterior como desempenhando a função de distribuidor e transportador de produtos nacionais e estrangeiros. O comércio de grosso trato estava fortemente associado à atividade agrária da província pernambucana. Por volta de 1860, cerca de 60% dos

[44] O Rio São Francisco ficou conhecido neste período como Rio dos Currais

[45] A definição de "projeção da atividade canavieira" para a atividade pecuarista no século XIX para o norte do país foi utilizada por Celso Furtado (FURTADO, 2007)

[46] Ver definições para *praça de comércio* em Dourado (2015, p. 19)

negociantes ativos na praça de comércio do Recife eram estrangeiros, principalmente portugueses[47] (DOURADO, 2015, p. 5-6, 34).

No porto chegavam não só os produtos para comercialização como também as notícias e modas de outras regiões do Brasil e do exterior. O movimento do porto influenciava o cotidiano da capital. Na antiga rua do Trapiche[48] estavam localizadas as sedes das mais importantes casas comerciais de grosso trato onde as carga e descargas das mercadorias movimentavam o porto do Recife. Em meados do século XIX, os três bairros da capital apresentavam uma certa especialização em termos de comércio: no bairro do Recife praticava-se o comércio atacadista, exportador e importador; no populoso bairro de Santo Antônio, o comércio de luxo e no residencial bairro de Boa Vista, comercializavam-se os gêneros de primeira necessidade (ARRAIS, 2004 p. 113), (DOURADO, 2015, p. 19).

O comércio negreiro pelo Atlântico também foi amplamente praticado no Recife, sendo esta praça considerada, no século XIX, o quinto maior centro de desembarque de escravos do mundo. Conforme salientou Bruna Dourado (2015, p. 30-31) “O volume da importação de escravos no século XIX foi bastante expressivo se comparado aos totais importados nos séculos anteriores em Pernambuco, indicando que tanto o financiamento quanto à organização do comércio negreiro eram atividades econômicas intensas nesta região”.

Em 1839, foi fundado no Recife, com sede na Praça do Comércio, a Associação Comercial de Pernambuco-ACP, que teve como seu primeiro presidente o comendador José Ramos de Oliveira, considerado um dos mais ricos comerciantes da praça e que também foi o primeiro presidente e maior acionista da companhia Beberibe[49]. A associação foi gerida por brasileiros e estrangeiros já que a atividade mercantil no Recife teve forte presença de comerciantes de outras nacionalidades. Por volta de 1860, dos 158 comerciantes em atividade no centro da capital da província, 66 eram brasileiros, 66 portugueses, 12 ingleses e os demais

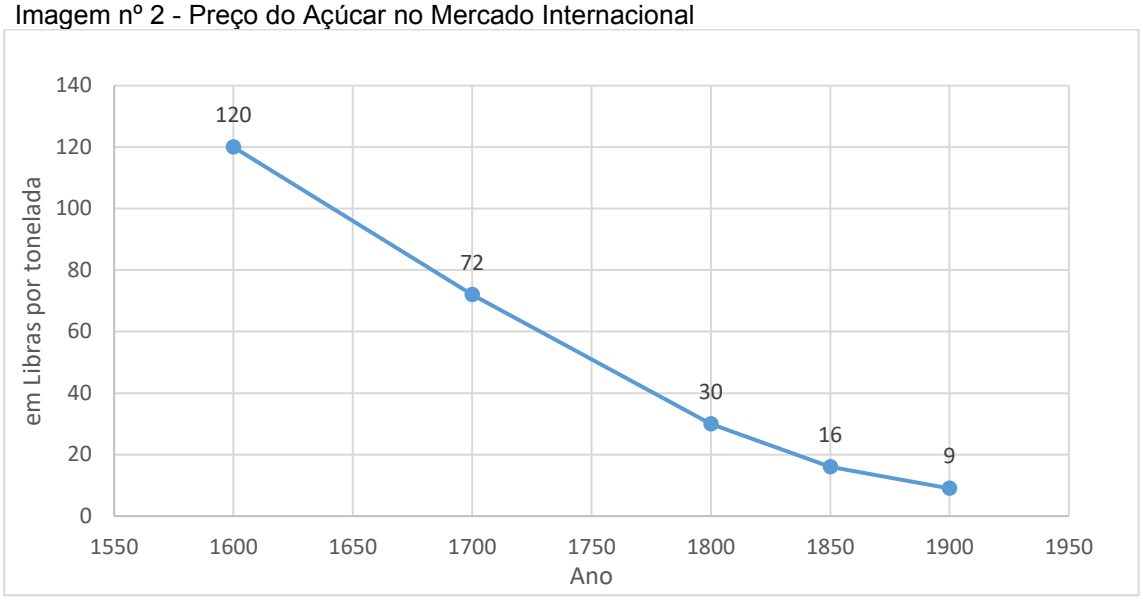
[47] Dentre os 92 estrangeiros atuantes na praça de Recife, 66 eram portugueses (70%) (DOURADO, 2015, p. 34).

[48] Chamada de Rua do Comércio à época, hoje Praça Rio Branco é também conhecida popularmente como Praça do Marco Zero.

[49] Empresa contratada pelo governo da província em 1837 para fornecimento de água potável para os moradores do Recife, com captação no Açude do Prata e distribuição de água através de 8 chafarizes.

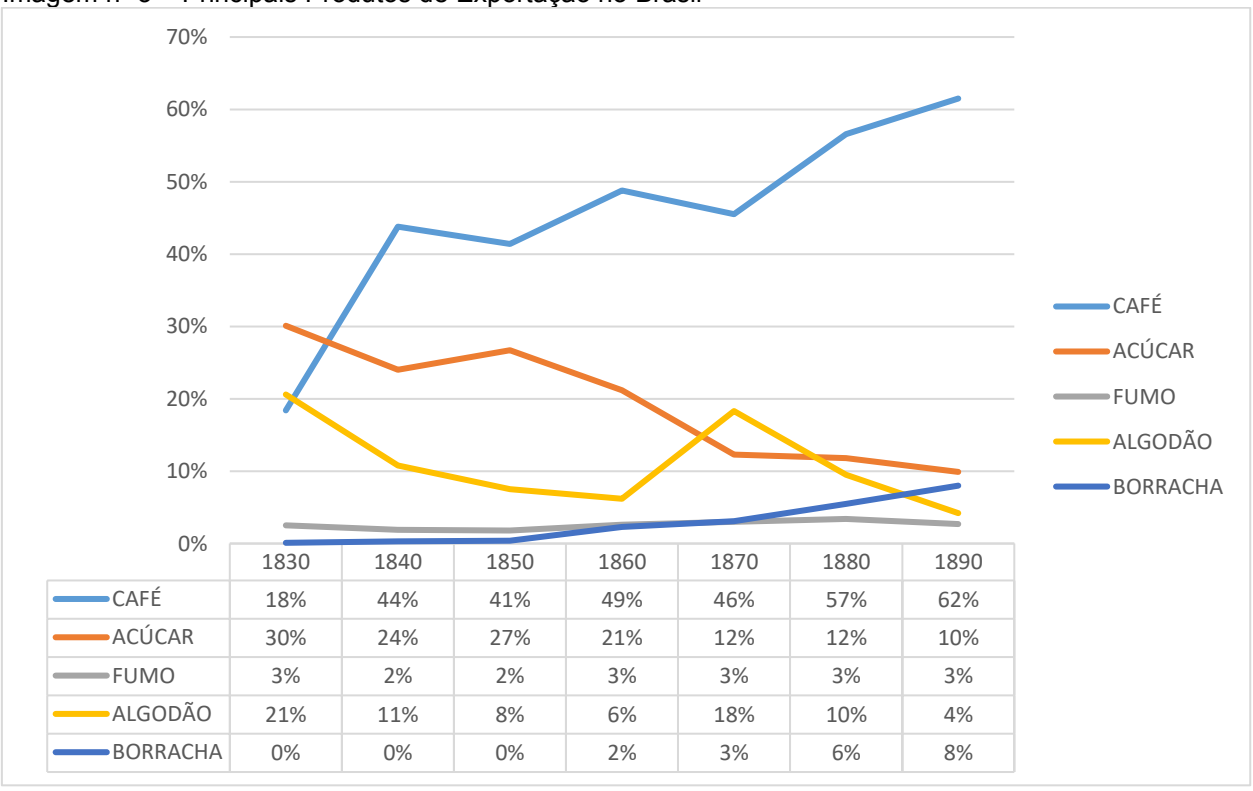
de outras nacionalidades (DOURADO, 2014). A associação tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico da província e sua fase áurea se deu entre 1839 e 1865. A entidade foi responsável pela organização do suntuoso baile em homenagem ao casal imperial durante sua estada na capital em 1859.

Imagem nº 2 - Preço do Açúcar no Mercado Internacional



Fonte: (PAULA, 2012, p. 187)

Imagem nº 3 – Principais Produtos de Exportação no Brasil



	1830	1840	1850	1860	1870	1880	1890
CAFÉ	18%	44%	41%	49%	46%	57%	62%
ACÚCAR	30%	24%	27%	21%	12%	12%	10%
FUMO	3%	2%	2%	3%	3%	3%	3%
ALGODÃO	21%	11%	8%	6%	18%	10%	4%
BORRACHA	0%	0%	0%	2%	3%	6%	8%

Fonte: (PAULA, 2012, p. 183)

Detentores do poder econômico, os senhores de engenho e os comerciantes de grosso trato do Recife também monopolizavam a política da província. Conforme afirmou Joaquim Nabuco:

> O povo acreditava ter dois inimigos que o impediam de ganhar a vida e adquirir algum bem-estar: esses inimigos eram os portugueses, que monopolizavam o comércio nas cidades, e os senhores de engenho, que monopolizavam a terra no interior (NABUCO, 1997, p. 114).

Também compunham o cenário econômico, urbano e social das ruas do Recife, como pode ser visto nas litogravuras de Luiz Schlappriz[50], as vendeiras e os mascates. Negros, mulatos e alguns brancos exerciam o pequeno comércio de frutas, verduras, produtos da culinária local, miudezas e diversos outros gêneros, oferecendo barulhentamente seus produtos, conforme relatou Henry Koster[51] na década de 1810: “uma vintena de negras grita sob as janelas, em todos os tons de que a voz humana é capaz, laranja, banana, doces e outras mercadorias para vender” (KOSTER, 2002).

1.3. A sociedade recifense

Recife figurava entre as três cidades mais importantes do Brasil no século XIX e havia superado Olinda em termos políticos, administrativos e econômicos, tornando-se capital da província em 1827 (ARRAIS, 2004, p. 24). O seu porto, além de servir de entreposto comercial que abastecia o comércio local e os engenhos, recebia os viajantes que traziam notícias, ideias e doutrinas capitalistas que circulavam na Europa e em outras províncias do país. O porto era, assim, o meio

[50] Pintor e litógrafo suíço que chegou ao Recife em 1858 para acompanhar um familiar que viria exercer funções diplomáticas. Produziu caricaturas para jornais literários e humorísticos da capital. Publicou a partir de 1863 em parceria com Francisco Henrique Carls (fundador de uma das mais prestigiadas casas litográficas da capital e editor do jornal “o Monitor das Famílias”, publicado durante a visitar de D. Pedro II à província de Pernambuco) uma série de 33 litografias que vieram a compor o álbum “*Memória de Pernambuco — álbum para os amigos das artes*”, que traçou um panorama de paisagem, tipos e costumes do Recife do século XIX. (fonte: site do Instituto Moreira Sales. Disponível em https://blogdoims.com.br/uma-memoria-de-pernambuco-por-jovita-santos-de-mendonca/. Acesso em 07 abr. 2018.

[51] Viajante inglês (com fluência em português) que residiu no Recife na primeira metade do século XIX, onde participou ativamente da vida social, artística e política na capital e interior da província, chegando a ser senhor de engenho na Ilha de Itamaracá. Convivia com as mais diferentes camadas da população e frequentava festas da sociedade local. Em 1815, escreveu um livro sobre o Brasil publicando-o em Londres, sob o título Travels in Brazil, em 1816.

de contato da cidade com o mundo e, no entorno dele, fixavam-se os grandes comércios e se aglomeravam as pessoas. Desta forma, a cidade, e por consequência a província, eram vistas sob a perspectiva do porto (ARRAIS, 2004, p. 179 e 197).

Beneficiada pelas excelentes condições portuárias e pelos caminhos fluviais por onde circulavam as riquezas produzidas na província[52], o Recife apresentou ao longo do século XIX um crescimento demográfico significativo, atraindo tanto estrangeiros como brasileiros de outras províncias. O aumento populacional fez expandir seu território através de grandes aterros e, somada à incorporação de terras que faziam parte da jurisdição de Olinda, solidificou sua hegemonia econômica, social e administrativa sobre a província.

Entre os anos de 1837 e 1844, sob a presidência de Francisco do Rego Barros, Recife viveu um período de marcado pela busca do "progresso", entendido à época como um processo de evolução social[53]. Com formação acadêmica em Paris e imbuído do espírito progressista europeu, o Barão da Boa Vista (posteriormente Visconde e Conde da Boa Vista) procurou "enobrecer" e "embelezar" a capital para que a alta sociedade pudesse desfrutar de sua cidade sem precisar deslocar-se para o sul do país ou para a Europa e, principalmente, para que os espaços públicos, suas edificações e as expressões artísticas/científicas culturais favorecessem o crescimento cultural da população. Boa Vista realizou uma gestão administrativa considerada inovadora[54], foi responsável por uma marcante estrutura arquitetônica com obras de infraestrutura

[52] Apesar da necessidade de investimentos para a recuperação das instalações e a construção de ancoradouro para navios de grande calado, o porto do Recife recebeu mais de 700 navios nacionais e estrangeiros no ano de 1860 (ARRAIS, 2004, p. 198)

[53] Estes eram os ideais europeus à época. Tais valores, que surgiram após a Revolução Industrial, emanavam da burguesia das grandes cidades (em especial Paris e Londres), onde o conceito de "civilização" das cidades se opunha ao de "barbárie" do campo e constituíam estágios evolutivos de uma sociedade. Dada a concentração demográfica, as cidades, e não o campo, reuniam as melhores condições de forjarem novos valores e modelos de conduta para a população. Assim passaram a ser polos irradiadores de costumes de civilidade, de ordem pública e de salubridade que refletiam o estágio de desenvolvimento educacional e cultural da comunidade (ARRAIS, 2004, p. 12 e 13).

[54] Embora tenha recebido inúmeras críticas por sua gestão à frente da província, inclusive de *afrancesar* a capital, uma característica marcante das obras encampadas pela Repartição de Obras Públicas chefiada por Vauthier durante o governo de Francisco o Rego Barros, foi a utilização maciça de mão-de-obra livre, para desagrado dos proprietários de escravos, que costumavam receber consideráveis somas durante a execução das obras públicas (ARRAIS, 2004, p. 203)

e desenvolvimento. Contratou uma equipe de engenheiros franceses chefiada por Louis Léger Vauthier[55], além de operários alemães para os postos de marceneiros, pedreiros, carpinteiros com o objetivo de eliminar o trabalho escravo nas obras públicas. Tratou, também, de melhorar o nível técnico dos trabalhadores locais, através da criação de uma escola de operários especializados.

Dentre as diversas obras realizadas, destacamos a construção de prédios públicos como o Palácio Presidencial[56] (atual Palácio do Campo das Princesas, sede do governo pernambucano), o Teatro de Santa Isabel, considerado o principal marco do Barão da Boa Vista na tentativa de aculturar os provincianos. Além da ponte pênsil do Caxangá, o passeio público do Cais do Colégio (local onde desembarcaria a comitiva imperial em 1859, (veja-se a imagem nº 4), abertura de novas ruas e praças e o estabelecimento das diretrizes de abastecimento de água potável que resultariam no surgimento da Companhia Beberibe. Some-se, ainda, a iluminação pública a gás, a instalação de uma biblioteca pública e a fundação da Associação Comercial nos moldes europeus (GUERRA, 1978, p. 265 a 287).

A presença de técnicos e comerciantes estrangeiros (ingleses, franceses e alemães) a partir da década de 1830 colaborou de forma decisiva na composição das novas feições da capital. Tendo em vista sua importância, o Recife atraiu a maior parte dos investimentos provinciais na forma de obras públicas e edificações, recebendo a Faculdade de Direito antes sediada em Olinda, instituição que reforçava a sua influência sobre as demais províncias vizinhas (Alagoas, Paraíba, Piauí, Ceará, e Rio Grande do Norte). O “progresso” estava, dessa forma, simbolicamente estampado na monumentalidade e beleza das edificações de uso

[55] Louis Léger Vauthier (1815 – 1901), engenheiro francês, discípulo de Charles Fourier (para quem o progresso científico, técnico e humano eram indissociáveis) veio para o Brasil em 1840, aos 25 anos, contratado pelo então Barão da Boa Vista. Durante os 6 anos em que trabalhou na capital pernambucana chefiou a Repartição de Obras Públicas e participou da sociedade intelectual pernambucana em debates filosóficos e políticos quando difundiu ideias socialistas. Influenciou Antônio Pedro de Figueiredo e outros vultos que vieram a tomar parte na Insurreição Praieira de 1848. (PONCIONI, 2010). Foi alvo de diversas acusações, entre as quais a de improbidade, desmandos e perseguições. Foi responsável por diversas obras em Pernambuco como o Teatro de Santa Isabel, Mercado de São José, Cemitério de Santo Amaro (concluído pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira), Casa do Barão Rodrigues Mendes (atual sede da Academia Pernambucana de Letras) e a casa de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, situada na Rua da Aurora e atual sede da Polícia Civil do Estado de Pernambuco.

[56] Obra realizada durante o governo de Francisco do Rego Barros sob o comando do engenheiro coronel Firmino Morais Âncora, chefe das obras públicas à época e a quem também se atribui o projeto do palácio (MENEZES, 1986, p. 15)

público e privado, mas também pelo traçado das ruas, largos, praças e jardins[57], empreendimentos não menos intencionados acerca dos ideários civilizatórios da sociedade burguesa. Tais obras deviam compor um cenário harmonioso entre a natureza e a intervenção humana: pontes e prédios em suas margens enalteciam os rios, fazendo com que o Recife fosse citado por Nísia Floresta como *Veneza Americana*[58] (ARRAIS, 2004, p. 117, 177 a 185).

Imagem nº 4 - Passeio Público e Cais do Colégio

Fonte: Litografia por Frederick Hage Hagedorn, 1855, Museu da Cidade do Recife

As ruas, monumentos e praças da capital, como expressou Antônio Pedro de Figueiredo, deviam espelhar os acontecimentos da história nacional a fim de suscitar admiração e orgulho nos habitantes[59]: “Onde estão os monumentos que atestam e representam as glórias da nação, e sejam a sentinela da história? Onde estão as denominações elegantes históricas e expressivas?” (apud ARRAIS, 2004, p. 337). As elites compartilhavam deste mesmo sentimento e entendiam que a cidade deveria transformar-se em um “Mapa em que pudesse ser lida a mensagem da história pela voz de seus heróis” (ARRAIS, 2004, p. 337). Nesse sentido, a primeira grande investida se deu em 1859, quando, apoiado pelos os áulicos, novas denominações de ruas foram atribuídas na cidade.

[57] Em 1857 foram colocados bancos de madeira e plantadas algumas gameleiras e castanholas no Cais do Colégio (atual cais do Imperador) readequando o passeio público com a instalação de iluminação noturna a gás. Embora considerado acanhado por alguns, posteriormente foi designado de praça Pedro II em referência ao desembarque da comitiva imperial em 22 de dezembro de 1859 (ARRAIS, 2004, p. 220 e 241). (Veja-se a imagem nº 16).

[58] Apud (ARRAIS, 2004, p. 186)

[59] Algumas ruas se chamavam “Beco do Peixe Frito”, “Rua em frente do Canal”, “Rua ao lado do Ginásio”, sem nenhuma conexão com os feitos históricos ou personalidades locais.

A partir da visita do casal Imperial, o palácio do governo passou a se chamar “Palácio do Campo das Princesas” em homenagem às herdeiras do trono; a rua da Cadeia passou a ser “Rua do Imperador”; e a rua situada no aterro da Boa Vista tornou-se “Rua da Imperatriz”. Entre 1866 e 1870, realizaram-se novas tentativas no sentido de dar nomes de maior significado histórico aos espaços públicos da capital[60]. Os esforços foram capitaneados pela Sociedade Arqueológica Pernambucana, atual Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano - IAHGP.

Apesar do “período desenvolvimentista” empreendido por Francisco do Rego Barros, a população que a comitiva imperial viria a encontrar em Pernambuco no final da década de 1850 provinha, todavia, dos cimentos da velha sociedade canavieira escravista, que remontava ao período de colonização portuguesa: católica em sua quase totalidade, analfabeta em sua maioria, onde poucos participavam de movimentos culturais, com escassa ou nenhuma noção de higiene pública, apegada às tradições cuja elite possuía forte influência europeia (FREYRE, 2013, p.814- 904).

A população economicamente ativa se compunha tanto de donos de engenhos e grandes comerciantes da capital como de pequenos fazendeiros, comerciantes a retalho e donos de pequenas casas de especiarias, trabalhadores livres, funcionários públicos, artífices, vendedores ambulantes, uma pequena parcela de profissionais liberais e de estudantes, além de uma grande massa de trabalhadores escravizados.

Conforme observou Henry Koster, os descendentes libertos de escravos africanos exerciam funções de mecânicos e outros vários ofícios com distinção. Ainda não haviam se tornado senhores de engenho, mas amealhado um bom dinheiro e adquirido escravos. Os mulatos, segundo Freyre em *Sobrados e Mocambos (apud* DEL PRIORE, 2016, p. 117 e 122), estavam formando uma

[60] Com base no número de ruas, travessas e largos existentes em 1857 nos Bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, quase 40% das vias tiveram seus nomes alterados neste período. Das 234 vias existentes, 88 receberam novas denominações. As principais homenagens se deram a heróis e feitos da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), Restauração Pernambucana e Revolução de 1817. Apesar dos esforços dos edis, poucos novos nomes de ruas entraram no cotidiano popular (ARRAIS, 2004, p. 346 a 350).

camada entre a alta classe social (os senhores de engenho e seu universo rural e patriarcal) e os escravizados. Dessa nova classe, oriunda da urbanização do Império e do crescimento das alforrias, alguns tornaram-se bacharéis e doutores de "beca escura", passaram a ocupar cargos na administração pública, inclusive na "aristocracia togada" e casaram-se com moças de famílias ricas e poderosas. Assim, apesar das muitas dificuldades pecuniárias, alcançaram visibilidade por toda parte, passando a ter destaque nas artes, letras e ciências e a frequentar as altas castas, mas ainda encontravam obstáculos para ter acesso à Câmara ou à diplomacia. (DEL PRIORE, 2016, p. 117 e 122)

O Recife também abrigava estudantes em busca de formação universitária. Em 1854, a Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda[61] foi transferida para a capital e recebeu o título de Faculdade de Direito do Recife. Desde sua fundação em 1827, tornou-se uma das duas únicas opções no país para se obter um diploma que, caso bem explorado, permitia aos bem-nascidos galgarem postos na magistratura ou ocuparem importantes cargos na administração do Estado. Quando não, ainda havia a possibilidade de disputarem cadeiras nas câmaras legislativas da Corte e provincial. Influentes personalidades do Império se formaram pela instituição, entre os quais destacaram-se: Eusébio de Queirós, Tobias Barreto, Teixeira de Freitas, José Maria da Silva Paranhos Júnior (o Barão do Rio Branco) e Joaquim Nabuco (PEREIRA, 1978).

Na âmbito da religiosidade, assim como nas demais províncias do país, esta se sentirá refletida tanto no espaço público como nos costumes arraigados na população desde o período colonial. Embora submetida ao regime do padroado[62], o catolicismo se fazia central na vida social pernambucana: festas religiosas, missa aos domingos com crianças e jovens incentivados a serem coroinhas, contrução de capelas nos engenhos, internatos religiosos, oratório nas residência, etc., constituiam um conjunto de ações que reafirmavam a busca pelo sagrado. Apesar da abrangência social, a Igreja Católica local não dispunha de um clero com sólida

[61] Fundada em 11 de agosto de 1827, em Olinda, por decreto do Imperador D. Pedro I. Teve no Mosteiro de São Bento sua primeira sede e a primeira turma graduou-se em 1832.

[62] A Igreja Católica era submetida ao Império e muitas decisões de Roma necessitavam do aval do imperador para serem adotadas no Brasil (ARRAIS, 2004, p. 140).

formação doutrinária e em número sufiente para suprir os diversos ofícios das dioceses. Esta característica suscitou a participação de leigos nas atividades religiosas organizados em irmandades, confrarias e ordens terceiras[63], que congregavam os *homens bons da cidade*.

Além de dedicar esforços na promoção do patrono da entidade[64] nas festas religiosas e em procissões solenes, as congregações prestavam socorro financeiro aos congregados e exerciam influência nas decisões políticas. Nas solenidades religiosas, missas e procissões, demonstrava-se ou se reafirmava a posição social dos membros dentro da irmandade[65] e a pompa[66] exibida servia para ampliar a visibilidade da corporação perante a sociedade. Durante todo o ano se promoviam cerimônias religiosas e se percorria a cidade em procissões, seguindo o calendário definido pelas ordens, irmandades e confrarias (ARRAIS, 2004, p. 140-157).

As construções coloniais predominavam no Recife do início do século XIX; sobrados de dois a quatro andares construídos em pedra e que seguiam uma uniformidade (segundo Vauthier: “quem viu uma, viu todas”), geralmente estreitos e compridos e muito altos para sua largura (em geral mais altos que os do Rio de Janeiro e São Paulo), com sala à frente, dois quartos e grandes corredores que davam acesso à varanda ao fundo, sem recuo frontal e lateral, com as portas abrindo-se diretamente nas ruas (DEL PRIORE, 2016, p. 151 a 165) .

Vauthier assim descreveu a residência recifense típica da época:

---

[63] As ordens são congregações religiosas que têm por objetivo a propagação da religião. As mais conhecidas ordens católicas no Brasil são a Franciscana, Jesuíta, Carmelita, Beneditina e Capuchinha. Em cada uma dessas congregações existe uma hierarquia onde a 1ª ordem é formada pelos religiosos do sexo masculino (monges e frades), a 2ª pelas religiosas (freiras e monjas) e a 3ª por leigos (ex. Ordem 3ª de São Francisco que construiu em Recife a Capela Dourada situada na atual Rua do Imperador Pedro II). Não só as ordens religiosas congregavam os “homens bons” da cidade. Diversas outras associações, companhias, agremiações ou confrarias foram fundadas em Pernambuco. Em 1839 foi criada a Associação Comercial de Pernambuco; em 1838, a Companhia do Beberibe, e em 1841 foram fundadas a Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais e a Sociedade de Medicina de Pernambuco (ARRAIS, 2004, p. 142 e 270).

[64] Ex. São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo

[65] Uma outra ocasião em que se demonstrava a posição social do indivíduo nas irmandades e congregações se dava em ocasião de seu falecimento, quando a hierarquia traduzia-se na quantidade e na intensidade das badaladas dos sinos das igrejas e na quantidade de missas celebradas em sua intenção (ARRAIS, 2004, p. 168).

[66] Para reforçar o prestígio da irmandade, solicitava-se ao Presidente da Província a presença de um batalhão de guarda de honra do Exército ou da Guarda Nacional, garantindo, assim, maior pompa à cerimônia (ARRAIS, 2004, p. 150).

> As casas são de três ou quatro andares, feitas de pedra clara e são todas caiadas, com as molduras de portas e janelas de pedra parda. O andar térreo consiste em lojas ou alojamentos para negros ou cavalariças, o andar de cima é geralmente adequado para escritórios e armazéns. Os apartamentos para residências são mais acima, ficando a cozinha geralmente no alto. Por este meio, a parte inferior da casa se conserva fresca (apud DEL PRIORE, 2016 p. 156).

Apesar do declínio experimentado pela indústria açucareira em meados do século XIX, ainda prevalecia uma "nobreza territorial" onde o número de escravos, talvez mais do que a extensão das propriedades, era motivo de destaque no meio social[67] (FREYRE, 2013).

O senhor de engenho, tradicionalmente associado à imagem de poder, valorizava sobremaneira a forma como seria visto pela sociedade e esta o julgava pelos sinais de riqueza que demonstrava: a imponência de sua residência[68] (a casa grande do engenho), o número de escravos que possuía, o luxo das festas que promovia e o estilo de vida familiar. Os senhores[69] costumavam apreciar uma boa montaria, praticavam atos de caridade com os desvalidos, costumavam ser bons anfitriões, porém rigorosos na manutenção da disciplina para com seus escravos, posto que a falta de rigor na condução da colheita e da moagem podia significar a ruína do engenho. Sentavam-se à mesa, com muita formalidade, o patriarca, esposa e filhos, de acordo com a hierarquia familiar. Toda a pompa visava a demonstrar riqueza aos visitantes, dar maior prestígio, fortalecer o poder do senhor de engenho e credenciá-lo a um cargo político.

Também se utilizavam de festas suntuosas para externar riqueza, mesmo após a década de 1850, quando o declínio do açúcar era evidente. Mesmo quando

---

[67] Especialmente entre os proprietários das casas grandes dos engenhos, dos imponentes sobrados do centro do Recife e dos belos casarões de Apipucos, Madalena, Várzea, Ponte d'Uchôa, Monteiro, Caxangá e Poço da Panela.

[68] No século XIX, em contraponto ao período colonial quando, não o luxo, mas a segurança contra os ataques dos indígenas constituía a maior preocupação dos senhores, a casa grande dos engenhos passou a ser maior e mais glamorosa com móveis importados da França e Portugal (de madeira maciça e detalhadamente torneados e entalhados), porcelanas chinesas, baixelas em prata portuguesa, louças de porcelana inglesa, castiçais, toalhas de renda e taças de cristal.

[69] Fato interessante observou a historiadora Zóia Campos de Carvalho: nos textos dos testamentos de senhores de engenho que examinou, antes da partilha de bens propriamente dita, vinha sempre uma declaração de religiosidade e de doação aos pobres e, em seguida, humildemente, encomendavam sua alma a Deus temendo ser punido pelas crueldades e injustiças cometidas. Atitude no mínimo curiosa para uma pessoa que passou a existência muitas vezes de forma prepotente e tirânica (CARVALHO, 1988, p. 55).

os cofres não asseguravam tal situação, continuava a ser importante manter a aparência de família abastada (CARVALHO, 1988, p. 29-57). Conforme Freyre, em *Casa Grande & Senzala,* “nas casas grandes cobertas de telhas vãs [...] caíam bicharada sobre a mesa das refeições” (apud CARVALHO,1988, p. 56).

Por outra parte, aquelas famílias abastadas que resistiram aos percalços econômicos começavam a abandonar seus sobrados no centro da cidade em troca das grandes residências nos arrabaldes. Influenciados pelos critérios higienistas de salubridade do ar e atraídos pelo rio e pelo clima ameno, principalmente no período do verão, transformaram pouco a pouco a paisagem de bairros como Poço da Panela, Monteiro e Apipucos. O costume de procurar residir afastado da aglomeração dos centros urbanos, segundo Freyre (2010, p.136), foi introduzido por ingleses e franceses. Assim, onde existiam os engenhos do período colonial, surgiram novas residências, obedecendo a um novo ordenamento urbano de arruamento instituído pelo governo provincial. Novos meios de transporte, como as carruagens, bondes sobre trilhos e trens foram implantados e estreitavam a comunicação entre o centro e o subúrbio.

Por sua vez, novas construções residenciais do Recife, refletiam as transformações econômicas e sociais em andamento durante o período imperial. Os projetos arquitetônicos, atendendo às diretrizes higienista em voga, por um lado, e às modas de influência europeia, por outro, resultaram na construção de casas de alvenaria afastadas das ruas para evitar barulho, poeira, passagem de escravos, ambulantes, pedintes e assaltantes. Os jardins passaram a ornamentar o entorno das residências, muitas vezes com decoração de pedras e com bancos para permitir que a beleza das casas fosse apreciada. As ruas começaram a ser pavimentadas (ou macadamizadas como se referia o Imperador em seu diário), iluminadas com lampiões a gás e arborizadas. No ambiente interno das moradias urbanas, a vida privada passou a ser valorizada e ficou mais fortemente demarcada a separação entre o ambiente externo e a áreas íntimas da família. Conforto, intimidade, higiene, mobiliário, decoração de interiores e de fachadas passaram a espelhar novos valores (DEL PRIORE, 2016, p. 151-165).

Em uma das visitas pela cidade do Recife, duas mansões localizadas na região conhecida como Ponte D’Uchoa, chamaram a atenção do Imperador. Uma

delas, construída em 1847 pelo viajante inglês Henry Gibson[70] em estilo neomanuelina, foi uma das primeiras projetadas com jardins e frente voltada para as águas do Rio Capibaribe[71]. Naquela época costumava-se utilizar o rio Capibaribe como balneário frequentado por todas as classes sociais, brancos, negros, pardos e mulatos que a ele concorriam para se refrescarem no verão.

> Entre 5 ½ e 6 fui passear pela estrada de Apipucos onde há diversas chácaras muito bonitas, com belos coqueiros e casas, distinguindo-se entre estas a do Beberibe[72], hoje de Augusto de Oliveira, e sobretudo de um inglês Gibson, segundo ouvi, figurando um castelo gótico, é de muito bom gosto e estava muito bem iluminada quando voltei, pouco para cá da Casa-Forte (PEDRO II, 1859).[73]

A primeira residência a que se referiu o Imperador tratava-se do palacete de dois andares[74], que, desde 1940, abriga o Museu do Estado de Pernambuco – MEP. Foi construído por Francisco Antônio de Oliveira, primeiro e único barão de Beberibe e membro-fundador da Associação Comercial de Pernambuco e do Banco Comercial de Pernambuco.

A partir de 1841, o transporte público no Recife era feito por diligências de quatro rodas, puxadas por cavalos. O primeiro trajeto ia do centro da capital até o bairro do Monteiro fazendo paradas nos Manguinhos e em Casa Forte. Em 1852 nova linha foi inaugurada servindo também às cidades de Olinda e Jaboatão. Durante os finais de semana, quando a população se deslocava até Apipucos para se refrescar no rio Capibaribe, efetuavam-se viagens extras. As maxambombas surgiram por volta de 1867, substituindo as diligências.

O acelerado crescimento demográfico, tornou ainda mais precário o fornecimento de serviços como o fornecimento de água potável, restrito a poucos

---

[70] Comerciante inglês, anglicano, que chegou ao Brasil com 20 anos de idade em 1834. Fez fortuna no Brasil se dedicando à importação de produtos têxteis industrializados e a exportação de couro e algodão. Casou-se com Alexandrina Rosa em 1842 com quem teve 12 filhos. Disponível em http://www.familiagibson.org. Acesso em 31 mar. 2018.

[71] Hoje pertencente à família Baptista da Silva, fundadora do Grupo Banorte, Cotonifício da Torre e Cerâmica Santo Antônio

[72] Desde 1940 abriga o Museu do Estado de Pernambuco – MEP, tendo antes servido como quartel do 2º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar de Pernambuco

[73] Fragmento do Diário de D. Pedro II, anotação do dia 23 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[74] Na época da vinda de D. Pedro II, pertencia ao Dr. Augusto Frederico de Oliveira, filho do Barão de Beberibe, antigo proprietário.

locais da cidade, sem saneamento básico colocando em risco a população sobretudo durante as grandes epidemias da década de 1850 (ARRAIS, 2004, p. 201). Após a era do Barão da Boa Vista, a Repartição de Obras Públicas entrou em declínio, sofrendo um esvaziamento de recursos. Para piorar a situação, a administração pública carecia de organização, planejamento e ação coordenada para a execução dos projetos. Neste vácuo administrativo, os médicos higienistas, atuando de forma conjunta e organizada através da Sociedade de Medicina de Pernambuco[75], tiveram forte influência sobre a distribuição do espaço urbano da capital.

O grande temor residia nos *miasmas*, o gás poluído e contaminado que emanava de matérias animais e vegetais em decomposição que subiam para a atmosfera e impregnavam águas e alimentos. Acreditava-se à época que as epidemias se alastravam através dos miasmas que, ao serem absorvidos através da pele e dos pulmões, provocavam febres, infecções e disenteria. Segundo as estatísticas sanitárias decorrentes dos esforços dos médicos higienistas, entre 1852 e 1860, ocorreram surtos de cólera, febre amarela, tuberculose, malária, disenteria, tifo e sarampo ocasionando 7.752 mortes (veja-se a imagem nº 5) (ARRAIS, 2004, p. 362-386).

Para os higienistas, as epidemias tinham uma correlação direta com a salubridade do ar, o que tornava imperioso ampliar os espaços públicos e melhorar a circulação nos locais de maior aglomeração. Segundo Arrais:

> Partiu dos higienistas o primeiro esforço sistemático de dotar a província de uma estatística médica. Eles estudaram os efeitos mortíferos das áreas pantanosas, solicitando reiteradamente à câmara sua drenagem e aterramento; lutaram na linha de frente para prover a cidade de serviço de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e calçamento; exerceram uma certa força sobre a câmara para que as posturas municipais determinassem a remoção pra fora da cidade dos fornos, oficinas e matadouros; engrossaram o coro, com voz autorizada, daqueles que pediam a interdição do comércio ambulante de gêneros alimentícios, por meio da criação de um mercado público, submetido a rigorosa fiscalização; combateram o costume segundo qual o padre fazia a

[75] Fundada em 1841, iniciou seus trabalhos focando a salubridade urbana e a elaboração de um levantamento das principais "moléstias reinantes" e sua correlação com as condições do ar, temperatura, regime de ventos e umidade (ARRAIS, 2004, p. 364).

> verificação dos cadáveres e autorizava os enterramentos, e trouxeram essa competência para o corpo médico, postulando uma minuciosa burocracia de administração do cadáver, que incluía um minucioso registro de óbitos, com vistas ao controle eficiente sobre os nascimentos e óbitos da cidade; por fim, afrontaram tradições radicadas num passado remoto ao condenarem as procissões funerárias noturnas na capital (ARRAIS, 2004, p. 366).

As orientações do grupo de higienistas se deram no âmbito da localização[76], do arruamento, das dimensões e proporções dos prédios que possibilitassem os melhores fluxos de indivíduos e de águas, a máxima circulação de ar[77] e o melhor aproveitamento dos raios solares. Dessa forma, foi desenvolvido um "plano de edificações da cidade" que direcionava os trabalhos dos construtores e arquitetos visando a evitar o movimento de crescimento desordenado dos imóveis, determinando largura de ruas, divisão em quarteirões com tamanho mínimo de lotes e distância mínima entre as construções e a rua. Dotados de uma visão totalizante sobre um ambiente salubre, buscaram fornecer orientações quanto às condições de alimentação, vestimentas e moradia. Como medida sanitária portuária[78] com o objetivo de preservar a província da epidemia de cólera, em 1855 foi instalado na ilha do Pina, separada do Recife por grandes extensões de água e por manguezais, um lazareto que passaria a servir como área de isolamento para navios (ARRAIS, 2004, p. 373 e 381).

Uma das ações visava a reduzir os riscos de alastramento das epidemias, separando o espaço destinados aos mortos dos ambientes de maior aglomeração, como a alteração do hábito de sepultamento em catacumbas no interior dos templos para locais mais afastados da circulação pública. Em 1841, ainda na gestão do Barão da Boa Vista e sob o comando de Vauthier, um grupo de médicos

---

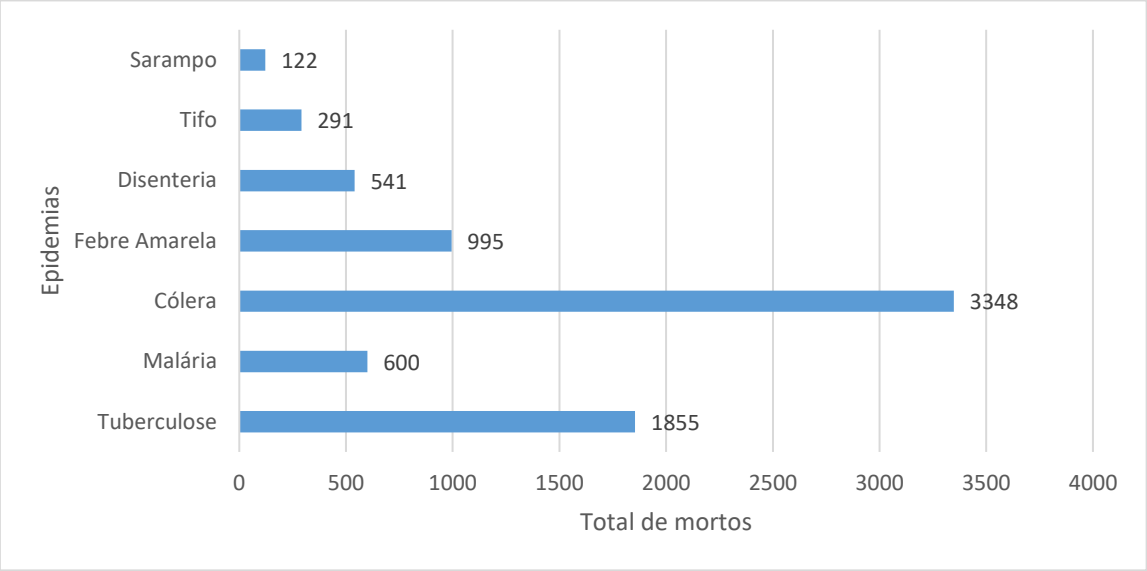
[76] O objetivo era afastar das áreas centrais os cemitérios, hospitais, matadouros, açougues, além das atividades fabris como padarias e fábricas de sabão (ARRAIS, 2004, p. 378 e 379).

[77] Dr. Lobo Moscovo, médico higienista responsável pelos serviços de salubridade no Recife na segunda metade do século XIX, temia as "moléstias de lugares fechados" e afirmava que "o homem não nasceu para viver em grandes reuniões" e que "a cidade é o túmulo do gênero humano" (apud ARRAIS, 2004, p. 370 a 373)

[78] O porto do Recife, com alta circulação de mercadorias e viajantes de várias partes do país e do mundo, suscitara temor por parte dos sanitaristas em relação à disseminação de epidemias. Para proteger a população, fazia-se necessária a inspeção rigorosa de mercadorias e a observação da quarentena com respeito aos indivíduos suspeitos de contaminação (ARRAIS, 2004, p. 382 e 383)

sanitaristas escolheu um local ao norte da cidade, no arrabalde de São Amaro das Salinas para a construção do cemitério público[79]. Ainda não totalmente concluído, o cemitério entrou em funcionamento em 1851 sob novas orientações quanto às condições das covas e transporte dos cadáveres (ARRAIS, 2004, p. 351-353).

Imagem nº 5 - Mortalidade por epidemias no Recife 1852 a 1860



Fonte: (ARRAIS, 2004, p. 363)

Por ocasião da vinda do Imperador, o abastecimento de água potável era provido pela Companhia Beberibe. A captação das águas, feita no açude do Prata, em terras do Engenho Dois Irmãos, garantia inicialmente um consumo limitado. Em 1848, com a implantação de uma adutora de 10 Km de extensão e de uma caixa d'água localizada na Boa Vista, foi possível ampliar a distribuição de água através de oito chafarizes localizados a saber: Praça da Boa Vista, subida da Ponte da Boa Vista, Pátio do Carmo, Pátio do Paraíso, Ribeira, Passeio Público, Trempe, Soledade e outro no largo no largo da Presidência[80]. Para abastecimentos domiciliares, os proprietários deveriam arcar com as despesas de instalação e o consumo máximo diário era de mil litros. A Santa Casa de Misericórdia e os órgãos públicos tinham direito a preços mais baixos. Em 1848, o governo provincial concedeu à Companhia do Beberibe, com exclusividade e pelo período de 35 anos, o direito de exploração dos serviços de abastecimento d'água da cidade do Recife (GASPAR, 2008).

[79] Cemitério de Santo Amaro, localizado em bairro de mesmo nome, no Recife.
[80] Atual Praça da República.

> Depois fui ver o açude do Prata. Forma uma espécie de lago, gastando na andadura do meu cavalo 6 minutos a circulá-lo. Deram-me muito boa água ali colhida para beber, mas é preciso guardá-la um dia ao menos para perder o gosto de ferro, que tem mais ou menos, sendo bastante sensível, e diferindo a bebida logo do açude apenas na temperatura que é morna. Deste açude parte o encanamento de águas da cidade, obra da Companhia Beberibe (PEDRO II, 1859).[81]

No Recife do Século XIX, assim como nos demais centro urbanos do Império, o crescimento populacional trouxe problemas relacionados com os e "águas servidas" (resultante de utilização humana, como em bacias sanitárias, banhos, lavagem de roupas e limpeza em geral), usualmente atirados à rua atingindo não raramente os transeuntes desavisados, ou levados por escravos em tonéis abertos até os rios e orlas marítimas[82], acabando por poluir as águas. Além de excrementos, o lixo, restos de animais e todo tipo de materiais inservíveis eram atirados aos rios assoreando seus leitos, elevando seus níveis de água e provocando cheias.

Por falta de condições adequadas nas residências, o hábito de urinar e evacuar nas vias públicas era comum. A falta de higiene da população foi relatada por viajantes estrangeiros que aqui estiveram no século XIX, como Charles Darwin que passou pelo Recife entre os dias 12 e 17 de agosto de 1836, reportando que "as ruas eram estreitas, mal calçadas e imundas" (apud DEL PRIORE, 2016, p. 191). Vauthier considerou a situação de higiene pública "grave" e cobrou explicações para o fato de os sobrados não possuírem privadas. O transporte dos dejetos em recipientes abertos, resultava não só em sujeira e mau cheiro, mas sobretudo a proliferação de doenças. (DEL PRIORE, 2016, p. 189-199)

Em 1858, o governo da província contratou o engenheiro francês Charles Louis Cambronne para projetar e executar um plano de escoamento das "águas servidas" utilizando canos de ferro ou de grés[83] até o mar. Para a coleta de

---

[81] Fragmento do Diário de D. Pedro II, anotação do dia 27 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[82] Chamavam-se *tigres* os tonéis onde se transportavam os dejetos e de *tigreiros* os escravos que faziam o transporte.

[83] Material cerâmico duro, denso, opaco e não-poroso, composto de argila e feldspato. Fonte: *Dicionário da Construção Civil*. Disponível em www.ecivilnet.com. Acesso em 10 abr. 2018.

excrementos humanos nas residências, se construiriam caixas metálicas lacradas e inodoras que seriam recolhidas a cada 15 dias e devolvidas limpas. Além da coleta do “esgoto”, a empresa também se encarregaria da coleta de lixo doméstico. O projeto de Cambronne, apesar de abranger uma área muito reduzida da cidade, não foi concluído e apenas em 1868 contratou-se a empresa Recife Draynage Company Limited, com o objetivo de prestar serviços de esgotamento sanitário à cidade. Em 1871 a Recife Draynage teve sua inauguração com a presença do Imperador D. Pedro II então de passagem pela província com destino à Europa, na primeira de suas três viagens ao exterior (ARRAIS, 2004, p. 387-403).

Quanto ao desenvolvimento da imprensa, durante o século XIX, foram publicados, na província, 66 títulos de jornais e periódicos, alguns de curta duração, com apenas uma ou duas edições, e outros de maior duração destacando-se o Diario de Pernambuco, ainda em circulação. Funcionavam em sua maioria como órgãos político-partidários e recorrentemente tornados como arenas de disputas e retaliações. Era considerada mais “polemista” que “construtivista” e um palco de retaliações (NASCIMENTO, 1966).

Entre as principais publicações da época, O Diario de Pernambuco[84] em sua fundação, em 1825, pretendia ser destinado a uma publicação de anúncios comerciais (NASCIMENTO, 1966), entretanto, no período compreendido entre 1835 e 1911[85], praticamente funcionou como imprensa oficial do governo da província pernambucana.

Jornal do Recife, revista semanal fundada em janeiro de 1859, objetivava ser um veículo de ciências, letras e artes. Fez ampla cobertura da visita do Imperador D. Pedro II a Pernambuco, publicando diversos poemas e artigos em homenagem ao casal Real, bem como toda a preparação das autoridades e da população para receber os ilustres visitantes.

[84] Iniciou suas atividades em 07 de novembro de 1825 apenas como folha de anúncios e é hoje o jornal mais antigo em circulação na América Latina.

[85] Com poucos períodos de exceção.

O Monitor das Famílias[86] foi originalmente concebido para ser “um periódico destinado às senhoras”. Com a notícia da vinda do Imperador teve seu início de funcionamento antecipado e resolveu “publicar desde já uma série extraordinária do mesmo periódico para dar conta dos festejos populares que por esta ocasião se tem feito e hão de fazer nesta capital senão também nas povoações do interior”, conforme relatou seu editor no número inaugural de 02 de dezembro de 1859, dia do aniversário de 34 anos do monarca.

O Liberal Pernambucano, órgão das publicações oficiais da Sociedade Liberal Pernambucana e cuja tipografia foi citada por D. Pedro II em seu diário logo no dia de sua chegada, defendia a monarquia, desde que constitucional e com elementos democráticos, também fez a cobertura da visita real. (NASCIMENTO, 1966, p. 78-91).

* * * * * * * * * * * * * * * *

Após uma turbulenta década de 1840 que culminou com a Revolta Praieira, no final da década de 1850, a Província de Pernambuco encontrava-se novamente sob o domínio das oligarquias políticas que comandavam o Partido Conservador, frente a uma oposição que tentava se reestruturar a partir da fundação da *Sociedade Liberal.* Por outra parte, a economia canavieira enfrentava uma séria crise devido à forte concorrência internacional resultando na forte queda de preço do açúcar além da falta recursos para investimentos. Ademais, a população lidava com a transição para mão-de-obra livre, enfrentava problemas com educação, saúde, abastecimento de água, saneamento e o crescimento desordenado da capital.

Apesar do declínio da cultura da cana-de-açúcar, Pernambuco continuava sendo a principal província do Norte do Império e D. Pedro II, ao elaborar seu projeto de viagem, a incluiu em suas visitações de 1859 como região que merecia maiores tempo e dedicação da comitiva Imperial.

[86] Para a publicação do jornal, Felipe Nory Colaço adquiriu uma litografia completa e contratou dois estrangeiros: o francês Alphonse Besson, responsável pela produção das litografias publicadas nas edições do Monitor das Famílias e o alemão Franz Heinrich Carls conduziu os trabalhos de impressão do jornal. Posteriormente, Francisco Henrique Carls, como passou a ser conhecido, possibilitou a divulgação das cenas do século XIX da cidade do Recife e de seus arrabaldes, através da publicação de coleções de litografia.

2. MOTIVAÇÕES PARA A VIAGEM AO NORTE

A visita da comitiva imperial ao norte do império, em 1859, será abordada neste capítulo sob duas perspectivas: uma relativa ao estilo de governo de D. Pedro II e de seu projeto de consolidação da monarquia, e outra relacionada à conjuntura política na Corte e na província pernambucana no final da década de 1850.

2.1. Estrutura político-administrativa no Segundo Império

A Constituição Imperial (CI), outorgada em 25 de março de 1824, criou as estruturas política e administrativa da nova nação. Através da peça legal, foi estabelecido que o poder político seria dividido em quatro esferas com a finalidade de garantir os direitos dos cidadãos: o Poder Legislativo[87], o Poder Moderador[88], o Poder Executivo[89] e o Poder Judicial[90].

O Imperador ocupava a cúpula do comando da nação e o Poder Moderador lhe concedia a prerrogativa de escolher os membros dos gabinetes ministeriais e dissolver a Câmara quando solicitado. O Poder executivo, composto de 6 ministros, comandava a burocracia estatal nos âmbitos judiciário, fiscal, policial, militar e eclesiástico. O Gabinete Ministerial nomeava presidentes de província, bispos, párocos, gestores de entidades de ensino superior e comandantes da Guarda Militar[91] (CARVALHO, 2012, p. 102). Com a Lei nº 523 de maio de 1847, houve uma separação entre a chefia do Estado, exercida por D. Pedro, e a chefia de governo, exercida pelo Presidente do Conselho Ministerial, nos moldes do sistema parlamentarista. Escolhido pelo Imperador, na prática o presidente do gabinete

[87] Exercido pela Assembleia Geral, composta pela Câmara de Deputados e Senado (CI, Art. 14).

[88] Exercido exclusivamente pelo Imperador que, como Chefe Supremo da Nação e seu Primeiro Representante, tinha como objetivo velar, incessantemente, pela "manutenção da independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos" (CI, Art. 98).

[89] O chefe do Poder Executivo é o Imperador, mas o exerce através de um Conselho composto por ministros por ele escolhidos. O gabinete ministerial era composto das seguintes pastas: Império, Estrangeiros, Fazenda, Justiça, Marinha e Guerra (CI, Art. 102).

[90] Exercido por Juízes de Direito perpétuos e pelos jurados, onde os jurados se pronunciam sobre o fato, e os Juízes aplicam a Lei (CI, Arts. 151 e 152).

[91] Embora tais nomeações acontecessem em boa medida em atendimentos às demandas de lideranças locais (CARVALHO, 2012, p. 102)

chefiava o executivo, embora subordinado a D. Pedro[92]. O monarca reservava-se "a função de árbitro e fiscal" do Poder Executivo, mas com poderes para governar, caso essa fosse sua vontade (HORBACH, 2006, p. 11-13).

Por sua vez, a monarquia, hereditária e constitucional, seria representada em três níveis: municipal, provincial e governo central. Primordialmente, representavam a nação o Imperador e a Assembleia Geral, composta pela Câmara de Deputados (temporária e com legislatura de quatro anos) e pelo Senado (vitalício). As províncias contariam com o Conselho Provincial[93] e as cidades e vilas com Câmara de Vereadores, cujos membros de ambas as casas seriam eleitos para uma legislatura também de quatro anos, nos mesmos anos dos demais cargos. (CI,1824, Art. 101).

2.2. As regras eleitorais vigentes entre 1824 e 1855

As bases do processo eleitoral brasileiro durante a vigência da monarquia foram estipuladas pela Constituição. A representatividade tinha caráter censitário e o pleito deveria ser quadrienal. Além da Carta Magna, os Decretos publicados em 26.03.1824 e em 04.05.1842 (Decreto nº 157) e a Lei nº 387, de 19.08.1846, estabeleceram os quantitativos e requisitos para os postulantes de cada cargo, e a forma como deveriam ocorrer as eleições.

A Constituição definiu que as eleições para as cadeiras das Assembleias Geral e Provincial teriam pleito indireto e em dois níveis: nas eleições primárias, realizadas nas paróquias, todos os cidadãos que atendessem aos critérios estabelecidos (denominados de "votantes") escolheriam os eleitores de segundo grau (ou simplesmente "eleitores") e esses, por sua vez, escolheriam os Membros do Conselho Provincial além dos Deputados Gerais e Senadores (CI, 1824, Art. 90).

---

[92] A Lei de criação da figura do Presidente de Conselho apenas regulamentou uma prática já instituída nos gabinetes desde a coroação em 1840, dada a imaturidade do Imperador. Em 1843, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) foi o primeiro a convidar os membros para compor seu gabinete, o que se tornou usual a partir daí (HORBACH, 2006, p. 12).

[93] Os Conselhos Provinciais eram compostos por 21 membros nas províncias de maior contingente populacional (Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) e por 13 membros nas demais (CI, Art. 73).

Para se qualificar como “votante” ou eleitor de primeiro grau, o cidadão deveria ser brasileiro ou naturalizado, estar em pleno gozo de seus direitos políticos e residir na paróquia na qual iria apresentar-se como votante. Estariam excluídos os que não comprovassem renda anual mínima de cem mil réis; os solteiros menores de 25 anos; oficiais militares, bacharéis formados ou clérigos menores de 21 anos; os filhos que ainda estivessem sob o pátrio poder, a menos que fossem funcionários públicos; os criados de servir, exceto os guarda-livros e primeiros caixeiros das casas de comércio; os Criados da Casa Imperial, exceto os de galão branco; os administradores das fazendas rurais e fábricas e os religiosos que vivessem em claustros (CI, Arts. 91 e 92). Estariam aptos para votar em segunda instância (ou para serem “eleitores”) todos aqueles que estivessem aptos para “votante”, exceto aqueles com renda inferior a duzentos mil réis anuais, os libertos e os criminosos “pronunciados em querela, ou devassa” (CI, Art. 94).

Aa eleições para Vereadores assim como para os Juízes de Paz[94] ocorreriam de forma direta. Havia exigências constitucionais de renda mínima gradativa para que um cidadão se tornasse apto para exercer as funções desde votante até o cargo de Senador.

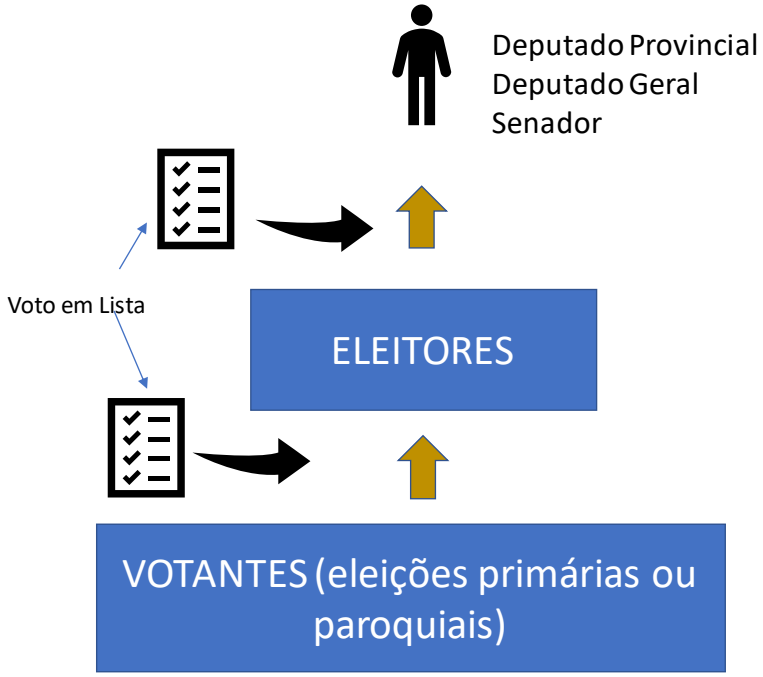
Na eleição primária (também chamada de *primeiro grau* ou *paroquial*), cada votante deveria apresentar uma lista com os nomes de seus escolhidos para eleitores de segundo grau (conforme a imagem nº 6). A lista deveria ter tantos nomes quanto fosse o número de vagas para eleitores de segundo grau daquela paróquia. Essa forma de votação ficou conhecida como “eleição de listas”. A mesa apuradora ficaria responsável pela divulgação do resultado em ordem decrescente de votos recebidos. Os nomes mais votados se tornariam os eleitores de segundo grau, e os seguintes seriam os suplentes.

Os eleitores escolhidos votariam, também no sistema de listas, para os Membros dos Conselhos Provinciais (ou Deputados Provinciais) e Deputados Gerais, conforme número pré-estabelecido para cada província. Estariam aptos

[94] Segundo a Constituição de 1824, nas causas cíveis não poderia haver abertura de processo judicial antes de ser tentada uma reconciliação entre as partes querelantes. Este arbitramento era efetuado pelo Juiz de Paz, cargo eletivo “pelo mesmo tempo e maneira por que se elegem os Vereadores das Câmaras” (CI, Arts. 160 a 162).

para o cargo de Deputado todos os que cumprissem as exigências para a função de eleitor, exceto aqueles que não comprovassem quatrocentos mil réis de renda liquida anual, os estrangeiros naturalizados e os que não professassem a Religião do Estado, ou seja, a religião Católica Apostólica Romana, conforme previsto no artigo 5º da Constituição Imperial.

Imagem nº 6 – Sistema de Votação vigente entre 1824 e 1855



Fonte: Constituição Imperial de 1824, Decreto nº 157 de 1842 e Lei nº 387 de 1846. Elaboração própria

Como o cargo de Senador era vitalício, as eleições só ocorreriam por vacância do cargo. Uma lista tríplice com os mais votados seria apresentada ao Imperador a quem caberia escolher, entre estes, aquele que assumiria o cargo. Cada província teria como Senador a metade inteira do número de Deputados Gerais estipulado. Aquelas províncias que possuíssem apenas uma cadeira de Deputado Geral, elegeria um Senador (a imagem nº 7 apresenta o número de deputados gerais por província). Como exigências para o cargo de Senador, além de ser cidadão brasileiro em pleno gozo de direitos políticos e ter acima de quarenta anos, deveria ser reconhecido como “pessoa de saber, capacidade, e virtudes, com preferência os que tivessem feito serviços à Pátria”, e com rendimento anual acima de oitocentos mil réis.

Até 1842, não existiam cédulas eleitorais e nem se obrigava que os partidos apresentassem um alistamento oficial de candidatos. Qualquer cidadão poderia receber votos, cabendo à mesa apuradora verificar se os eleitos se enquadravam nas exigências mínimas para exercer ou não a função para a qual haviam sido escolhidos (NICOLAU, 2012, p. 42).

Imagem nº 7 – Número de Deputados por província

Província	*Deputados Gerais*	*Província*	*Deputados Gerais*
Rio Grande do Sul	3	Sergipe	2
Santa Catarina	1	Alagoas	5
São Paulo	9	Pernambuco	13
Mato Grosso	1	Paraíba	5
Goiás	2	Rio Grande do Norte	1
Minas Gerais	20	Ceará	8
Rio de Janeiro	10	Piauí	2
Espirito Santo	1	Maranhão	4
Bahia	14	Pará	3
		Total	104

Fonte: Lei nº 387 de 1846. Vigorou para a 7ª Legislatura (1848) e 8ª Legislatura (1849-1852). Elaboração própria

A partir da reforma de 1846 as eleições passaram a ser simultâneas em todo o império. As primárias deveriam ocorrer no primeiro domingo do mês de novembro do quarto ano da legislatura em curso e a eleição dos Deputados Gerais, trinta dias depois (Arts. 40 e 68 da Lei nº 387 de 1846).

Essas normas vigoraram até a reforma eleitoral de 1855, que alterou, substancialmente, a escolha dos parlamentares no império.

2.3. As falhas do processo de representatividade

Apesar das alterações efetuadas na legislação eleitoral na tentativa de evitar fraudes, o processo de escolha parlamentar no Brasil monárquico foi marcado pela corrupção e patrimonialismo, comandado pelas grandes oligarquias e com tendência à perpetuação no poder por parte do partido que assumisse o governo. Para garantir que os nomes escolhidos fossem os eleitos, as fraudes eram frequentes e generalizadas e ocorriam com maior ênfase nas eleições de 1º grau. O objetivo era de se “fazer o eleitor” de primeiro grau. Eram comuns as situações de adulteração de listas, voto de leitores fantasmas e adulteração de atas

eleitorais. Tornou-se senso comum que uma vez feito o eleitor, estava praticamente decidida a eleição (FERRAZ, 2015, p. 2).

D. Pedro II tinha consciência das fragilidades do processo eleitoral no país. Em orientação à sua filha, D. Isabel, em 1871, reconheceu que as eleições não representavam a opinião nacional e que cabia ao Imperador estudar a melhor forma de fazer a vontade da população suplantar as artimanhas políticas[95] (CARVALHO, 2012, p. 90-91). Defendeu que o Imperador deveria manter-se "livre de prevenções partidárias" e ser o primeiro a garantir a representatividade legítima, contudo sabia da grande dificuldade de se alcançar esse objetivo devido ao modo como se realizavam as eleições no país (BARMAN, 2012, p. 249). Em 1876, novamente orientando a princesa, afirmou que seu grande empenho era a liberdade das eleições (AULER, 1957, p. 413).

Apesar das declarações de D. Pedro, a historiografia consagrou a posição de que a coroa manipulava o resultado dos pleitos através da indicação do ministério. Ter o controle da máquina governamental permitia ao gabinete em exercício interferir nas eleições para fortalecer seu partido e permitir a formação de bancadas de apoio na Câmara, mesmo sem a aquiescência do Imperador (CARVALHO, 2012, p. 102). Segundo Barman (2012, p. 249), apenas um gabinete "extremamente incompetente" não faria ampla maioria na Câmara.

O partido que fosse convocado para assumir o Conselho Ministerial, sendo este Liberal ou Conservador, contava com a ajuda dos presidentes de Província, homens de confiança do governo, bem como das lideranças locais para elegerem os parlamentares que dariam sustentação ao governo (NICOLAU, 2012, p. 45). As eleições no Brasil imperial, segundo esse entendimento, ocorriam de cima para baixo e eram uma mera farsa do Poder Moderador.

Conforme ressaltou Estefanes, os estudos de Dolhnikoff revelaram que "não se pode falar em manipulação unilateral das eleições pelo governo através do presidente" do gabinete ministerial. Havia, sim, a influência do poder central, porém

[95] Aconselhando sua filha, a Princesa Isabel, D. Pedro escreveu em 1871: "Meu grande empenho é a liberdade de eleições". Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis apud (ESTAFANES, 2010, p. 105)

este dependia de fazer negociações e firmar alianças com as lideranças políticas das províncias para garantir a maioria na Câmara (ESTAFANES, 2010, p. 119).

O sistema de votação em lista demandava grandes esforços por parte do ministério no atendimento das demandas dos parlamentares. Assim, em busca de formação de sua base de sustentação na câmara baixa, o governo se via compelido a acatar as reivindicações das maiores bancadas provinciais quanto às "políticas públicas, patronagem, acesso a ministérios etc." (FERRAZ, 2012, p. 248).

Outrossim, era prerrogativa do governo usar largamente sua influência e apoiar seus aliados nas eleições, atuação considerada lícita e amplamente aceita no meio político imperial, desde que dentro dos critérios da legalidade, sem uso de violência ou de meios fraudulentos. Durante o século XIX, práticas como clientelismo, patronagem e deferência à autoridade eram legítimas e admitidas não só no Brasil como em países europeus e nos Estados Unidos (SABA, 2010, p. 85 e 96-97).

Ademais, o fato de o voto ser aberto (não secreto) e em listas, induzia a formação das chamadas "chapas"[96]. Os líderes dos dois partidos nas províncias negociavam entre seus pares os nomes que deveriam ocupar os cargos na Assembleia Geral. A lista pronta (ou chapa) era imposta aos eleitores de segundo grau utilizando-se das relações patrimonialistas e deferência à autoridade ou através de atos ilegais. O artifício das chapas fortalecia os partidos nas províncias e abria a frente de barganhas deles perante o governo da Corte.

Os esforços para se constituir uma "câmara unânime", entretanto, não implicavam garantia de sustentação do governo uma vez que as bancadas parlamentares estavam mais empenhadas em defender os interesses provinciais, corporativos ou doutrinários do que os do ministério, mesmo sendo parlamento e governo pertencentes a um mesmo partido. Esta oposição dos membros da Câmara aos ministros do seu próprio partido demonstra que não existia uma filiação ou compromisso partidário sólido. Os gabinetes, mesmo quando conseguiam maioria nas eleições através da atuação de seus correligionários nas

[96] Ver mais sobre a formação das chapas "oficiais" nas eleições anteriores à Lei dos círculos em Sérgio Ferraz (2012, p. 240 a 250).

províncias, não contavam com totais garantias para a aprovação de projetos. (DOLHNIKOFF, 2012), (FERRAZ, 2012, p. 232 a 235). Quando os impasses ocorriam, o Poder Moderador era acionado ora para mediar ora para decidir entre substituir o gabinete ministerial ou dissolver a Câmara.

Apesar do frágil compromisso partidário, votar contra as elites dominantes de sua província poderia implicar alto custo político para um parlamentar. Havia o risco de ficar de fora da composição da chapa nas eleições seguintes, sem o qual dificilmente conseguiria ser eleito para um cargo na Assembleia Geral (FERRAZ, 2015, p. 3), (DOLHNIKOFF, 2012). Conforme esse entendimento e em contraposto à historiografia tradicional, as eleições tinham forte influência das lideranças políticas provinciais e não estavam sob total controle do gabinete ministerial.

Da forma como ocorriam as eleições, os Juízes de Paz tinham papel fundamental no pleito. Tratava-se de cargo eletivo e intensamente disputado pelas lideranças locais, o que também suscitava ocorrência de fraudes. Conseguir colocar pessoa de confiança na condução dos trabalhos de recepção, impugnação e apuração de votos podia ser a garantia de vitória nas urnas para os chefes políticos da região.

Além do exposto e conforme lembrou Estefanes (2010, p. 119-121), as reformas regressistas de 1840 e 1841 trouxe para o governo central a competência para nomear os ocupantes dos cargos de juiz municipal e promotor e ainda para criar cargos no judiciário, antes facultados às províncias. Postos de chefe de polícia, delegados e subdelegados foram instituídos e sua nomeação ficou a cargo do Imperador. As funções de delegados e subdelegados não exigiam formação e poderiam ser ocupadas por cidadãos comuns. Essas e outras funções de menor relevância passaram a ser utilizadas pelo poder central como barganha para apoio eleitoral.

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito à teoria do sistema representativo que vigorou durante o século XIX. Acreditava-se que o “os cidadãos comuns eram incapazes de governarem a si mesmos” e que “a vontade geral não emanaria naturalmente da atuação dos populares, mas seria resultado da deliberação racional de um corpo eleito de representantes”, onde, apenas um

grupo “de homens escolhidos especialmente para legislar poderia estabelecer o verdadeiro interesse nacional e dariam a última palavra sobre a vontade do povo” (SABA, 2010, p. 20). Em outras palavras, segundo os formuladores do regime representativo, os parlamentares poderiam decidir os caminhos de uma nação independentemente da vontade popular. Todavia, os estudos de Saba (2010) demonstraram que, longe de serem inertes ou submissos ao controle dos governantes nacionais ou locais, a população em geral, assim como grupos organizados da sociedade imperial, conseguiu influenciar debates na Câmara através de petições dirigidas aos parlamentares, aos gabinetes ministeriais e à Coroa. O grande número de petições elencadas por Saba (2010) atestam que havia a corrupção nos pleitos eleitorais, mas não havia aceitação pacífica da imposição da vontade dos grupos dominantes sobre o eleitorado, que lutava para garantir a manutenção do que que acreditava serem seus direitos.

2.4. O Imperador D. Pedro II e o exercício do poder

D. Pedro II governava nos termos da constituição, mas imprimia sua vontade sobre o Conselho de Estado e Senado[97]. A única das casas em que o Imperador não exercia pleno domínio era a Câmara de Deputados, dado o grande número de membros, o curto mandato e o fato de a escolha de seus componentes estar mais atrelada à província do que à Corte (BARMAN, 2012, p.250-255).

De caráter austero, D. Pedro não tinha apego à etiqueta, pompas ou circunstâncias, mas procurava obstinadamente o controle e o exercício da autoridade, atitudes que, por vezes, ficavam disfarçadas sob sua discrição e cordialidade no trato. Conforme observou Barman:

> Ele era invariavelmente, cortês, gentil e paciente. Mantinha as emoções sob uma disciplina férrea. Jamais era rude e nunca perdia a calma. Era extraordinariamente discreto com as palavras e cauteloso nas ações. Igualmente notável era sua lealdade com o status quo, tanto com respeito às pessoas quanto às instituições. (BARMAN, 2012, p. 183)

[97] Os Membros do Conselho de Estado assim como do Senado eram vitalícios e escolhidos pelo Imperador. No caso dos senadores, eram eleitos pelas províncias em lista tríplice e D. Pedro selecionava um entre estes (CI, Arts. 40 e 43).

Ainda segundo Barman, o Imperador “jamais dependera ou se subordinara a ninguém”. Centralizador e zeloso dos assuntos governamentais, dispensava até mesmo a ajuda de um secretário particular. Apesar de não ser considerado um autocrata, pois costumava ouvir seus ministros e auxiliares, obstinava-se em alcançar seus objetivos e sabia esperar o momento oportuno para agir. De extraordinária memória, utilizava seu tempo livre em leituras de livros e jornais e, segundo seus biógrafos, não raro estava mais atualizado sobre assuntos concernentes às pastas que seus próprios ministros. Como chefe dos poderes Moderador e Executivo tinha sua autoridade garantida pela constituição, entretanto, essa mesma lei o eximia de qualquer responsabilidade no uso do poder. Quanto aos gabinetes, os ministros que discordassem de suas determinações deveriam renunciar. O Imperador não costumava ceder (BARMAN, 2012, p. 206, 241, 245 e 277).

Apesar de toda a autoridade que lhe era concedida, D. Pedro buscou durante todo o seu governo utilizá-la com bom senso e sob uma noção de justiça, conforme anotou em seu diário de 1862:

> “Tenho espírito justiceiro. Não posso admitir favor diferente de justiça. A minha política sempre foi a da justiça em toda a latitude da palavra, isto é, da razão livre de paixões, tanto quanto os homens a podem alcançar” (apud BARMAN, 2012, p. 240)

Seu estilo de condução do governo e a prosperidade econômica do início da década de 1850 trouxeram boa reputação dentro e fora do país e fortaleceram sua imagem. Nas palavras de Barman, D. Pedro II tornou-se perante a elite e a população em geral, “parte da ordem natural e apenas os imprudentes ou os tolos tentariam substituí-lo por alguma outra forma de governo ou desafiariam a direção que ele buscava dar ao país” (2012, p. 238).

A imprensa internacional repercutia os resultados alcançados pelo império. Segundo o *Ilustrated London News*, jornal semanal inglês ilustrado, fundado em 1842, a prosperidade do Brasil no início da década de 1850 devia-se ao regime de governo (monarquia) e à personalidade de D. Pedro II, que conduzia o país com “bom senso, prudência, sagacidade e firmeza”. Em outubro de 1852, o jornal anotou que “em meio a todas as instituições republicanas da América do Sul, somente a brasileira floresceu grande e livre. As outras sucumbiram a tiranos ou se

desmoronaram a partir dos elementos defeituosos que a compunham". O *L'Illustration* de Paris publicou, em 1852, que "feliz o país que tem a felicidade de possuir tal monarca" (BARMAN, 2012, p. 236, 237 e 241).

Em 1853, contrário à acentuada partidarização da política[98] e em plena maturidade política e pessoal, D. Pedro sentiu-se seguro e respaldado para abraçar o que passou a chamar de seu "programa de governo"[99], que consistia basicamente em "conciliação e melhoramentos". Como "melhoramentos" podemos entender a implementação de infraestrutura necessária ao desenvolvimento técnico e social do país, tendo como espelho a sociedade europeia, em especial a francesa. A "conciliação" consistia numa atuação suprapartidária do governo na busca de soluções em benefício da sociedade brasileira, independente da vontade dos parlamentares ou partidos políticos. A Coroa passou a orientar o governo para que os cargos na administração pública fossem preenchidos de acordo com a capacidade técnica e mérito dos postulantes e não como alvo do clientelismo e das compensações políticas.

O Imperador entendia os partidos políticos como indispensáveis para o sistema de governo existente no país, mas era crítico e hostil quanto à atuação deles. Na prática, funcionavam como grupos interessados apenas nas benesses governamentais, sem compromissos com princípios, ideias ou forças sociais, e pouco se diferenciavam entre si. Apesar dos partidos não contarem com a fidelidade incondicional de seus integrantes, era através deles que se firmavam as alianças locais que, por um lado, beneficiavam os políticos nacionais, mas, por outro, aprisionavam a coroa na concessão de favores. Para a coroa e os gabinetes, a desestruturação dos partidos, uma das metas do programa de conciliação, seria a primeira vista algo favorável. D. Pedro II abraçou os ideais de conciliação por alguns anos. Em 1862, já tendo feito sua jornada ao norte do país, ainda se referia a ela em seus diários. (BARMAN, 2012, p. 241 a 243), (FERRAZ, 2015, p.113).

---

[98] As forças políticas provinciais exigiam privilégios, cargos e concessões em contrapartida pela lealdade à ordem conservadora que se instalou no governo desde a queda dos liberais em 1848 (FERRAZ, 2012, p. 113)

[99] Referiu-se a seu "programa de governo" em carta a seu cunhado, casado com sua irmã a rainha de Portugal d. Maria II (BARMAN, 2012, p. 238).

O Imperador confiou a implementação do seu programa de governo ao Marquês do Paraná, após instruí-lo como queria que o gabinete atuasse. Paraná cumpriu incansavelmente a missão até seu súbito falecimento em 1856, ainda como presidente do gabinete ministerial. Conforme declarou ao rei consorte de Portugal, seu cunhado Fernando, ao perder o "principal sustentáculo" de sua política de governo, D. Pedro se viu obrigado a "intervir mais imediatamente nos negócios públicos"[100]. Desconhecia outro indivíduo que possuísse o mesmo conhecimento das causas brasileiras, o mesmo capital político e a mesma energia que o falecido Marquês. A atitude de tomar para si os assuntos públicos demonstra o quanto o Imperador, que "se esquivara até aquele momento em assumir um papel visível na condução do governo", era partidário da conciliação (BARMAN, 2012, p. 245).

Contudo, a conciliação dividiu os conservadores em dois grupos: os que apoiaram a coroa e a abertura moderada do governo aos liberais e àqueles que defendiam a política partidária ortodoxa dos saquaremas. O Imperador atrelava a presidência do gabinete à aceitação dos princípios da conciliação e encontrou resistências por parte do grupo conservador mais tradicional na aceitação de convites para presidência do Conselho Ministerial, após a morte do Marquês do Paraná. O Visconde de Uruguai rejeitou o convite em 1856 e Eusébio de Queiroz em 1858, com a saída do Marquês de Olinda, e em 1859, com a saída de Abaeté. (FERRAZ, 2012, p. 127). Passaram, assim, a coexistir três vertentes políticas no império: os liberais, os conservadores tradicionais[101] e os conservadores moderados.

Além da divisão interna no Partido Conservador, as divergências entre câmara e governo, agravadas com a posse dos parlamentares eleitos pelo voto distrital em 1856, provocaram a renúncia de três gabinetes ministeriais por falta de apoio da Câmara. As quedas sucessivas dos ministérios após Paraná e posse do novo gabinete em 10 de agosto de 1859, levaram D. Pedro a informar à Assembleia Legislativa, durante a cerimônia de encerramento dos trabalhos

[100] Fragmento da carta de D. Pedro II a Fernando, datada de 13/01/1856 (apud BARMAN, 2012, p. 245).

[101] Também referidos como conservadores ortodoxos ou *vermelhos* (CARVALHO, 2012, p. 103).

parlamentares em setembro daquele ano, que visitaria as províncias do norte do país durante o recesso do Senado e Câmara. Partiu para sua jornada em 02 de outubro de 1859 e, utilizando-se de todo o arsenal possível (eventos políticos/sociais, rituais religiosos, visitas, condecorações), interferiu diretamente no cenário político buscando imprimir os ideais de conciliação àquela região do país.

2.5. A instabilidade ministerial no Segundo Império

Um aspecto político bastante relevante durante o segundo reinado e que afetava diretamente o governo do império foi a grande instabilidade dos gabinetes ministeriais. Foram 37 gabinetes no decorrer de quase 50 anos do reinado de D. Pedro II, e cada composição ministerial permaneceu por um ano e quatro meses em média. Segundo Ferraz (2012, p. 11 a 16), 19 dentre esses gabinetes caíram por conflitos com os deputados gerais, mesmo quando o executivo possuía base parlamentar favorável.

Em oposição a uma parte da historiografia que atribui a alternância de forças políticas frente ao executivo à decisão exclusiva do Imperador no uso das prerrogativas do Poder Moderador, de acordo com os estudos de Ferraz, a principal causa da queda dos gabinetes foram os “conflitos, efetivos ou potenciais, entre o Executivo e o Legislativo, em especial a Câmara dos Deputados”. Metade dos gabinetes durante o segundo reinado caiu por falta de apoio da Câmara, atestando a força dessa casa legislativa frente ao Poder Executivo (FERRAZ, 2012, p. 11 a 16).

Em caso de conflito entre a Câmara e o governo em exercício, caberia ao Imperador intervir e decidir entre dissolver a Câmara ou o gabinete de ministros. Apesar da prerrogativa constitucional, a decisão de encerrar uma deputação implicava alto custo político e convocação de novas eleições (DOLHNIKOFF, 2012, p. 24). Até a 10ª legislatura (que atuou entre1857 e 1860), a câmara havia sido dissolvida em três ocasiões: em 1842 (antes de iniciado o ano legislativo), 1844 (5ª legislatura) e 1848 (7ª legislatura). Essas dissoluções foram solicitadas pelo gabinete ministerial em decorrência de troca partidária no Poder Executivo. Em 1842, com maioria liberal, a Câmara foi dissolvida a pedido do gabinete conservador antes mesmo de assumir. Em 1844, início do 1º quinquênio liberal, a

composição, unanimemente conservadora, foi encerrada por D. Pedro. Em 1848, de maioria liberal teve sua dissolução solicitada pelos conservadores. Na década de 1850, não ocorreram dissoluções da Câmara de Deputados (FERRAZ, 2012, p. 72).

Renomados historiadores[102] sustentam a tese de que o Poder Moderador detinha o total controle sobre a política e a administração do Estado brasileiro[103] e que as casas legislativas, em especial a Câmara de Deputados, tinham caráter formal, mas não exerciam papel efetivo no governo (FERRAZ, 2012, p. 23). Entretanto, tanto os episódios de dissolução da Câmara de Deputados por oposição ao executivo quanto as convocações de novo gabinete ministerial por perda de apoio parlamentar atestam a relevância do papel do Poder Legislativo no processo político nacional. Era fato amplamente reconhecido que o gabinete não conseguiria governar diante de um parlamento hostil.

A mudança do sistema eleitoral baseado em listas, para o sistema de distrito - ou círculos - a partir da eleição de 1856, acirrou as divergências entre os ministérios e a Câmara[104]. Conflitos com a primeira deputação pós-círculos foram responsáveis pela queda de 3 gabinetes nos anos anteriores à viagem da comitiva para o norte do país. O 13º e 15º gabinetes (veja-se apêndice nº 1), liderados por conservadores, caíram por ação direta do legislativo[105], enquanto o 14º gabinete caiu por demanda conjunta do Imperador e do legislativo. O 13º gabinete (conservador/conciliação) foi presidido por Luís Alves de Lima e Silva (Conde, depois Marquês e Duque de Caxias) chamado por D. Pedro para concluir as reformas iniciadas no 12º gabinete pelo Marquês do Paraná. Permaneceu de 03.09.1856 a 04.05.1857 e demitiu-se antecipadamente por prever que a falta de apoio da Câmara inviabilizaria a gestão. O 14º gabinete (liberal/conciliação) foi

[102] Sérgio Buarque de Holanda, Francisco Iglésias e Raymundo Faoro (apud FERRAZ, 2012, p. 22 e 23).

[103] Fato relatado no conhecido discurso do Senador Nabuco de Araújo em 1868: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí está o sistema representativo de nosso país!” (apud FERRAZ, 2012, p. 23).

[104] Ver mais sobre a relação entre Lei dos Círculos e aumento das divergências ente a Câmara e Gabinetes em: (FERRAZ, 2012, p. 249 e 268 a 277).

[105] Ver mais sobre a quedas dos gabinetes de Caxias e Abaeté entre 1856 e 1859 em Ferraz (2012, p. 115 a 123).

presidido por Pedro Araújo Lima (Visconde e depois Marquês de Olinda)[106] e teve duração de 04.05.1857 a 12.12.1858. Caiu por defender uma política financeira controversa que acarretou tanto a perda de prestígio perante a coroa como a diminuição da sustentação parlamentar no Senado e Câmara, acarretando a renúncia do gabinete. O 15º (conservador/conciliação), presidido por Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), tendo Sales Torres-Homem na pasta da Fazenda, teve duração de 12.12.1858 a 10.08.1859. Demitiu-se devido à oposição parlamentar na aprovação de seu "programa econômico ortodoxo e contracionista" e pela recusa do Imperador em dissolver a Câmara (FERRAZ, 2012, p. 51, 116, 118 e 121).

A troca constante de gabinete ministerial dificultava consideravelmente as ações de longo prazo, acarretando "soluções de continuidade para políticas e medidas de governo", além de provocar demissões de funcionários públicos e de ocupantes de cargos de confiança. Em suma, cada mudança de ministério era um abalo de grandes proporções para a coroa (FERRAZ, 2012, p. 43).

O crescimento das divergências entre a Câmara e Gabinetes com consequente aumento da instabilidade ministerial está, a nosso ver, entre os motivadores da viagem de 1859.

2.6. Atuação do Partido Conservador no início da década de 1850

Com a saídas dos liberais em 1848, o Imperador promoveu novo rodízio de partidos. Os conservadores assumiram o comando da política no país permanecendo à frente do executivo por mais de uma década. Em 1850, com uma câmara hegemônica[107] e sob a liderança da trindade saquarema[108], deliberaram

[106] Ver mais sobre o gabinete de Olinda de 04.05.1857 em Ferraz (2012, p. 118 a 121) e Cadena (2018, p. 226 a 239).

[107] A Câmara de Deputados na Corte contava com 110 conservadores e apenas um liberal (SCHWARCZ, 1998, p. 101)

[108] José da Costa Carvalho, o Visconde de Monte Alegre, quando substituiu o Marquês de Olinda na presidência do Conselho de Ministros, em outubro de 1849, designou como ministros Eusébio Queiroz Matoso Câmara na pasta da Justiça, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí) na Fazenda e Paulino José Soares de Souza (Visconde de Uruguai) como ministro dos Estrangeiros. Este coeso grupo de ministros estava sintonizado com as propostas do Imperador e tiveram força suficiente para aprovar as polêmicas propostas de 1850 (SCHWARCZ, 1998, p. 101).

sobre importantes questões como a abolição do tráfico de escravos[109], a estrutura agrária[110], mão-de-obra imigrante e Guarda Nacional[111] (SCHWARCZ, 1998, p. 101 a 103), (CARVALHO, 2007, pp. 47, 48).

Em 1850, também foi promulgado o Código Comercial, que instituía a profissão de comerciante e criava instâncias judiciais para as causas mercantis. A atividade comercial foi fortemente impulsionada pelo capital antes destinado ao mercado negreiro, resultando, inclusive, no fortalecimento do setor bancário. Parte do recurso remanescente do tráfico foi investido em infraestrutura, sobretudo em transporte ferroviário. Da mesma forma, receberam investimentos a comunicação via telégrafo, a navegação a vapor, os estabelecimentos de ensino e a iluminação a gás das cidades. O período ainda contou com a alta do café nos mercados internacionais e com o forte crescimento das importações, trazendo ao império pujança econômica, estabilidade político-financeira e um clima de otimismo entre a população, resultando, por sua vez, no aumento da popularidade do Imperador (SCHWARCZ, 1998, p. 101 a 103), (BARMAN, 2012, p. 235, 236). Esse período de crescimento econômico após a extinção do tráfico negreiro ficou conhecido como Era Mauá. Irineu Evangelista de Souza (futuro Visconde de Mauá) possuía 17 diferentes empreendimentos no Brasil, Uruguai e Argentina nas áreas de comércio, finanças (criação do 3º Banco do Brasil), indústria, construção naval, e comunicação (instalação do primeiro cabo submarino entre América do Sul e a Europa) (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 275).

---

[109] A regulamentação das terras, imigração e Guarda Nacional foram consequências da abolição do tráfico de escravos e serviam para estruturar o governo no enfrentamento da resistência dos proprietários de terras (SCHWARCZ, 1998, p. 102).

[110] A Lei de Terras de 1850 regulava a venda de terras públicas para financiar a contratação de trabalhadores estrangeiros livres para substituir a mão-de-obra escrava. Visava, em adendo, a desestimular o estabelecimento de pequenos agricultores e a compra de terras pelos imigrantes. A lei recebeu forte oposição de pequenos proprietários e autoridades locais e não alcançou a eficácia esperada (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 274), (CARVALHO, 2012, p. 100)

[111] A Guarda nacional era uma milícia cidadã que, embora subordinada ao Ministério da Justiça, gozava de autonomia e elegia seu próprio comando. A partir de 1850, os oficiais da guarda passaram a ser nomeados pelo ministro da justiça que utilizava esta prerrogativa como moeda de troca política, uma vez que o cargo conferia status aos proprietários locais, e aos poucos transformou-se em instrumento de manipulação eleitoral (CARVALHO, 2012, p. 102).

2.7. O Gabinete da Conciliação

Durante a década de 1850, o Brasil usufruía dos efeitos positivos advindos do encerramento do comércio negreiro e do crescimento das exportações do café. Em dois anos, as importações no Brasil cresceram 57,2% com término do tráfico negreiro, o que beneficiava sobremaneira o governo uma vez que o imposto de importação era sua maior fonte de renda (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 274) (veja-se o apêndice nº 6). Em 1853, o cenário era de prosperidade e questões polêmicas como a propriedade de terras, os imigrantes, o comércio e a Guarda Nacional já haviam sido discutidas e reguladas por lei.

Os quadros político e econômico amplamente favoráveis após 1849[112] à utilização de práticas eleitorais fraudulentas favoreciam a permanência do grupo majoritário conservador no comando dos Poderes Executivo e Legislativo. Esse quadro comprometia sobremaneira a representatividade defendida por D. Pedro II, que se manifestava a favor da lisura no processo eleitoral. Temia-se à época que os conflitos entre os liberais e conservadores ameaçasse a ordem social assim como a boa fase econômica do país[113].

A Revolução Praieira comprovou que forças políticas alijadas do poder por intervenção nos pleitos e por nomeações clientelistas poderiam, com apoio popular, produzir insurgências contra o governo levando a uma guerra civil com consequências imprevisíveis (ROSAS, 1999, p. 123). Após a derrota, os praieiros haviam-se recusado a participar das disputas eleitorais e a coroa temia pela estabilidade da monarquia e a unidade territorial do império. Caberia, assim, ao Poder Moderador o encargo de promover artificialmente a representação parlamentar através da rotatividade dos partidos no poder (CARVALHO, 2007, p. 56). No entanto, a própria Praieira, ocorrida após a inversão de liberais para conservadores em setembro de 1848, atestou que o rodízio artificial de partidos era ineficaz (ROSAS, 1993, p. 123) e que outros caminhos deveriam ser buscados.

---

[112] Em carta à sua irmã mais velha, a rainha de Portugal d. Maria II, D. Pedro declarou em setembro de 1852 que o país estava “sossegado e prosperando, e a atenção pública dirige-se para os melhoramentos materiais” (BARMAN, 2012, p. 235).

[113] Como lembrou Suzana Cavani Rosas, a prosperidade econômica do início da década de 1850 tem estreita correlação com a implantação da política de conciliação, conforme abordado pela historiografia sobre o período imperial (ROSAS, 1999, p. 16)

Foi precisamente no cenário pós-Praieira que ressurgiu na câmara baixa o tema *conciliação partidária*, já discutido no início da década de 1840, agora acrescido de considerações sobre a anistia de rebeldes condenados. Incorporando o tema, D. Pedro cobrou de seus ministros nova postura em relação à pena aplicada aos insurgentes pernambucanos e às arraigadas fraudes eleitorais (ESTAFANES, 2010, p. 123).

Em 1852, dois fatos bastante relevantes impulsionaram os debates sobre a conciliação:

> a) a oposição parlamentar ao ministério de Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), que contou com forte participação dos conservadores pernambucanos por insatisfação com a composição do gabinete (este fato rachou, definitivamente, o Partido Conservador, já combalido por disputas internas)[114];
>
> b) o resultado das eleições para a Câmara, que excluiu completamente os liberais da Câmara de Deputados com uma legislatura unanimemente conservadora (FERRAZ, 2015, p.56 e 57).

O "falseamento" do pleito eleitoral de 1852 e a Câmara unânime foram atacados na imprensa e, já no início de 1853, começaram os protestos em defesa da conciliação tanto por parte dos políticos liberais quanto dos conservadores.

O conservador Nabuco de Araújo declarou que deveria ser "do interesse do governo em insinuar, apoiar mesmo a eleição de oposicionistas esclarecidos e moderados porque desta maneira se davam passo para aproximação e conciliação dos partidos". Nabuco defendia, ainda, a lisura nas eleições: temia o fim do sistema representativo no império que poderia sucumbir "falseado pela unanimidade". Em 06 de julho de 1853, em seu discurso largamente conhecido, *A Ponte de Ouro,* Nabuco se mostrou avesso às perseguições políticas entre grupos adversários em Pernambuco e que tal prática ameaçava a "monarquia e as instituições do país". Defendeu que, sem abandonar os princípios do Partido Conservador e sem abrir

[114] A Revolução Praieira, a abolição do tráfico negreiro em 1850 e a questão do Rio da Prata contribuíram, de formas diferentes, para acirrar os conflitos internos do Partido Conservador (FERRAZ, 2015, p. 57)

mão da autoridade, deveriam ser chamados para próximo dos conservadores os "homens honestos, inteligentes e moderados do partido adverso" (NABUCO, 1997, p. 147 e 152).

O liberal Salles Torres Homem publicou artigos no *Correio Mercantil*, jornal considerado radical e que circulava na Corte, posicionando-se a favor de "uma administração imparcial e conciliatória" e que transformaria "as facções em verdadeiros partidos políticos" (apud FERRAZ, 2015, p. 58 e 59).

Mesmo entre os liberais da Corte, havia divergências em relação ao apoio à opinião de Torres Homem. Alguns defendiam que o Partido Liberal deveria voltar ao poder por ação do Poder Moderador com a dissolução do gabinete de Rodrigues Torres, contrário à nova política e à dissolução da Câmara com convocação de novas eleições. Os conservadores perceberam que a conciliação, de per si, já dividia e enfraquecia o partido opositor e abraçaram a proposta (ROSAS, 1999, p. 137 e 138).

O quadro político em 1853 era de partidos fragmentados internamente, com a política da conciliação sendo combatida e defendida por liberais e conservadores. Tendo já alcançado maturidade na condução do império além de usufruir de grande popularidade dentro e fora do país, D. Pedro decidiu implantar o que chamou de seu "plano de governo" para conciliar os políticos em torno dos interesses da nação, acima das conveniências partidárias[115]. Em outras palavras, significava buscar trazer para os flancos do governo as principais competências individuais ou lideranças políticas, independentemente se oriundo do partido Liberal ou Conservador. O movimento de conciliação encabeçado pelo Imperador foi abraçado pela ala dissidente do partido conservador.

Dados os costumes arraigados na política e na sociedade imperial, o projeto era deveras ambicioso. O gabinete de Rodrigues Torres, em exercício, não compartilhava das ideias de mediação entre *luzias* e *saquaremas* e não gozava do

[115] Conforme ressaltou Barman (2012, p. 240) os ideais de conciliação seguidos por D. Pedro II eram uma concepção já difundida na época. Em 1853, o Gabinete Aberdeen na Grã-Bretanha, conforme a definição de seu líder, composto "por homens capazes e distintos, diferentes uns dos outros em alguns aspectos, mas unidos, como quero crer, por um sincero desejo de promover o bem-estar e a prosperidade de seu próprio país, bem como os interesses da humanidade".

apoio necessário para a empreitada. D. Pedro convocou, para conduzir a difícil missão, seu homem de confiança, Honório Hermeto Carneiro Leão (veja-se imagem nº 8), o futuro Marquês do Paraná, conservador moderado com grande capital político para assumir o gabinete ministerial. Carneiro Leão havia experimentado o exercício da conciliação quando presidiu a província pernambucana no pós-Praieira[116]. Conseguiu refrear a revanche guabiru e concedeu indulto a alguns presos no Recife e Fernando de Noronha na tentativa de submeter os praieiros ao controle do governo em troca dos benefícios.

O gabinete Paraná contava com políticos jovens de ambos os partidos e foi a primeira composição ministerial[117] a receber intervenção direta do Imperador em um programa de governo (veja-se também o apêndice nº 1). D. Pedro definiu, de forma resumida, a atuação de cada pasta ministerial e do Conselho de Estado, além de regras gerais de funcionamento do governo. Determinou, ainda, que os cargos públicos deveriam ser ocupados por mérito e não por clientelismo e instruiu o gabinete que fosse imparcial, não interferindo no resultado das eleições. O desejo de reformas no campo eleitoral e da justiça, de liberdade de comércio, de repressão enérgica do tráfico, de execução da Lei de Terras com criação de núcleos de colonização e de que o Conselho de Estado fosse ouvido em todos os assuntos importantes, foram expressos pelo Imperador em suas instruções (ESTAFANES, 2010, p. 17), (FERRAZ, 2015, p. 69 a 71).

O Marquês do Paraná defendeu obstinadamente a conciliação. Seu gabinete rompeu com a hegemonia saquarema, no poder desde 1848, e buscou abrir espaço para lideranças, além de empreender diversas frentes de desenvolvimento material do país: ferrovias, telegrafia, colonização e navegação a vapor (FERRAZ, 2012, p. 115). Contudo, na prática, o programa de “conciliação e melhoramentos”

[116] Em carta ao Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, datada de 22-09-1949, Paraná relata às dificuldades que encontrou para presidir a província de Pernambuco: “a tarefa que tomei sobre meus ombros é superior às minhas forças; muitas vezes tenho desanimado. Esta província, que eu não conhecia, me parece muito mais desmoralizada que todas as do sul. O encarniçamento dos ódios, o frenesi e sanha recíproca é extraordinária.” (apud ESTAFANES, 2010, p. 133)

[117] Composição inicial do Ministério de 1853: presidido por Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná, que acumulava a pasta da Fazenda, foi formado por Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro) na pasta do Império; Jose Thomaz Nabuco de Araújo na Justiça; Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté) na pasta de Estrangeiros e Pedro de Alcantara Bellegarde acumulando Marinha e Guerra (JAVARY, 1889, p. 113 e 114).

foi difícil de ser executado. O apoio explícito da coroa não arrefeceu a oposição ao gabinete no parlamento e faltava estrutura para o governo lidar ao mesmo tempo com implementação de infraestrutura, imigração e para gerir os altos insumos necessários para a modernização desejada. As reformas pretendidas pelo gabinete confrontavam práticas políticas estabelecidas e facções resistiam em serem desalojadas. Apesar das dificuldades, o Marquês do Paraná conseguiu minar os oponentes políticos através uma ampla reforma no processo de eleição dos parlamentares (BARMAN, 2012, p. 245).

Imagem nº 8 - Honório Hermeto Carneiro Leão, O Marquês do Paraná

Fonte: Óleo sobre tela por Emílio Bauch., 1855. Disponível em https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Marquis_of_Parana_by_Emilio_Bauch. jpg. Acesso em: 03 mar. 2019.

Paula Ferraz (2015, p. 14, 24 e 91) defende que a conciliação foi a alternativa encontrada para resolver os problemas surgidos entre conservadores e liberais pós 1848[118] e pretendia "diminuir os conflitos internos da elite, possibilitar a execução de um programa de reformas que necessitava de amplo apoio político e, por fim, garantir a governabilidade do Estado." Ainda segundo a autora, a

[118] Segundo Ferraz, os fatos mais relevantes nos anos anteriores ao Gabinete da Conciliação foram: "a conturbada legislatura de 1848, os problemas dos últimos gabinetes do quinquênio liberal e a ascensão conservadora", "tripla crise" causada pela Revolução Praieira em Pernambuco, o fim do tráfico negreiro, os conflitos da região do Rio da Prata, além da oposição parlamentar ao gabinete de 11 de maio de 1852" (FERRAZ, 2015, p. 24 e 42).

conciliação não desapareceu com a saída do gabinete, contudo, como uma cultura política, “não assegurou a tranquilidade do império ou garantiu a ausência de conflitos políticos”. Para os liberais pernambucanos, por exemplo, a conciliação, ao invés de uma coalizão de ideias, não passou de armadilha para ludibriar e desagregar ainda mais os praieiros: os “conservadores intransigentes e resistentes a qualquer concessão ou diálogo com seus inimigos locais permaneceram ditando as regras da política em sua província no período da Conciliação” (ROSAS, 1999, p. 7).

O gabinete de Paraná, embora possuísse uma boa base parlamentar, não deixou de ser alvo de oposição e severas críticas. À acusação de “conciliação de pessoas” e “troca de favores” políticos, o ministério respondeu que o objetivo não era de gerar a harmonia entre liberais e conservadores, e sim de “agregar ao governo todos que compartilhassem de suas posições” (FERRAZ, 2015, p. 95).

Segundo José Murilo de Carvalho (2012, p. 103), a política da conciliação partidária predominou de 1853 a 1862, período em que a comitiva imperial realizou a viagem ao norte do país.

2.8. A reforma eleitoral de 1855

A principal conquista do gabinete da conciliação foi, de fato, a reforma eleitoral, com a qual o governo buscou romper a hegemonia conservadora. Em agosto de 1855 conseguiu, após acalorados embates nas duas casas legislativas e por pequena margem de votos, aprovar o Decreto nº 842, conhecido como Primeira Lei dos Círculos. Em parte, a aprovação se deu motivada pelo fato do Marquês do Paraná ter conduzido o assunto como “questão ministerial”, ou seja, caso não fosse aprovado, o gabinete não teria condições de permanecer. Partir-se-ia para o embate entre Câmara e Ministério e caberia ao Imperador decidir sobre encerrar a legislatura e convocar novas eleições ou dissolver o gabinete. Como Paraná gozava de total apoio de D. Pedro, os deputados temeram por seu mandato (ESTAFANES, 2010, p. 183).

A nova norma modificava substancialmente os procedimentos de escolha de parlamentares passando a privilegiar as forças políticas locais em detrimento das

provinciais. As províncias foram divididas em “círculos” ou “distritos” na mesma quantidade de cadeiras que cada uma possuía na Câmara de Deputados, e cada círculo elegeria apenas um deputado. As listas foram abolidas e cada voto conteria um único nome. A apuração seria realizada nos próprios distritos[119].

A partir da eleição distrital, bastava o domínio de apenas uma região para se obter êxito num pleito e não de toda uma província. Essa nova perspectiva acirrou as disputas entre lideranças locais para se afirmarem na política nacional. Segundo o deputado liberal pela Bahia, Eduardo França, com a regra distrital ficou mais “difícil impor uma chapa em um círculo que em uma província, pois há mais fiscalização e menos falseamento de urnas e atas, e os eleitores conhecem os candidatos” (FERRAZ, 2012, p. 251 e 258)

Embora não tenha logrado êxito no norte do país, a nova lei eleitoral buscava o enfraquecimento das grandes oligarquias provinciais eliminando o artifício da formação das chapas. Em consequência, havia aumento da representatividade das lideranças locais permitindo aos eleitores a escolha de candidatos que melhor representassem seus anseios e seus distritos (ou círculos). Havia-se estabelecido um caminho para que a representatividade, almejada por D. Pedro como base do Estado Monárquico, fosse de fato alcançada (ROSAS, 1993), (FERRAZ, 2012, p. 250-255).

Buscava-se a renovação da Câmara de Deputados com a derrota de velhos parlamentares que, embora da mesma coloração do gabinete, infringia pesada oposição ao governo (ROSAS, 1993, p. 119 a 121). A expectativa da coroa era de que, além do aumento da representatividade, a “ligação direta” com as lideranças locais facilitasse a integração entre o governo e os Deputados Gerais eleitos sob a nova regra fortalecendo, assim, os gabinetes.

Segundo Belisário (1979, p. 80), a primeira Lei dos Círculos enfraqueceu “os partidos, dividindo-os em grupos, em conventículos de meia dúzia de indivíduos, sem nexo, sem ligação, sem interesses comuns e traços de união”.

[119] Normas contidas no Decreto nº 842, ou Primeira Lei dos Círculo, publicado em agosto de 1855.

A nova regra foi testada na eleição de 1856, entretanto, seu principal defensor, não sobreviveu para conhecer os resultados. O Marquês do Paraná faleceu subitamente naquele ano, em 3 de setembro, após 3 anos como presidente do Conselho Ministerial.

No sul do país, houve uma renovação do quadro de deputados gerais com a eleição de alguns liberais e a derrota de tradicionais conservadores, além da subida de candidatos autônomos, com influência local, mas desalinhados com as lideranças (ROSAS, 1993, p. 120). João Mauricio Wanderley, futuro Barão de Cotegipe e ministro da Fazenda do gabinete da conciliação, observou que a nova legislatura teria “tanta gente nova que difícil será dirigi-la. A oposição trará de 25 a 30 membros que se forem arregimentados darão que fazer” (apud FERRAZ, 2012, p. 259)

De fato, verificou-se um aumento dos conflitos entre a Câmara e o governo, o que resultou em perda de apoio parlamentar e queda de gabinetes ministeriais. A instabilidade ministerial e a descontinuidade governamental foram alguns dos grandes problemas enfrentados pelo segundo reinado, quando o tempo médio de permanência dos gabinetes no poder foi cerca de 1 ano e quatro meses (FERRAZ, 2012). O intuito da Coroa em dar vez e voz aos dissidentes visava ao enfraquecimento das oligarquias políticas que tanto demandavam do governo. Porém, uma das consequências certamente não prevista, foi o fato de que a diversificação das correntes de pensamento na Câmara de Deputados aumentaria a discórdia dentre os parlamentares e, consequentemente, desgastaria ainda mais as relações com os gabinetes ministeriais.

Conforme os estudos de Sérgio Ferraz (2012, p. 228, 332-335), o aumento da animosidade entre a Câmara e os gabinetes após a reforma eleitoral de 1855 pode ser medido pelas tramitações do orçamento anual do império que tomaram lugar durante as legislaturas de 1853-56 (9ª legislatura, anterior à Lei dos Círculos) e 1857-60 (10ª legislatura, primeira após a reforma eleitoral de 1855). A matéria era de total relevância para a implementação dos programas do governo e constituía uma “dependência” do Poder Executivo diante do Legislativo. Enquanto na 9ª legislatura os gabinetes conseguiram forte adesão parlamentar às suas orientações quantos aos ajustes no orçamento, em 1857, o governo não conseguiu apoio para

os vetos e aditivos que julgava necessários ao plano de gastos. Nos anos de 1858 e 1859, sequer foi concluída a tramitação regular da proposta orçamentária nas casas legislativas[120].

Em resumo, a Lei dos Círculos trouxe efetivamente um aumento de representatividade no parlamento. Todavia, em contramão aos objetivos da coroa e do governo, a constituição mais eclética da câmara baixa dificultou a formação da maioria parlamentar necessária à sustentação dos gabinetes. O que se constatou foi que os "novos" eleitos careciam de patronagem. O governo não possuía os recursos financeiros necessários para suprir tais demandas e muitas delas não estavam em consonância com as diretrizes dos gabinetes. O não atendimento desses pleitos acirraram as tensões entre o legislativo e o executivo e impediram a formação de um grupo numeroso, forte e coeso em apoio ao governo.

2.9. A conciliação na província e a primeira eleição distrital em Pernambuco

Pernambuco gozava de grande influência política no governo da Corte e desempenhava importante papel econômico na monarquia. Guardava tradição de grandes revoltas liberais desde o Reino Unido e, por isso, era considerado por D. Pedro a província "mais melindrosa do império"[121]. Sob o domínio dos conservadores desde o fim da Praieira, a rivalidade entre estes e os liberais[122] havia atingido, por então, os mais altos níveis chegando ao ponto de ser referida como "encarniçamento de ódios" e "sanha recíproca" pelo presidente da província pernambucana, Honório Hermeto Carneiro Leão, em carta endereçada a Euzébio de Queiróz em 22 de setembro de 1849 (apud ESTEFANES, 2010, p. 133). Segundo o jornal da Corte O Correio do Brasil, citado pelo jornal pernambucano de corrente conservadora A Justiça, em 27/04/1853: "em Pernambuco o partido de oposição organizou-se com mais força do que nas demais províncias, com a maior dor nos seus ódios, com mais exageração nas suas pretensões: das frações

[120] Ver mais sobre a tramitação do orçamento anual do Império entre os anos de 1853 e 1860 em Ferraz (2012, p. 268-335).

[121] Segundo o pe. Joaquim Pinto de Campos, D. Pedro II havia feito este comentário durante o período da conciliação. O fato foi citado em carta de Pinto Campos ao Visconde de Camaragibe, datada de 20/06/1858, IAHGPE (apud ROSAS, 1999, p. 12)

[122] Vale salientar que a mesma rivalidade se deu por ocasião do quinquênio liberal quando os praieiros estiveram no poder em Pernambuco (ROSAS, 1999, p. 110)

oposicionistas, a fração praieira é a mais hábil, a mais forte, a mais ousada e implacável.” (apud ROSAS, 1999, p. 32).

Os pernambucanos também haviam encabeçado a oposição parlamentar (bloco que veio a ser denominado de Partido Parlamentar) ao ministério de Rodrigues Torres, em 1852, pelo fato de os guabirus se sentirem excluídos do gabinete ministerial e desprestigiados na distribuição de cargos públicos em relação a outras províncias. Além de não haver pernambucanos na composição ministerial de 11 de maio de 1852, sob a presidência de Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaborahy), ainda contava com um ministro da Justiça que havia angariado inimigos entre os chefes guabirus quando presidiu a província pernambucana entre 1850 e 1851: José Ildefonso de Sousa Ramos (ROSAS, 1999, p. 54). Não aceitavam o fato ser presididos desde 1848 por políticos de outras regiões, que não se coadunavam com a política local. As queixas dos conservadores pernambucanos recairiam sobre os presidentes da província entre 1849 e 1853: Honório Hermeto Carneiro Leão e José Ildefonso de Sousa Ramos, ambos mineiros, além de Vítor de Oliveira e Francisco Antônio Ribeiro, ambos baianos (ROSAS, 1999, p. 31) (veja-se o apêndice nº 2). A província da Bahia contava, na mesma época, com administradores “naturais da terra”, além de privilégios na distribuição de cargos públicos e benesses do governo em obras de melhoramentos. A diferença de tratamento entre as duas províncias impediu a coalizão entre as bancadas (ROSAS, 1999, p. 67 a 69). Essa escolha por parte dos gabinetes ministeriais não foi aleatória: buscava-se realmente um político que não estivesse envolvido com os acontecimentos de 1848/49, e que não fosse ligado ao núcleo guabiru para evitar novas revanches contra os praieiros. A crise em Pernambuco tomou âmbito nacional e a província estava no centro dos debates sobre a conciliação (FERRAZ, 2015, p. 61), (ROSAS, 1999, p 30 e 32).

Nestas circunstâncias, o objetivo inicial da conciliação seria aparar as arestas dentro do próprio Partido Conservador, visando especialmente aos guabirus. Este seria o grande motivo que teria alçado Honório Hermeto Carneiro Leão, que já conhecia de perto os problemas da província, na presidência do gabinete ministerial em 1853. Apesar de aliviar a punição dos praieiros, a

passagem de Carneiro Leão havia deixado boa impressão nos pernambucanos (ROSAS, 1999, p. 31 e 43).

A política do gabinete do Marquês do Paraná de agregar liberais ao governo, ao contrário do que se poderia inicialmente supor, viria a atender aos guabirus. Apesar de constituir uma das facções mais radicais do partido e mais avessa ao diálogo com seus opositores, os conservadores pernambucanos sabiam do poder e influência dos praieiros e temiam nova rebelião entre as classes dominantes. A bancada pernambucana de 1852, unanimemente conservadora após a realização fraudes e manobras eleitorais por parte do governo, incluindo a troca do presidente da província, apoiou a conciliação. Destacaram-se os deputados Joaquim Pinto de Campos, José Thomaz Nabuco de Araújo, Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, Francisco Carlos Brandão e Francisco de Paula Baptista. Os liberais da província, em postura contrária aos seus partidários na Corte, resistiram em apoiar o gabinete, apesar de haverem demonstrado intenção de diálogo com os presidentes conservadores da província (ROSAS, 199, p. 28, 106 e 109).

O apoio declarado dos guabirus pernambucanos em prol da conciliação na Corte em contraposição às práticas locais, mostrava a dissimulação do grupo e suscitava desconfiança dos praieiros em relação às boas intenções dos conservadores. Pregavam a conciliação no âmbito nacional, mas excluíam Pernambuco do cenário (ROSAS, 1999, p. 107 e 108).

No sul do país, a conciliação foi defendida pelo liberal Sales Torres Homem. Como haviam sido derrotados nas urnas de 1852, os liberais decidiram apoiar a causa como forma de viabilizar a reforma eleitoral e possibilitar a volta do Partido Liberal ao palco político. Os praieiros, organizados na Sociedade Liberal Pernambucana desde 1851, já vinham em discordância com os luzias por conta da falta de apoio do sul tanto aos acontecimentos de 1848 em Pernambuco quanto à convocação de nova constituinte em 1850, apoiada pelos nortistas como meio para realização das reformas pretendidas pelos liberais. Os praieiros não acreditavam nas boas intenções do governo e dos guabirus, tampouco aceitavam a conciliação de partidos e decidiram combater essa política (ROSAS, 1999, p. 117-138).

Com a posse do gabinete do Marquês do Paraná, a oposição parlamentar encabeçada na Corte por Pernambuco foi privilegiada. Seu principal objetivo, a

derrubada de Rodrigues Torres, havia sido alcançado. A nova composição ministerial contemplava um guabiru na pasta da Justiça, Nabuco de Araújo, além do próprio Paraná, ex-presidente da província, que havia deixado boa impressão nos pernambucanos. Francisco Paes Barreto e Sebastião do Rego Barros assumiram a presidência das províncias da Paraíba e Pará, respectivamente. O governo ia trazendo para seu lado desafetos do antigo gabinete e formando sua base parlamentar. Contudo, a conciliação com os praieiros não foi posta em prática pelos beneficiados guabirus. Apenas os cargos de menor escalão foram ofertados aos liberais pernambucanos que não se sentiam parte do governo. As críticas ao gabinete Paraná pelos jornais praieiros foram veementes. A Sociedade Liberal Pernambucana, o partido dos praieiros, através do seu órgão de divulgação, o jornal *Liberal Pernambucano*, atacou a reforma judicial[123] proposta por Nabuco de Araújo em 1854, por fim aprovada na Câmara com respaldo dos guabirus. Em 1855, A Sociedade Liberal foi grande defensora do voto distrital (ROSAS, 1999, p. 139-156, 165-166 e 192).

Como vimos, a Lei dos Círculos, ou voto distrital, não surtiu o efeito esperado pela Coroa de fazer aumentar significativamente a representatividade dos liberais em Pernambuco. Em 1857, 9 deputados conservadores foram reconduzidos e apenas um liberal eleito entre 13 cadeiras que a província detinha na Câmara dos Deputados[124].

Em Pernambuco, a reforma eleitoral havia sido bem recebida pelos liberais e entendida como um compromisso real de conciliação do governo. O Presidente do Conselho Ministerial, Marquês do Paraná, assumiu o compromisso de que não haveria interferência do governo no pleito. Para os liberais, a promessa foi confirmada com a substituição do então Presidente da Província, José Bento da Cunha e Figueiredo, que era um guabiru autêntico e temia-se que ele usasse a máquina administrativa para manipular os resultados (ROSAS, 1993, p. 119 e 120).

[123] Ver mais sobre a reforma do judiciário em 1854 em (FERRAZ, 2013, p. 102 a 114), (ROSAS, 1999, p.163 a 176)

[124] Consultar o apêndice nº 3 “Deputados Gerais eleitos por Pernambuco na Primeira Lei dos Círculos”

Os cidadãos, principalmente do interior, também receberam bem as novas normas eleitorais e expressaram, nos folhetins, sua satisfação em poder exercer seu direito de escolha. Sem as listas, ficariam mais independentes para sufragar o representante de sua preferência. Ademais, o candidato a parlamentar necessitaria cortejar o seu eleitorado e atender às suas demandas para obter o voto (ROSAS, 1993, p. 124 e 125). Na vigência das listas, não havia compromisso dos postulantes com a população: o pretendente a uma vaga na Câmara dos Deputados precisaria tão somente negociar juntos às elites políticas para que seu nome constasse nas "chapas" para ter, assim, grande probabilidade de ser eleito.

Por outro lado, desde a saída dos praieiros, em 1848, nenhum dos Presidentes que assumiu a província era plenamente afinado com a ala conservadora, o que provocou rachas no partido. Os liberais, conforme alguns editais publicados no jornal Liberal Pernambucano, presumiram que poderiam sair vitoriosos, pois acreditavam que iriam enfrentar os conservadores divididos e enfraquecidos por conflitos internos. Entretanto não foi isso que de fato aconteceu nas eleições de 1856. No comando das mesas eleitorais e mostrando estar em plena força, os guabirus utilizaram-se dos antigos recursos fraudulentos como impugnação de votantes qualificados e liberação de inaptos, quebra de urnas, voto fantasma e adulteração de listas, além do uso de "capangas" e confronto de "exércitos particulares", para garantir o êxito nas urnas (ROSAS, 1993, p. 130).

Os liberais haviam ficado de fora dos dois últimos pleitos de 1849 e 1852 e a composição majoritariamente conservadora das juntas de qualificação e mesas de apuração impediram a fiscalização dos trabalhos por parte dos antigos praieiros. Em 1856, o Presidente substituto, Sérgio Teixeira de Macedo[125], bem menos afinado com os conservadores, não conseguiu moralizar os trabalhos de qualificação daqueles que votariam nas eleições paroquiais. Apesar de publicar sucessivas portarias exigindo que os Juízes de Paz procedessem o alistamento e publicassem a lista de habilitados para votarem em 1º grau, as ordens não foram

[125] Sérgio Teixeira de Macedo, primo do saquarema Eusébio de Queirós, viria a ser Deputado Geral Pelo Rio de Janeiro na 10ª legislatura (1857-1860), Ministro da Pasta do Império no 14º Gabinete (12 de dezembro de 1858, presidido pelo Visconde de Abaeté) e Deputado Geral por Pernambuco na 11ª legislatura (1861-1864) (JAVARY, 1889) (vejam-se também os apêndices nº 1 e 9).

atendidas. A legislação determinava que caso o processo qualificatório não fosse realizado, ficariam valendo as listas anteriores, fato que favoreceu bastante os conservadores, já que, elaboradas sem a vigilância dos liberais, as listas estavam maculadas de votantes inaptos e eleitores fantasmas (ROSAS, 1993, p. 119-120 e 126).

Findas as eleições paroquiais, os liberais conseguiram "fazer" a maioria dos eleitores apenas no círculo de Bonito e conseguiram medir força nos círculos de Santo Antônio e Boa Vista, na Capital. Nos distritos em que a vitória conservadora foi ampla, os liberais decidiram abandonar o pleito e deixaram os guabirus concorrerem entre si.

O resultado confirmou 12 das 13 cadeiras na Câmara de Deputados para os guabirus e os liberais confirmaram o círculo de Bonito com a eleição do praieiro anistiado Jerônimo Villela de Castro Tavares[126]. Conforme Rosas (1993), não foi constatado em atas ou jornais de época que os conservadores tenham participado da corrida eleitoral naquele distrito. Aparentemente, os guabirus teriam acatado um pedido do então Ministro da Justiça do Gabinete da Conciliação, José Tomás Nabuco de Araújo, ao futuro Visconde de Camaragibe[127], líder do Partido Conservador em Pernambuco, para que não apresentasse nomes para aquele círculo e outros em que os praieiros tivessem chances. O chefe guabiru, para evitar confrontos com o governo, teria cedido ao ministro no círculo de Bonito (ROSAS, 1993, p. 132). Este episódio comprova a força política do Barão na província, mas também atesta seu limite de autonomia uma vez que preferiu apoiar uma candidatura adversária a entrar em conflito com a Corte (ROSAS, 2013, p. 5)

[126] Bacharel e lente da Faculdade do Recife. Condenado à prisão perpétua com trabalho, por ser considerado um dos cabeças da rebelião Praieira, foi anistiado e reintegrado na sua cadeira de lente da Academia de Olinda, por Decreto de 28.11.1851. Deputado à Assembleia Geral por Pernambuco, nas 6ª, 7ª, 10ª e 11ª legislaturas acabou agraciado em 1860 com o título de Oficial da Ordem da Rosa (BARATA; VIANA, 2012, p. 11) (veja-se o apêndice nº 8). Também é a ele atribuída a ele a autoria da quadrinha muito repetida à época "Quem viver em Pernambuco, há de estar desenganado; ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado" (CADENA, 2011, p. 20 e 30).

[127] Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, um dos filhos da poderosa família de senhores de engenho Cavalcanti de Albuquerque, que contava ainda com Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda (futuro Visconde de Albuquerque), Luís Francisco de Paula e Manuel Francisco de Paula (Futuro Barão de Muribeca) (CADENA, 2011, p. 16, 20 e 60).

Em Pernambuco, não houve eleição de “tamanduás”[128]. Todos os eleitos, inclusive Jerônimo Villela de Castro Tavares, eram políticos conhecidos ou faziam parte da elite dominante. Na prática, a eleição dos círculos na província não foi muito diferente das anteriores sob o sistema de listas. Aparentemente a “chapa” dos conservadores foi distribuída entre os distritos de forma que, dos 12 empossados, 9 já eram Deputados Gerais pela província e foram reeleitos. O próprio Visconde de Camaragibe concorreu e venceu no círculo da Boa Vista, em Recife, consolidando a hegemonia guabiru.

A bancada pernambucana conservadora eleita em 1856 era formada pelos deputados: Jerônimo Martiniano Figueira de melo, Antônio Coelho Sá e Albuquerque, José Thomaz Nabuco de Araújo, Sebastião do Rego Barros, Francisco Xavier Paes Barreto, Domingos de Souza Leão, João José Ferreira de Aguiar, Augusto Frederico de Oliveira, José Bento da Cunha Figueiredo, Francisco Carlos Brandão, Pe. Joaquim Pinto de Campos e Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o futuro Visconde de Camaragibe (ROSAS, 1993, p. 131) (Veja-se também o apêndice nº 3).

2.10. O cenário político no segundo semestre de 1859

Assim como em 1853, quando se iniciou a implantação da política de *conciliação* pelo Imperador, no final da década, o país enfrentava novamente uma aguda crise de governabilidade. O governo encontrava sérias dificuldades em aprovar seus projetos na Câmara e no Senado, conforme pode ser atestado nos jornais da Corte, Anais do Parlamento Brasileiro e nas cartas trocadas entre políticos e o Barão (e futuro Visconde) de Camaragibe, o líder dos conservadores pernambucanos que exerceu a presidência da província durante o período da sessão legislativa de 1859.

Após o falecimento súbito do Marquês do Paraná, os gabinetes ministeriais não conseguiam sustentar-se. Os *melhoramentos,* desejados pelo Imperador em seu programa juntamente com a *conciliação* foram lentos e em boa parte

[128] Os designados “tamanduás” ou "eminências da aldeia", seriam aqueles “candidatos desconhecidos do partido e de suas lideranças”, os “matutos Ignorantes em matéria de vida pública” (ROSAS, 1998, p. 120, 133 e 37)

concentrados na capital e província do Rio de Janeiro. Essa afluência de benefícios para a Corte fez ressurgir, nas províncias, as ideias do liberalismo e de autonomia política, passados dez anos da Praieira. Na década de 1850, a prosperidade econômica havia trazido uma relativa paz, afastando “os temores de rebelião social e de conflitos ideológicos”, agora ameaçados. A conciliação parecia ter chegado ao fim e um novo cenário político começava a se desenhar (BARMAN, 2012, p. 275 e 276).

A primeira eleição do sistema distrital em 1856, que visava a reduzir a força dos grandes grupos e possibilitar maior representatividade, havia alcançado algum sucesso no Sul do país, mas o Norte, em especial Pernambuco, permanecia desde 1848 sob o domínio dos conservadores. Das 13 cadeiras de Deputados por Pernambuco na Câmara, 9 conservadores foram reeleitos em 1856, (veja-se o apêndice nº 3) e apenas um liberal se elegeu. As províncias da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, que viriam a ser visitadas pelo Imperador, somavam 42 Deputados Gerais de um total de 118. A Bahia com 14 e Pernambuco com 13 cadeiras na câmara baixa, eram os mais representativos. Garantir o apoio desse vasto grupo seria fundamental para a estabilidade dos gabinetes, que enfrentavam hostilidades na câmara baixa mesmo com bancada numericamente superior.

O confronto com os gabinetes ministeriais pode ser atestado através de missiva datada de 5 de junho de 1859 pelo Deputado Geral de Pernambuco Antônio Coelho de Sá e Albuquerque[129] dirigida ao futuro Visconde de Camaragibe[130], este em exercício da presidência da província entre 20 abril a 15 outubro de 1859. Referindo-se à câmara baixa na Corte, expressou sua opinião sobre a postura da deputação perante o governo: “Se o atual gabinete não nos serve: guerra; se podemos confiar nele: apoio franco”. Mesmo fazendo parte do mesmo partido do governo, os conservadores só apoiariam o ministério que atendesse às suas reinvindicações.

[129] O deputado havia sido o relator da Resposta à Fala do Trono de 1859.
[130] Arquivo do IAHGP, Fundo Visconde de Camaragibe, pasta referente ao ano de 1859.

Em carta ao Barão de Camaragibe, o também deputado pernambucano João José Ferreira de Aguiar[131] comentou as hostilidades sofridas pelos membros do ministério em 1859:

> V.Exa. verá das discussões a maneira descabida e imprópria porque têm sido tratados os Ministros na Câmara. Sou deputado antigo, porém nunca presenciei o que estou vendo nem tenho lembrança de que houvesse uma sessão em que se tenham cuspido tantas afrontas e tantas injúrias mesmo entre os próprios membros da casa.[132]

O cônego Joaquim Pinto de Campos, reeleito Deputado Geral em 1856, expressou na mesma época sua preocupação quanto a permanência do gabinete do Visconde de Abaeté:

> O Ministério fica em apuros mui sérios, e não será grande novidade a sua dissolução, substituindo-o os liberais! A questão bancária tem tomado aspecto assustador, e até este momento não posso prever a solução definitiva da crise que se acha iminente[133].

No ano legislativo de 1859, a proposta da reforma bancária dominou as discussões tanto no Senado como na Câmara dos Deputados. O programa financeiro era fundamental para o governo do Visconde de Abaeté conseguir controlar a explosão do crédito e risco de quebra do sistema financeiro nacional gerada pela política bancária implementada pelo gabinete anterior, presidido pelo Marquês de Olinda, tendo Souza Franco à frente da pasta da Fazenda. A proposta objetivava a contração da economia, com encarecimento do crédito e a restrição das emissões bancárias[134]. Os que obtiveram altos lucros com a liberação das

---

[131] João José Ferreira de Aguiar ficou conhecido como *Conselheiro Aguiar.*

[132] Carta do Deputado José Ferreira de Aguiar à Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, Barão de Camaragibe, que presidiu a província pernambucana durante a sessão legislativa de 1859. A carta foi escrita em 06 de agosto de 1859, quatro dias antes da queda do gabinete ministerial do Visconde de Abaeté (Arquivo do IAHGP, Fundo Visconde de Camaragibe, pasta referente ao ano de 1859).

[133] Carta do Deputado Joaquim Pinto de Campos (Cônego) ao Barão de Camaragibe escrita em 07 de julho de 1859 (Arquivo do IAHGP, Fundo Visconde de Camaragibe, pasta referente ao ano de 1859).

[134] Bernardo de Souza Franco, ministro da economia do gabinete do Marquês de Olinda (1857-1858), havia retirado do Banco do Brasil a exclusividade de emissões de notas fiduciárias além de desobrigar o lastro em metais desses papéis. Estendeu esse benefício aos bancos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, que lucraram imensamente emitindo papéis sem prazo nem garantia de pagamento. Houve uma explosão de crédito e agiotagem, colocando em curso uma imensurável crise no mercado financeiro. A nova proposta bancária passou a exigir que os papéis negociados pelos bancos tivessem lastro em metais, provocando uma contração violenta na oferta de crédito (SILVA, 2003, p. 264-265) Em outras

emissões bancárias, antes restritas ao Banco do Brasil, pressionaram os parlamentares contra as mudanças previstas. Em votação ocorrida em 8 de julho daquele ano, a reforma foi aprovada na câmara em primeira votação, porém por uma pequena margem: 61 votos a favor e 50 contra, indicando a divisão da daquela casa e a fragilidade do gabinete. Anteriormente unida, a questão bancária também cindiu a bancada pernambucana[135], que votou dividida: dos doze deputados presentes à sessão de 8 de julho, 7 votaram a favor e cinco rejeitaram a proposta de reforma[136]. Em carta escrita em 23 de julho de 1859 e publicada na sessão *Interior* do Jornal do Commércio do Rio de Janeiro em 02 de agosto, destaca-se: "A nossa deputação fracionou-se, e homens que antes acharam-se unidos em todas as épocas e circunstâncias, agora divergiram". Note-se que a família Cavalcanti de Albuquerque apoiou a reforma bancária por interesses financeiros[137], enquanto os Rego Barros e Paes Barreto foram contra. Observe-se, também, que Sebastião do Rego Barros era vice-presidente da Câmara de Deputados em 1859 e comandou várias sessões da casa naquele exercício.

---

palavras, para obter crédito, os bancos vendiam certificado que seriam recomprados posteriormente mediante o pagamento de juros. Já que a política bancária de Souza Campos retirou a exigência de apresentação de garantia desses papéis, temia-se à época que os bancos não conseguissem honrar a recompra e, por isso, o governo passou a exigir que, para emitir tais papéis, os bancos possuíssem em metais (ouro) o valor que garantisse a quitação.

[135] Annaes do Parlamento Brazileiro, 1859, tomo 3, p. 75. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1859_00003.pdf. Acesso em: 09 abril. 2019)

[136] Votaram a favor os deputados Augusto Frederico de Oliveira (negociante, filho do Barão de Beberibe), Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque (suplente do Visconde de Camaragibe, que o substituiu enquanto este exercia a presidência de Pernambuco entre 20 abril e 15 outubro de 1859), João José Ferreira de Aguiar (o *Conselheiro Aguiar*), José Bento da Cunha Figueiredo (Visconde de Bom Conselho), Jerônimo Vilela de Castro Tavares (liberal anistiado da Revolução Praieira e único representante liberal na deputação pernambucana da décima legislatura), Joaquim Pinto de Campos (que viria a celebrar o te-déum na recepção da comitiva imperial em Recife) e Luiz Duarte Pereira, que substituía o titular naquele ano legislativo. Votaram contra a reforma bancária: Sebastião do Rego Barros (irmão do Conde da Boa Vista e vice presidente da Câmara de Deputados), Silvino Cavalcanti de Albuquerque, Francisco João Carneiro da Cunha (suplente de José Thomaz Nabuco de Araújo que o substituiu a partir de 1858 quando o titular assumiu vaga no senado), Antônio Coelho de Sá e Albuquerque e Francisco Xavier Paes Barreto (Annaes do Parlamento Brazileiro, 1859, v. 3, p. 75, sessão de 08 de julho de 1859)

[137] O então Barão de Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, então Barão de Camaragibe e Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, futuro Barão de Muribeca, eram três dos maiores acionistas do novo banco em Pernambuco que também havia sido autorizado a emitir papéis fiduciários sem lastro em metais. Em aparente contradição já que os que haviam lucrado com a política monetária anterior eram contra a proposta bancária, os citados acionistas do banco pernambucano apoiaram a proposta de reforma bancária (JORNAL DO COMMÉRCIO, Rio de Janeiro, 1859, edição de 02/08/1859, p. 1).

A bancada pernambucana encontrava-se dividida, mas ainda exercia influência sobre as demais províncias do norte, o que poderia significar um importante apoio ou uma grave ameaça para governo.

A cisão da câmara baixa e a força da deputação pernambucana foi registrada pelo deputado Pinto de Campos em carta ao Barão de Camaragibe, de 07 de julho de 1859:

> Além da oposição sistemática e descabida que os liberais declararam ao gabinete, ocorre a triste fatalidade de muitos conservadores o haverem desamparado, entrando neste número quatro Deputados de Pernambuco, o nosso velho Sebastião, Paes Barreto, Catanhé e Silvino![138] Esta defecção tem causado a maior estranheza nesta corte, e a mim tem tirado noites de sono! Quem poderia pensar que os nossos três mencionados amigos desconheceriam a necessidade de escudar um Ministério, composto em sua maioria de antigos aliados nossos e que se acha nas mais favoráveis disposições a nosso respeito? [...] Ao nosso companheiro Nabuco, e ao Sr. Marquês de Olinda, ambos vergonhosamente despeitados, se deve, segundo se diz, a defecção dos nossos Deputados[139];

O também deputado João José Ferreira de Aguiar demonstrou a Camaragibe, em 06 de agosto daquele ano, a sua insatisfação quanto aos prejuízos que a cisão da bancada conservadora pernambucana trouxe à província:

> A deputação de Pernambuco conservou a mesma posição que tinha ocupado desde o princípio, isto é, cindida em todas as três votações [...] Debaixo do ponto de vista político, o projeto bancário, dando lugar a essa deplorável dissidência entre nós, fez-nos um mal bem grande, porque se atualmente estivéssemos acordes, **não só o gabinete estaria firme como uma rocha e seria a deputação pernambucana a senhora exclusiva da situação, até mesmo para modificar convenientemente o ministério**[140]. (grifo nosso)

Procurando demonstrar prestígio junto à Coroa, o gabinete de Abaeté ainda solicitou o adiamento da sessão legislativa ou a dissolução da Câmara para recompor sua base, entretanto não foi atendido pelo Imperador. Em agosto, prevendo a falta de apoio parlamentar e antevendo derrotas, o gabinete de Abaeté

---

[138] Os quatro deputados a quem Pinto de Campo se refere são: Sebastião do Rego Barros, Francisco Xavier Paes Barreto, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque e Silvino Cavalcanti de Albuquerque.

[139] Arquivo do IAHGP, Fundo Visconde de Camaragibe, pasta referente ao ano de 1859.

[140] Idem.

pediu exoneração. Francisco De Salles Torres-Homem, ex-ministro da Fazenda do gabinete deposto (14º gabinete – Visconde de Abaeté), declarou que “a retirada deste gabinete provinha dos meios anormais e imprevistos com que a oposição procurou tornar impossível a posição de ministro pra os homens de pundonor, e de outros meios de ataque que, enfraquecendo o princípio de autoridade, desvirtuavam as instituições representativas, rebaixavam o poder, destruindo uma das condições essenciais da sua força.” (apud JAVARY, 1889, p. 119).

D. Pedro chegou a convocar o saquarema Eusébio de Queiroz, para presidir o novo ministério, mas ele se recusou alegando questões de saúde (FLEIUSS,1914, p. 253). Assumiu em 10 de agosto o gabinete de Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguayana) necessitando de apoio para conseguir enfrentar as dificuldades que se apresentavam, inclusive de ordem financeira[141], já que a proposta orçamentária para o exercício de 1859/1860 não havia sido aprovada e a arrecadação de 1858 havia apresentado queda significativa (veja-se o apêndice nº 6).

Conforme afirmou João Manuel Pereira da Silva, que exerceu o cargo de Deputado Geral entre os anos de 1844 até 1887, quando foi nomeado Senador do Império, “a política constitui ciência experimental e aplica-se nos seus pormenores à ocasião e às necessidades do momento ou do futuro” (SILVA, 2003, p. 275). Em outras palavras, para cada cenário político, aplicam-se os expedientes necessários, de acordo com as diretrizes e planejamentos de cada governo.

As sérias dificuldades de governabilidade em 1859 causadas pelo fracionamento da Câmara exigiram a intervenção direta do Imperador. D. Pedro colocou em prática mais uma vez a estratégia de conciliação convocando opositores para compor o governo, nos mesmos moldes que utilizara em 1853. Atuando primeiramente entre os próprios conservadores, nomeou para o novo gabinete ministerial dois dos deputados pernambucanos que ofereceram franca

[141] O programa de governo de Ângelo Ferraz refere-se às finanças do país: “A nossa situação financeira não é lisonjeira, e não o será enquanto atuarem certas causas, que vos são conhecidas, para o desequilíbrio entre a receita e a despesa do Estado. A mais restrita economia é, portanto, uma lei de necessidade para nós e para os representantes da nação.” (apud JAVARY, 1889, p. 121)

oposição à reforma bancária: Sebastião do Rêgo Barros assumiu a pasta da Guerra e Francisco Xavier Paes Barreto, a Marinha. Em carta ao Barão de Camaragibe, datada de 18 de agosto de 1859, o Conselheiro Aguiar se referiu a essas nomeações como “garantias vivas para a província de Pernambuco” (IAHGP – AVC, pasta de 1859).

Além dessas nomeações, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque foi indicado para a presidência da província do Pará em 23 de outubro de 1859. Os três agraciados votaram contra a questão bancária, fato que enfraqueceu e provocou a queda do gabinete anterior. Paes Barreto chegou a declarar explicitamente que fez “parte da oposição que, em 1859, combateu o ministério de 12 de dezembro de 1858”[142] (COSTA, 1981, p. 400-401). Vale ressaltar que foi o ministério de Ângelo Ferraz, do qual faziam parte os deputados pernambucanos, que conseguiu implementar a polêmica proposta restritiva de crédito aprovada com dificuldade pelo gabinete do Visconde de Abaeté (FERRAZ, 2012, p. 124) (JAVARY, 1889, p. 122).

A despeito da consanguinidade, a rivalidade entre os Cavalcanti de Albuquerque e os Rego Barros ficou patente nesta ocasião: havia preocupação quanto à estabilidade na província já que o Barão de Camaragibe presidia Pernambuco e comandava a política local, enquanto Sebastião do Rego Barros assumira um ministério na Corte:

> A muito que por aqui se assevera que Pernambuco perderá tranquilidade com a combinação ministerial, porque nela tenham o poder e predomínio da Família Cavalcanti, asseverando-se mesmo que a oposição crescerá e gritará mui alto[143] (IAHGP – AVC, pasta de 1859)

Conforme observado pelo Deputado José Ferreira de Aguiar, a estratégia de conciliação também se fez notar quanto aos sulistas e os apoiadores do governo que conseguiram aprovar a reforma bancária na Câmara: João de Almeida Pereira

[142] Discurso preparado pelo então Senador por Pernambuco e Ministro dos Estrangeiros do gabinete de Zacarias de Góes e Vasconcellos (19º gabinete, empossado em 15 de janeiro de 1864), Francisco Xavier Paes Barreto. O discurso foi publicado postumamente já que o ministro faleceu subitamente em março de 1864, dois meses e meio após sua posse.

[143] Carta do Deputado José Ferreira de Aguiar ao Barão de Camaragibe, escrita em 18 de agosto de 1859.

Filho[144], deputado pelo Rio de Janeiro na 10ª legislatura, foi convidado para a pasta do Império, vindo a assumir em 3 de setembro.

> Ainda não está provida a pasta do Império, e foi convidado o Almeida Pereira (que não sei se aceitará). Deus queira que ele venha porque desta maneira o Sul ficará com um voto no ministério, evitando-se assim os descontentamentos que haviam (sic) e a antiga maioria ficaria também ligada ao atual governo[145] (IAHGP – AVC, pasta de 1859).

A convocação de políticos contrários ao governo para pastas no novo ministério (em outras palavras, a prática da estratégia de conciliação) foi referida por Pinto de Campos como uma forma de atuação da Coroa para solucionar divergências na câmara baixa. Ao hostilizar a reforma bancária em 1859, aparentemente Sebastião do Rego Barros e Francisco Xavier Paes Barreto tiraram proveito desta política para galgar posições no poder mais uma vez. Em 1853, na tentativa do governo de trazer para seu lado desafetos do gabinete, estes mesmos deputados já haviam obtido ganhos significativos quando fizeram parte da "oposição parlamentar" ao gabinete de Rodrigo Torres e foram indicados para a presidência das províncias do Pará e da Paraíba, respectivamente.

Nas palavras de Pinto de Campos:

> Estes nossos amigos[146] ainda não compreenderam que **a derrota do governo nesta questão forçará o Imperador a chamar a questão dos negócios públicos aqueles que saírem vencedores na luta**; **não só por que é isto da índole do sistema que nos rege**, como por que os indivíduos que podiam ser chamados para a nova organização ministerial são os mesmos que tem sustentado o Ministério na presente luta, e por conseguinte, derrotado este, ficam eles impossibilitados de governar, salvo o expediente de dissolução de Câmara, como se vai propalando[147] .(grifo nosso) (IAHGP – AVC, pasta de 1859)

---

[144] O Ministro do Império, João de Almeida Pereira Filho, fez parte da comitiva imperial na viagem ao norte em 1859.

[145] Carta do Deputado José Ferreira de Aguiar ao Barão de Camaragibe, escrita em 18 de agosto de 1859.

[146] Referindo-se aos deputados que foram contrários à reforma bancária e cindiram a bancada pernambucana: Sebastião do Rego Barros, Francisco Xavier Paes Barreto, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque e Silvino Cavalcanti de Albuquerque

[147] Carta do Deputado Joaquim Pinto de Campos (Cônego) ao Barão de Camaragibe escrita em 07 de julho de 1859 (IAHGP – AVC, pasta de 1859).

Além das questões políticas de 1859, um outro importante fato a ser considerado é a relevância de Pernambuco na economia do Império. De acordo com o orçamento divulgado no Jornal do Commércio do Rio de Janeiro, cerca de 80% da receita total do império eram provenientes do imposto de importação e 18% do imposto de exportação, arrecadados respectivamente em alfândegas e consulados das províncias. Pernambuco respondia por cerca de 20% da receita total, somadas importações e exportações da província, sendo a maior arrecadação no país depois da Corte[148] (veja-se o apêndice nº 5). Entre os exercícios de 1858 e 1859, foi verificada uma expressiva queda de 14% na arrecadação com importações, embora tenha havido uma ligeira alta de 3% nas exportações (veja-se o apêndice nº 6). A queda na receita geral do Império foi inclusive mencionada por D. Pedro na Fala do Trono proferida na Assembleia Geral na ocasião da abertura da sessão legislativa de 10 de maio de 1859. A província pernambucana apresentou queda tanto nas importações quanto nas exportações no período citado.

Por outro lado, a eleição da 11ª legislatura em 1860 se avizinhava e a qualificação dos votantes se daria já em janeiro do ano seguinte. Era importante estender a mão aos liberais sem, contudo, desprestigiar as lideranças conservadoras. Além de pretender conciliar os conservadores, D. Pedro defendia a não interferência do gabinete nas eleições para Deputados Gerais, assim como estimulava a representatividade, temendo revoltas de grupos minoritários apoiados pela população menos favorecida[149]. A Coroa passou, assim, a fomentar mudanças no processo eleitoral.

A Lei dos Círculos de 1855 implicou a redução da força dos partidos e das lideranças políticas provinciais, em especial do Partido Conservador, que exercia a supremacia política desde 1848. O fracionamento dos conservadores associado à volta dos liberais fez com que crescessem as divergências internas tanto na Câmara de Deputados quanto no Partido Conservador, assim como entre aquela casa e os gabinetes ministeriais. O governo não contava mais com a força das

[148] JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, edição 208 de 29 de julho de 1859, 1ª página. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=0. Acesso em 4 de abril de 2019.

[149] Ver mais sobre conciliação em (FERRAZ, 2013) e (ESTEFANES, 2010, p. 161 a 193)

oligarquias políticas e tornou-se mais difícil a tramitação e aprovação de projetos e políticas públicas no parlamento.

Para restaurar o espaço das lideranças partidárias e provinciais sem, contudo, comprometer a representatividade ou retornar ao sistema de listas de votação, o governo lançou nova reforma: a Segunda Lei dos Círculos (Decreto nº1.082), apresentada à Câmara de Deputados em 5 de agosto de 1859 e aprovada em agosto de 1860 (FERRAZ, 2012, p. 230). A nova lei determinava a eleição de três deputados por distrito (ao invés de um deputado por distrito conforme o decreto de 1855) e eliminava a eleição de suplentes. Estipulava, ademais, que haveria um eleitor para cada 30 votantes, mantendo-se o voto uninominal. Os três nomes mais votados em cada distrito seriam os deputados eleitos. A mudança configurava uma tentativa de reerguer as elites políticas sem, contudo, eliminar as possibilidades de representação das lideranças locais na câmara baixa (veja-se no apêndice nº 9 a nova reorganização dos círculos/distritos em Pernambuco).

Em suma, durante o segundo semestre de 1859, o Império se deparava com um clima de rivalidade política semelhante ao de 1853. A bancada conservadora na Câmara de Deputados estava fragmentada, caía mais um ministério, somando-se, ainda, a queda na arrecadação de impostos e a pendência de aprovação do orçamento do império na Assembleia Geral. A bancada guabiru estava cindida, hostil ao governo, e temia-se, ainda, que as disputas entre as oligarquias Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros reavivasse antigas revoltas.

A situação política do país requeria ações concretas por parte do Imperador, que, além de convocar novo ministério, nomear oposicionistas para compor o governo e promover uma nova reforma eleitoral, recorreu, mais uma vez, ao seu capital simbólico decidindo ir em busca de conciliar o norte do país. Durante o recesso parlamentar de 1859/1860, visitou, por quatro meses, seis províncias – Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo - mostrando-se aos súditos e, principalmente, cooptando aliados nos diversos contatos que manteve e solenidades de que participou. Percorreu ruas, igrejas, hospitais, asilos, repartições públicas e locais históricos. Prestigiou lideranças conservadoras e liberais, fez doações para entidades de caridade e participou de inúmeros eventos,

incluindo os suntuosos cerimoniais promovidos pelas elites até exames orais nas escolas e caminhadas pela cidade. Ao retornar da viagem, condecorou, em março de 1860, personalidades e lideranças locais com títulos de nobreza e das ordens da Cruz e da Rosa, conforme relação contida nos apêndices nºs 7 e 8.

Os estudos realizados nos induzem a concluir que as motivações para a viagem de D. Pedro ao norte do país foram essencialmente políticas e buscavam aplicar nesta região do país, primeiramente entre os conservadores, as mesmas estratégias de conciliação anteriormente utilizadas. Considerando que essa seria a primeira visita àquelas terras, além de buscar amainar as animosidades políticas, a ocasião traria a oportunidade de construir estrategicamente a imagem do imperador e de fixá-la na memória popular. A visita imperial em Pernambuco será o objeto de estudo do próximo capítulo.

3. A ESTADA DO IMPERADOR EM PERNAMBUCO

Em agosto de 1859, o governo atravessava problemas orçamentários e sérias desavenças internas resultaram na cisão da Câmara de Deputados, provocando a demissão de mais um ministério, que não lograva gerir o país num cenário tão desfavorável. A decisão em viajar ao Norte do país decorreu dessa crise de governabilidade e tinha como propósito buscar conciliar politicamente aquela região do país.

Imagem nº 9 - D. Pedro II em 1861

Fonte: Litografia de Alphonse Léon Noël (1861), sobre fotografia de Victor Frond (1858/1859). Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/ 2944. Acesso em: 06 de julho. 2019.

A análise das anotações contidas em seu diário, da narrativa dos jornais locais além da forma como se organizou e executou as incursões por toda a província, sugere objetivos bem específicos por trás da viagem. Ademais, a Imperatriz foi instruída pela Condessa de Barral[150] sobres as famílias de

[150] Luísa Margarida Portugal e Barros, filha de Domingos Borges de Barros, representante brasileiro na França. Ao assessorar seu pai nas atividades diplomáticas na França, conheceu os rituais da Corte francesa e foi dama de honra D. Francisca, irmã de D. Pedro II. Anos depois apresentou-se ao casal imperial causando uma excelente impressão. Foi convidada para educar as

Pernambuco dignas da atenção de D. Teresa Cristina (veja-se apêndice nº 14), reforçando o caráter político da viagem.

No entanto, a ocasião também oferecia a oportunidade de fixar na memória da população a figura de um monarca ciente das necessidades de seu povo, altivo, culto, religioso e benevolente. A imagem nº 9, uma litografia que retoca fotografia datada 1858/1859, demonstra a importância dada à figura do Imperador. Nela, o monarca é retratado em postura altiva, cercado de livros e portando a insígnia da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, criada quando da independência do Brasil[151].

Em setembro de 1859, D. Pedro tornou público que partiria para o norte no mês seguinte, instruindo com habitual minúcia sobre localidades que pretendia visitar e a distribuição de tempo em cada uma delas (veja-se o apêndice nº 12). No Recife, assim como nas cidades das províncias, a notícia provocou uma grande mobilização com vistas a organizar todos os detalhes para a chegada da comitiva (veja-se o apêndice nº 13). O Barão de Camaragibe, presidente em exercício da Província, providenciou para que o Palácio do Governo[152], onde ficaria hospedado o casal imperial, passasse por uma "rápida metamorfose". O Paço não tinha móveis nem utensílios e foi preciso pedir emprestado às famílias nobres pernambucanas (SCHWARCZ, 1998 p. 358).

A ornamentação do palácio ficou a cargo dos representantes da elite, na pessoa dos senhores de engenho João Joaquim da Cunha Rego Barros[153], Henrique Marques Lins[154], Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de

---

princesas Isabel e Leopoldina de 10 e 9 anos, filhas do imperador e, no caso de Isabel, fazê-la uma imperatriz. (DEL PRIORE, 2008 p. 131 e 143).

[151] Ressalte-se que na fotografia original de Victor Frond não consta o globo no cenário. O desenho da peça foi incluído posteriormente por Alphonse Léon Noël, com o provável intuito de reforçar a imagem do Imperador como um homem ligado à ciência. Veja-se a fotografia original em: (LAGO; LAGO, 2013, p.30).

[152] Foi construído pelo presidente da Província Francisco do Rêgo Barro, o então Barão da Boa Vista. O projeto, elaborado por volta de 1840, foi atribuído ao engenheiro coronel Firmino Herculano de Morais Âncora, enquanto chefe das obras públicas naquele ano (MENEZES, 1986, p. 15).

[153] João Joaquim da Cunha Rego Barros viria a ser agraciado como Dignitário da Ordem da Rosa em 14 de março de 1860 (veja-se o apêndice nº 7) e como 2º Barão de Goiana em 6 de julho de 1870 (VASCONCELLOS, 1918, p. 162).

[154] Henrique Marques Lins viria a ser agraciado como Barão de Utinga em 14 de março de 1860 (veja-se o apêndice nº 7).

Albuquerque[155], Antônio de Souza Leão[156] e do negociante José Antônio de Araújo[157], conformando uma comissão[158] nomeada pelo então presidente da província, Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza[159].

Na capital da província pernambucana, o casal imperial e comitiva foram recebidos com grande entusiasmo pela população. A comitiva permaneceu em Pernambuco desde 22 de novembro até 24 de dezembro de 1859, período em que o edifício sede do governo provincial funcionou como Paço Imperial.

D. Pedro, além de prestigiar conservadores e liberais, mostrou-se um governante diligente. Percorreu o maior número possível de localidades e em cada uma delas visitou escolas, igrejas, hospitais, casas de recolhimento, fábricas e repartições públicas (veja-se o apêndice nº 11). Compareceu a diversos eventos e recebeu inúmeras homenagens. Sua rotina diária de visitas e solenidades iniciava-se por volta das 6 horas da manhã, prosseguindo até a noite. Conforme anotou em seu diário, dos 32 dias passados em Pernambuco apenas um foi destinado ao descanso[160] e um outro, reservado para as festividades de seu aniversário de 34 anos[161], comemorado no Recife, em 2 de dezembro.

Diversas solenidades foram programadas e a população foi incentivada a participar ativamente, decorando casas e indo às ruas. A intenção era causar a melhor impressão ao casal imperial. Se de um lado D. Pedro buscava angariar apoio para os gabinetes e fortalecer sua imagem, de outro, as oligarquias

---

[155] Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque viria a ser agraciado como Barão de Muribeca em 14 de março de 1860 (veja-se o apêndice nº 7).

[156] Antônio de Souza Leão viria a ser agraciado como Barão de Morenos em 24 de agosto de 1870 (VASCONCELLOS, 1918, p. 299). No dia da chegada de D. Pedro II a Recife, Antônio de Souza Leão e a esposa tiveram a honra de jantar com o casal imperial e de recebê-los em seu engenho Morenos, quando a comitiva se dirigia para a cidade de Vitória de Santo Antão (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985 p. 69).

[157] José Antônio de Araújo viria a ser agraciado como Barão do Livramento em 14 de março de 1860 (veja-se o apêndice nº 7).

[158] A formação da comissão de organização do Paço encontra-se na nota explicativa nº 12, do Diário do Imperador Pedro II (BEDIAGA, 1999) e no jornal O Monitor das Famílias (1985, p. 25)

[159] Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza viria a ser agraciado como Barão de Bom Jardim em 14 de março de 1860 (veja-se o apêndice nº 7).

[160] Única anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 16 de dezembro de 1859: “Descansei.” (PEDRO II, 1859).

[161] D. Pedro não se refere em seu diário às solenidades promovidas por ocasião de seu aniversário, limitando-se a anotar que o dia “foi todo oficial, descansando relativamente aos outros dias e podendo ler alguns papéis e publicações que dizem respeito à Província” (PEDRO II, 1859, anotação do dia 2 de dezembro).

pernambucanas pretendiam mostrar quem tinha mais força e influência junto ao imperador, além de aproveitar a oportunidade para conseguir apoio e investimento para a região. Participar de um desses eventos com a presença do imperador era motivo de disputas. Assistir a uma apresentação lírica no teatro Santa Isabel chegou a custar 200% a mais que o usualmente cobrado[162].

Em Pernambuco, foram visitadas as localidades de Recife, Olinda, Goiana, Igarassu, Itapissuma, Itamaracá, Itapirema, Tejucupapo, Catuama, Jaboatão, Moreno, Vitória de Santo Antão, Cabo, Ipojuca, Escada, Tamandaré, Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso.

3.1 A estratégia de conciliação promovida por D. Pedro II em Pernambuco

As palavras do Ministro da Fazenda do gabinete Abaeté (1858-1859), Francisco de Salles Torres-Homem (Visconde de Inhomirim), proferidas na sessão de 16 de maio de 1859 na Câmara dos Deputados, resumem o objetivo político pretendido pela coroa em sua visita a Pernambuco: esquecer as divergências passadas e angariar apoio ao governo, independentemente da facção de origem dos políticos.

> A conciliação não é a rigor uma política; é uma regra de conduta que os governos se propõem seguir com relação aos partidos existentes. A conciliação tem por objeto unicamente o esquecimento das lutas passadas o arrefecimento das paixões que elas suscitaram. O que caracteriza a política de conciliação é que ela classifica e discrimina os homens políticos, não pelos antigos precedentes das épocas de nossas discórdias civis, mas pelas suas opiniões atuais. Se essas opiniões estiverem de acordo com o governo, os indivíduos são seus aliados naturais, contanto que se possa contar com a permanente lealdade de suas adesões[163].

Desde os primeiros momentos na capital pernambucana, D. Pedro buscou colocar em prática a sua estratégia de conciliar os políticos pernambucanos. As maiores divergências a serem negociadas estavam justamente dentro do próprio Partido Conservador, cindido em grupos, sendo um ligado aos Rego Barros e outro

[162] Jornal de Recife, Recife, 19 nov. 1859. *O que se passa em casa*, p. 376.

[163] Discurso publicado *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, ed. 135, de 19/05/1859, pag. 1, secção “Rio de Janeiro – Câmara dos Srs. Deputados”, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=14398&Pesq=rego%20barros acessado em 29/03/2019

aos Cavalcanti de Albuquerque. Além de buscar amenizar as diferenças entre os conservadores, D. Pedro também procurou prestigiar os liberais.

Em anotação feita no mesmo dia da chegada, o Imperador mencionou a sede do Jornal Liberal Pernambucano, salientando que "houve muitas vivas partidas das janelas dessa casa" [164] (PEDRO II, 1859).

Dias depois, ao passar em frente à casa do líder praieiro Antônio Borges da Fonseca, cumprimentou-o e observou que o fundador d'*O Repúblico* estava mudado da última vez que o havia visto. Vistoriou o local onde Joaquim Nunes Machado foi alvejado na manhã de 2 de fevereiro de 1849 e, neste mesmo dia, recebeu Antônio Vicente do Nascimento Feitosa, advogado, jornalista e ativo participante da Praieira, de quem ouviu queixas políticas. Sobre o Dr. Feitosa, anotou: "É pardo claro, com olhos mais abertos que inteligentes, e ares de ambicioso pouco ousado na ação. Exprime-se com facilidade e parece estar agora em excelentes ideias"[165].

Sobre a visita ao Convento Franciscano de Santo Antônio no Recife, realizada no dia 27 de novembro, o monarca novamente fez menção ao mártir praieiro: "a catacumba nº 22 é onde está enterrado o Nunes Machado, cujos ossos disse o periódico Ordem que o Feitosa queria trasladar durante minha estada para o cemitério" [166] (PEDRO II, 1859).

Conforme publicado nos jornais O Monitor das Famílias e Diário de Pernambuco[167], neste mesmo dia, o Imperador acompanhou a procissão de *Corpus Christi* partindo da Igreja do Divino Espírito Santo, a mesma onde havia tomado lugar o te-déum realizado por ocasião do desembarque da comitiva. Evento social bastante concorrido e "estando as ruas cheias de povo"[168], D. Pedro designou as pessoas que iriam conduzir com ele o pálio: João de Almeida Pereira, ministro do império que fez parte da comitiva imperial; Luís Barbalho Muniz Fiúza, presidente da província; Francisco do Rego Barros, o futuro Conde da Boa Vista; Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o então Barão de

[164] Diário de D. Pedro II, anotação do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[165] Idem, dia 25 nov, 1859.
[166] Idem, dia 27 nov, 1859.
[167] Diário de Pernambuco, edição de 1º dez, 1859, e O Monitor das Famílias (1985, p. 63).
[168] Diário de D. Pedro II, anotação do dia 27 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

Suassuna que, por se achar com problemas de saúde, foi substituído durante o préstito por seu irmão Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o então Barão de Camaragibe; Jerônimo Vilela de Castro Tavares, único representante liberal por Pernambuco na Câmara de Deputados na 10ª legislatura; Augusto Frederico de Oliveira, Deputado conservador por Pernambuco, filho do Barão de Beberibe e rico comerciante estabelecido em Recife; e Agostinho Ermelino de Leão, presidente do Tribunal da Relação de Pernambuco. Segundo a edição do Diário de Pernambuco de 1º de dezembro de 1859, todos "tiveram convite especial mandado fazer por ordem de sua Majestade o Imperador"[169].

Note-se o cuidado de prestigiar o presidente da província, os liberais, com Villela de Castro, os ricos comerciantes, com Frederico de Oliveira e os magistrados, com o presidente da Relação. Na oportunidade, D. Pedro colocou lado a lado as oligarquias conservadoras Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros, naquele período em franca oposição, e cuja conciliação parecia ser uma das metas buscadas durante a viagem.

As procissões religiosas possuíam forte conotação político social e a população as acompanhava em massa, motivo pelo qual constituía um ritual amplamente utilizado pelas monarquias para representar seu poder através da legitimação das práticas sagradas. Dessa forma, D. Pedro apresentou-se diante da população como um governante forte, seguido pelas elites política e econômica e capaz de conciliar as desavenças entre as diversas facções da província.

Em sua passagem por Goiana, por exemplo, D. Pedro convidou para a mesma mesa Antônio Francisco Pereira, presidente da Câmara Municipal, e João Joaquim da Cunha Rego Barros[170], antigos inimigos políticos. Ambos participaram da comissão responsável por preparar os aposentos que hospedariam o Imperador em Goiana, mas, devido às desavenças, cada um organizou uma casa diferente. Conforme anotação do dia 6 de dezembro de 1859 em seu diário, D. Pedro revelou que:

---

[169] Conforme publicado no Diário de Pernambuco de 01 de dezembro de 1859, segunda página. Disponível em https://ufdc.ufl.edu/AA00011611. Acesso em 04, ago. 2019.

[170] João Joaquim da Cunha Rego Barros também fez parte da comissão responsável pela organização do Palácio do Governo, que iria hospedar o casal imperial em Recife. Informação contida na nota explicativa nº 152, do Diário do Imperador Pedro II (BEDIAGA, 1999).

> Há muitas intrigas em Goiana e a rivalidade existente entre o João Joaquim e Antônio Francisco Pereira, parecendo-me ambos excelentes pessoas, ainda que tive uma queixa contra o último por causa de terras. Até na recepção influiu a rivalidade, preparando-se para a minha hospedagem a Casa da Câmara e outra maior, sob a influência de João Joaquim, patrono eleitoral do Dr. Aguiar[171] (PEDRO II, 1889).[172]

D. Pedro optou pela casa preparada por Cunha Rego Barros, padrinho político de João José Ferreira de Aguiar, um dos deputados pernambucanos que apoiou o governo na questão bancária. Justificando sua escolha, o Imperador alegou que o local escolhido "tinha mais cômodos, podendo nela ficar igualmente os criados de honra". Contudo, cuidou de prestigiar as duas partes e não se furtou a elogiar um e outro: "ambas as casas estavam muito bem arranjadas" (PEDRO II, 1859)[173].

O baile de despedida

A Associação Comercial promoveu um grande baile de despedida para a comitiva em 22 de dezembro de 1859, dois dias antes da partida do casal imperial para a Paraíba após 32 dias de permanência em terras pernambucanas. Esse evento retratou a posição social e o quadro político e econômico de Pernambuco e talvez tenha sido a ocasião que melhor revelou a estratégia de conciliação do Imperador em sua estadia na província.

O suntuoso baile, que contou com a presença de mais de 1.400 convidados da elite pernambucana, teve lugar nas dependências do recém-construído Hospital Pedro II e teve a participação tanto do Imperador quanto da Imperatriz em nada menos que 5 contradanças, sempre com pares diferentes, conforme relatado no Jornal do Recife, edição de 24/12/1859. Em cada contradança participaram 4 pares "vis-a-vis" (colocados uns a frentes dos outros como em uma quadrilha). Fizeram par com os monarcas os mais destacados políticos, senhores de engenho e comerciantes de grosso trato que comandavam a política local e suas senhoras (veja-se o apêndice nº 15).

---

[171] Deputado Geral por Pernambuco eleito para as 8ª, 9ª e 10ª legislaturas, João José Ferreira de Aguiar, o Conselheiro Aguiar.

[172] Diário de D. Pedro II, anotação do dia 06 de dezembro de 1859

[173] Idem

O Partido Conservador, que havia saído vitorioso nas últimas eleições já regida pela 1ª Lei dos Círculos, foi representado pelos seus líderes e suas esposas em todas as contradanças de que participou o casal imperial. Conforme a edição 52 do Jornal de Recife de 24 de dezembro de 1859, na seção “o que se passa em casa”, tiveram a honra de fazer par com a imperatriz o Visconde da Boa Vista, o Deputado Domingos de Souza Leão[174] (futuro Barão de Vila Bela), Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque[175] (Barão de Camaragibe), além do presidente da província Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza (futuro Barão de Bom Jardim), e do Ministro do Império João de Almeida Pereira Filho, que acompanhou a família imperial na viagem ao norte. Todos da ala conservadora, sendo os três primeiros ícones dos “guabirus”. As oligarquias Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros estavam uma vez mais em posição de destaque (BARATA; VIANA, 2012).

Por sua vez, fizeram par com D. Pedro, Maria Ana Francisca Cavalcanti de Albuquerque Maranhão (Viscondessa da Boa Vista) e Maria de Los Angeles Magariños de Souza Leão (futura Baronesa de Vila Bela), também representantes do poder conservador.

Ainda do lado conservador, participaram das contradanças os deputados gerais por Pernambuco João José Ferreira de Aguiar[176], Augusto Frederico de Oliveira[177], Francisco João Carneiro da Cunha[178] e Antônio Marques de Amorim[179].

---

[174] Senhor do engenho Caraúnas e Bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda, Domingos de Souza Leão ocupou os cargos de deputado provincial (1842) e deputado geral pela província de Pernambuco (em 1848, 1853 e 1857). Viria a ocupar o cargo de Presidente da Província por duas ocasiões, em 1864 e 1867, o Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1878, além de presidir o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco de 1876 a 1880 (GOUVÊA, 1986). Abandonou o grupo conservador após perder a eleição de 1860, acusando os “guabirus” de falta de apoio à sua candidatura, e passaria a líder do Partido Progressista na eleição de 1864 (ROSAS, 2013, p. 6)

[175] Futuro Visconde de Camaragibe, então vice-presidente da província e líder do Partido Conservador em Pernambuco.

[176] Bacharel e lente da Faculdade do Recife, foi Deputado Geral por Pernambuco, nas 5ª, 8ª, 9ª, 10ª e 16ª legislaturas. Presidente da Província do Rio Grande do Norte entre 1836 e 1837 e Presidente da Província do Ceará entre 1877 e 1878. Futuro Barão de Catuama, foi agraciado em 1860 com o título de Comendador da Ordem da Rosa (veja-se o apêndice nº 7) (BARATA; VIANA, 2012, p. 5 e 6).

[177] Deputado geral por Pernambuco na 10ª legislatura (de 03.05.1858 a 16.09.1860) e comerciante estabelecido em Pernambuco. Filho do Barão de Beberibe e proprietário do palacete da Ponte D´Uchoa que chamou a atenção de D. Pedro e que desde 1940 é a sede do Museu do Estado de Pernambuco – MEPE, criado em 08.02.1929 (BARATA; VIANA, 2012, p. 12).

[178] Deputado geral por Pernambuco na 10ª legislatura e foi agraciado em 1860 com o título de oficial da Imperial Ordem da Rosa (vejam-se os apêndices nºs 3 e 7).

Seguindo o caminho da conciliação, os liberais também foram prestigiados no baile. O deputado Jeronimo Vilela de Castro Tavares[180], deputado liberal e rebelde praieiro anistiado, participou da 2ª contradança, fazendo par com a senhora Joaquina Neves de Oliveira, “vis-a-vis” com a Imperatriz e o Dr. Fiuza.

Os grandes comerciantes, promotores do baile, também participaram das contradanças com o casal imperial. Formaram par com o imperador a senhora Joaquina Pinto Lemos, esposa do Sr. João Pinto de Lemos Junior, membro da Associação Comercial Beneficente e o encarregado do baile; a senhora Cândida Ernestina Vitória Paes Barreto, esposa de Lourenço de Sá e Albuquerque, futuro Visconde de Guararapes e D. Genoveva Amorim, esposa de Antônio Marques Amorim, presidente da Associação Comercial. Também participou da quadrilha Manoel Pires Ferreira, abastado comerciante no Recife e senhor do engenho Bulhões.

Conforme matéria do Jornal do Recife de 24/12/1859:

> “O baile dado na noite de quinta-feira pela Associação Comercial beneficente foi uma festa grandiosa como, gênero, Pernambuco não tem visto outra. Às 9 horas e meia da noite, os três enormes salões do primeiro andar do edifício Pedro II, com 200 palmos de cumprimento cada um, convenientemente ornados e alumiados a gás, continham para cima de 1400 convidados”.

Um outro evento que também contou com a presença maciça dos conservadores e pôs lado a lado os Cavalcanti de Albuquerque e Rego Barros foi a instalação do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura em 23 de dezembro. A primeira diretoria do órgão teve como presidente o Dr. Luís Carlos B. Muniz Fiúza (presidente da província), vice-presidente o Visconde de Boa Vista, e como tesoureiro o então Barão de Camaragibe, além de Domingos de Souza Leão (futuro Barão de Vila Bela) e do Dr. Francisco do Rego Barros de Lacerda (filho do Visconde da Boa Vista). O Visconde de Suassuna e os Barões do Rio Formoso,

---

[179] Presidente da Associação Comercial e deputado suplente pela Província de Pernambuco, na 10ª legislatura, e foi agraciado em 1860 com o título de Comendador da Ordem da Rosa (vejam-se os apêndices nºs 3 e 7) (BARATA e VIANA, 2012, p. 5 e 6)..

[180] Bacharel e lente da Faculdade do Recife. Após condenado à prisão perpétua com trabalho, por ser considerado um dos cabeças da rebelião Praieira, recebeu anistia e foi reintegrado na sua cadeira de lente da Academia de Olinda, por Decreto de 28.11.1851. Deputado Geral por Pernambuco, nas 6ª, 7ª, 10ª e 11ª legislaturas. Em 1860, D. Pedro o agraciou com o título de Oficial da Ordem da Rosa (vejam-se o apêndice nºs 3 e 7) (BARATA;VIANA, 2012, p. 11).

Ipojuca, Capibaribe, e o futuro Barão de Guararapes (veja-se o apêndice nº 7) fizeram parte do Conselho Fiscal. Dom Pedro II foi o sócio n.º 1 do Instituto, tendo contribuído pessoalmente com a quantia de 10:000$000 (BEDIAGA, 1999)[181]. (veja-se o apêndice nº 10).

3.1.1 Condecorações distribuídas na volta do Imperador à Corte

Após o retorno à Corte, D. Pedro II agraciou, em 14 de março de 1860, data do aniversário natalício da Imperatriz D. Teresa Cristina, diversas personalidades pernambucanas com títulos de nobreza (Viscondes e Barões), além de comendas das Imperiais Ordens da Rosa e do Cruzeiro, em reconhecimento à hospitalidade e manifestações de apreço recebida em sua estada na província (veja-se o apêndice nº 7). Entre os pernambucanos, foram contemplados um Veador da Casa Imperial, dois Viscondes e sete Barões. Da Ordem da Rosa[182] distribuiu-se um título de Grande Dignitário, um de Dignitário, vinte e oito de Comendadores, oitenta e um de Oficiais e oitenta e quatro de Cavaleiros. Da Ordem de Cristo, foram nomeados nove Comendadores e trinta e seis cavaleiros.

A generosa quantidade de títulos e comendas concedidos (um total de 10 títulos de nobreza e 240 comendas das ordens imperiais), visava a reconhecer as demonstrações de fidelidade ao imperador e os serviços prestados ao Estado, mas também fazia parte da política de reforçamento da imagem da instituição monárquica e da figura do Imperador enquanto chefe de Estado. Soma-se, igualmente, o fato de que as mais altas condecorações foram destinadas aos principais políticos da região, revelando o caráter político da viagem e a estratégia de D. Pedro II de empoderar as lideranças locais em troca do compromisso dessas com a coroa/governo. Note-se que Francisco do Rego Barros e os três irmãos Cavalcanti de Albuquerque, a saber, Francisco de Paula, Manoel Francisco e

[181] Informação contida na nota explicativa nº 152, do Diário do Imperador Pedro II (BEDIAGA, 1999).

[182] A Ordem da Rosa foi criada em 1829 por D. Pedro I na ocasião de seu casamento com D. Amélia de Leuchtenberg. A insígnia foi desenhada por Jean Baptista Debret e possuía mais graus que as demais ordens portuguesas e brasileiras existentes: cavaleiro, oficial, comendador, dignitário e grã-cruz. D. Pedro I concedeu em seu reinado 189 insígnias, já D. Pedro II, agraciou com esta ordem 14.284 cidadãos. (Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperial_Ordem_da_Rosa. Acesso em: 15 mai. 2019)

Pedro Francisco (líder dos conservadores em Pernambuco), foram agraciados com os títulos mais elevados.

Receberam títulos de barão o presidente da província Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza, os destacados senhores de engenho Lourenço de Sá e Albuquerque, Henrique Marques Lins e Manoel Joaquim Carneiro da Cunha, além do comandante das armas de Pernambuco e Conselheiro de Guerra José Joaquim Coelho e do comerciante José Antônio de Araújo.

Entre os Deputados Gerais, receberam condecorações tanto aqueles que apoiaram o gabinete de Abaeté e a reforma bancária de 1859 quanto os opositores. Além dos opositores que foram agraciados com nomeações para pastas ministeriais e presidência de província (vejam-se os apêndices nºs 7 e 8), condecorou-se com comendas da Ordem da Rosa e de Cristo o liberal Jerônimo Vilela de Castro Tavares, os conservadores Augusto Frederico de Oliveira, João José Ferreira de Aguiar e o cônego Joaquim Pinto de Campos, além dos suplentes Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque e Luiz Duarte Pereira, todos apoiadores da reforma.

Também oposicionistas na questão bancária embora ligados ao Partido Conservador, o deputado geral Silvino Cavalcanti de Albuquerque e seu suplente Francisco João Carneiro da Cunha receberam comendas da Ordem da Rosa.

Além do cônego Pinto de Campos, o bispo de Olinda Dom João da Purificação Marques Perdigão e o rebelde de 1817 monsenhor Francisco Muniz Tavares estão entre os religiosos agraciados. Os comerciantes Antônio Marques Amorim, presidente da Associação Comercial pernambucana, e João Pinto de Lemos Júnior[183], encarregado do baile de despedida, também receberam suas comendas.

Em suma, a coroa estabeleceu vínculos com a fina flor da elite pernambucana através da concessão de títulos e comendas, incluindo

[183] O Comerciante João Pinto de Lemos Júnior já havia sido agraciado com o título de Fidalgo Cavaleiro da Corte e Casa Imperial em 14 de março de 1849. Informação colhida em publicação do jornal Correio da Tarde, Rio de Janeiro, em 15 de março de 1849. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/. Acesso em 28, jul. 2019

representantes liberais, abrangendo tanto senhores de engenho como parlamentares, comerciantes e líderes religiosos.

3.1.2 Os resultados políticos da visita imperial ao Norte

A viagem da comitiva ao norte do país, conforme planejou estrategicamente o Imperador, trouxe resultados positivos para a coroa. D. Pedro impressionou a população mostrando-se cordial, experiente nas coisas de Estado e preocupado com o progresso do país. “Um inquestionável sucesso”, conforme relata Barman:

> D. Pedro II desempenhava o papel de um monarca, enquanto a bondade e cordialidade de D. Tereza Cristina conquistaram universal respeito e afeição. Uma empreitada muito eficaz que dissipou qualquer sentimento republicano latente e consolidou o apoio do Nordeste (sic) ao regime. A visita pode ser considerada como um ponto alto do reinado (BARMAN, 2012, p. 275)

Por outra parte, devemos admitir que a melhora no desempenho do gabinete de Ângelo Ferraz em comparação aos do Marquês de Olinda e do Visconde de Abaeté também se deveu à proximidade das eleições de 1860, que já ocorreria sob as regras da nova reforma eleitoral (2ª Lei dos Círculos), suscitando receios por parte dos parlamentares quanto à reeleição. Entretanto, é inegável que a estratégia do imperador em se fazer presente no Norte ajudou a arrefecer as hostilidades políticas na Corte.

Concretamente, a viagem ao Norte, assim como a política das condecorações e as nomeações para pastas ministeriais e presidência de província influenciaram, de forma positiva, as relações entre o gabinete ministerial e a Câmara de Deputados, antes tão hostil. Enquanto nos anos anteriores os gabinetes tiveram grandes dificuldades em lograr consentimento daquela casa para a execução das metas do governo, na sessão de 1860 se conseguiram vários êxitos, principalmente na matéria orçamentária. Os parlamentares acataram cerca de 80% das recomendações dos ministros quanto à aprovação ou reprovação dos aditivos ao orçamento daquele ano. Em 1857, haviam sido aceitas 43% e, em 1858, apenas 34% das recomendações tiveram acolhimento. Em 1859, Diante dos conflitos entre parlamento e governo, agravados pelos debates sobre a questão bancária, os aditivos sequer foram apreciados pelos deputados (FERRAZ, 2012, p. 332-335).

Em resumo, além de conseguir aprovar a contento a Lei Orçamentária, o gabinete de 10 de agosto de 1859 (do Visconde de Abaeté) foi exitoso quanto à implantação da reforma bancária, aprovada com dificuldades no ministério anterior, e quanto à realização das eleições de 1860, “relativamente livre de interferência direta” do governo.

O gabinete Abaeté renunciou em março de 1861 antes do início da sessão legislativa. A nova composição parlamentar, resultante das eleições de 1860, não oferecia o suporte necessário para a manutenção do ministério (FERRAZ, 2012, p. 124-126).

Além dos resultados políticos, em Pernambuco foram criados o Asilo de Mendicidade e o Imperial Instituto de Agricultura. Conforme relatado no Diário de Pernambuco de 26 de dezembro de 1859, esperava-se, ainda, que o conhecimento que o Imperador havia adquirido sobre os recursos e necessidades da província trouxesse benefícios futuros, como a ampliação do porto da capital e a construção de um edifício próprio para a Faculdade de Direito.

Um fato curioso é que não apenas Pernambuco, mas as demais províncias visitadas por D. Pedro no Norte, a exceção do Espírito Santo, tiveram seus presidentes substituídos no primeiro semestre de 1860, após o retorno da comitiva à Corte. Os motivos de tal resolução constituem um amplo campo para estudos futuros.

3.2 A Consolidação da imagem do Imperador

Independentemente das virtudes e caráter do príncipe, a fabricação adequada da figura do rei é de suma importância para a sobrevivência das monarquias. Neste tipo de sistema de governo, a imagem do soberano é respaldada através do uso de símbolos associados ao Estado: um rei forte pressupõe um Estado igualmente forte. A criação desses símbolos é estrategicamente estudada pelas casas monárquicas que buscam adaptá-los ao contexto social de forma a garantir a aceitação popular. A elite também se beneficia da “figura do rei” para atingir seus propósitos e toma parte na construção

desta representação através da promoção de eventos grandiosos e solenes e da edificação de monumentos (SCHWARCZ, 2001 p. 18-22).

A realização de rituais como o beija-mão[184], o te-déum[185], cortejos e procissões assim como a concessão de títulos de nobreza, criam uma simbologia que, como já vimos, funciona como instrumento de dominação, demonstra quem efetivamente exerce o poder, reforçando o sistema de governo e as hierarquias sociais. Estas ações contribuem para o congraçamento da elite e para a "domesticação dos dominados", fazendo com que as diferenças sociais fossem assimiladas e aceitas como uma ordem natural das coisas (BOURDIEU, 1989 p. 10 e 11).

A análise dos preparativos, da postura diligente adotada, das visitas realizadas, dos eventos e solenidades em que tomou parte, dos contatos mantidos durante a viagem e, primordialmente, dos relatos em seu diário, não deixam dúvidas quanto ao objetivo de D. Pedro II em produzir e reforçar suas qualidades e representações no imaginário popular.

Neste sentido, partindo da forma como se davam as visitas em Pernambuco e da importância dada ao rígido cumprimento da rotina diária, podemos inferir a imagem que o Imperador buscava construir para si:

- Diligente - deixava diariamente o Palácio[186] por volta de 6h da manhã para realizar as visitas, deslocando-se a pé, a cavalo, de carro, de trem ou de barco;
- Político conciliador – buscou prestigiar conservadores e liberais, incluindo a memória de antigos rebeldes, além de demonstrar tratamento igualitário aos principais ramos da oligarquia pernambucana (Cavalcanti de Albuquerque e

[184] O ritual de beija-mão representa a submissão e aceitação da monarquia tanto pela elite como pela população menos abastada. Também é a oportunidade de, através do contato pessoal, o súdito fazer seus pedidos ao rei. Trazido para o Brasil por D. João VI, no segundo reinado o ritual foi utilizado em ocasiões especiais como solenidades, deslocamentos e retornos do monarca para longe da Corte e aniversários. (SCHWARCZ, 2001 p. 498 a 506).

[185] O te-déum é um hino entoado nos cultos católicos e nos rituais de ação de graças, principalmente nos eventos solenes. O ritual religioso durante as solenidades de boas-vindas do Imperador Pedro II nas cidades pernambucanas compunha-se da execução do te-déum e não da celebração de missas, como aconteceu, por exemplo, nas cidades de Recife, Goiana, Cabo, Serinhaém, Rio Formoso e Vitória (veja-se o apêndice nº 11).

[186] A Sede do Governo Provincial, atual sede do Governo do Estado de Pernambuco, serviu como Palácio Imperial durante a estadia de D. Pedro II em Recife.

Rego Barros) que, embora guardassem laços de parentesco, estavam em conflito;

- Gestor eficiente – percorreu repartições públicas, quartéis, hospitais e empresas responsáveis por prestar serviços à população, como a companhia de gás, de fornecimento de água potável, de tratamento de águas servidas e a de construção da ferrovia, quando fez diversas críticas e observações sobre funcionamento destas instituições;
- Líder popular – caminhou pelas ruas acompanhado pela multidão que ansiava por ver o Imperador, reservando tempo para receber aqueles que quisessem lhe fazer pedidos ou prestar reverência;
- Religioso e benevolente – participou de te-déum, acompanhou orações e procissões, visitou diversas instituições de caridade e fez doações a entidades beneficentes ou diretamente à população (veja-se o apêndice nº 10);
- Patrono da educação e cultura – visitou a Faculdade de Direito do Recife, antiga Academia de Ciências Sociais e Jurídicas de Olinda transferida para a capital da província em 1854, e escolas de ensino básico das diversas cidades percorridas, arguindo alunos e professores. Esteve por duas vezes no gabinete de história natural instalada no Ginásio Pernambucano[187], assistiu a peças nos teatros de Santa Isabel e Apolo e demonstrou, ademais, ter grande conhecimento acerca da história dos holandeses em Pernambuco.

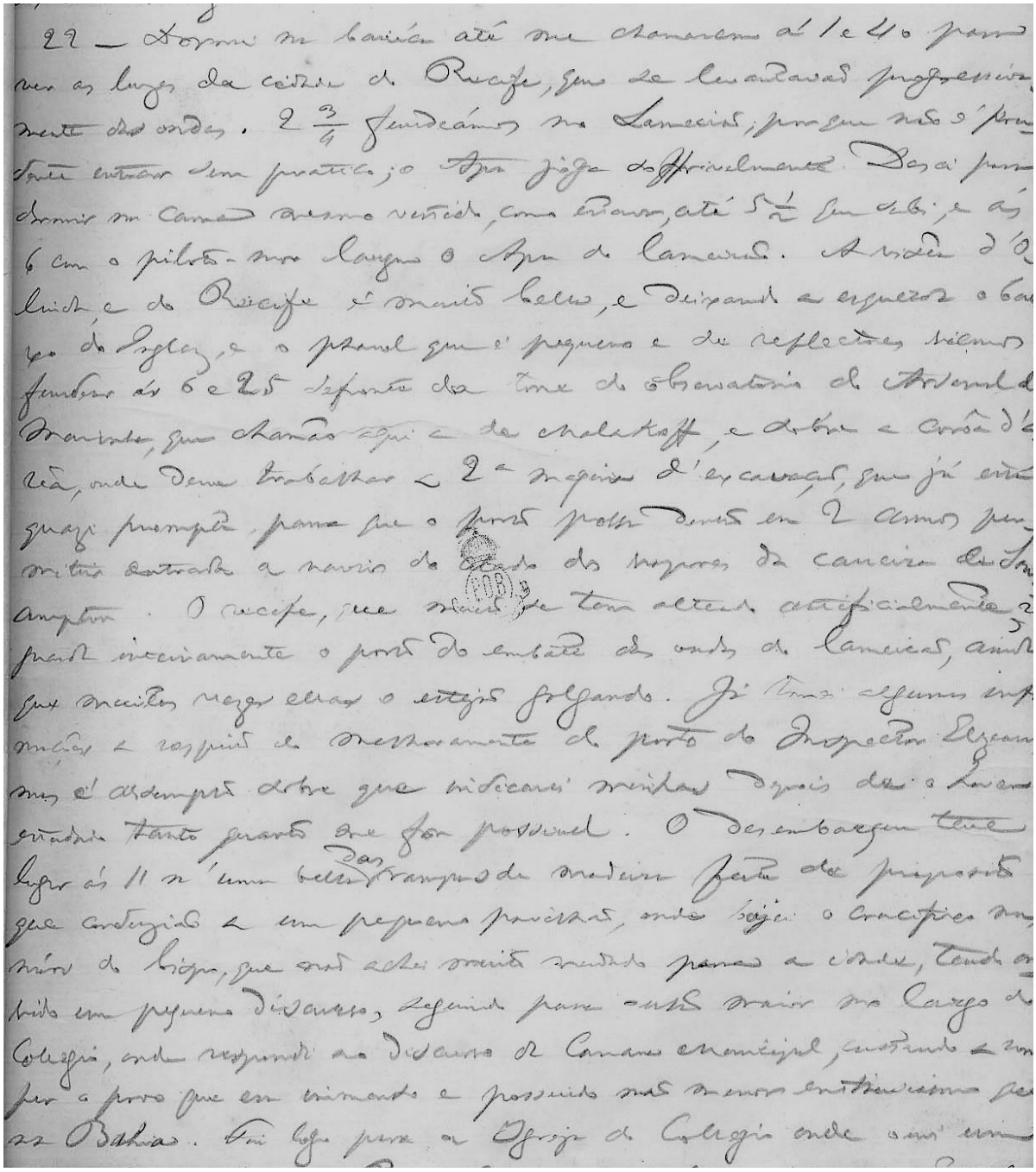
Em cada cidade seguia invariavelmente o mesmo roteiro: na chegada atendia às homenagens e participava de eventos de cunho religioso, visitava a Casa da Câmara e Cadeia e demais repartições públicas e passava a percorrer as principais igrejas, escolas, hospitais, casas de recolhimento, fábricas (no interior da província vistoriou diversos engenhos) e demais pontos de interesse particular do monarca, em especial os relacionados aos holandeses. Apesar da sobrecarregada agenda, também reservou espaços para receber os súditos.

Todas as atividades foram anotadas com extremo detalhe pelo Imperador em seu diário, o que torna o exame desta fonte fundamental para o entendimento dos propósitos de D. Pedro no Norte do país. O acervo completo dos diários do

[187] Fundado em agosto de 1855 pelo professor de ciências naturais e médico Louis Jacques Brunet

Imperador está composto por 43 cadernos, além de cartas e papéis avulsos escritos entre os anos de 1840 e 1891. As anotações referentes à viagem a Pernambuco encontram-se em um caderno de formato grande (22cm x 32cm), com "78 páginas escritas a lápis em letra miúda e nervosa, algumas vezes até indecifrável", conforme nos relata Guilherme Auler (1952, p. 337)

Imagem nº 10 - Trecho do diário de D. Pedro II referente ao dia de chegada a Pernambuco em 22 de novembro de 1859



Fonte: Diário do Imperador D. Pedro II (1859, Anotação do dia 22/12/1859).

Transcrição: Dormi na baiúca até me chamarem à 1 e 40 para ver as luzes da cidade do Recife, que se levantavam progressivamente das ondas. 2 e ¾ fundeamos no Lameirão, porque não é prudente entrar sem prático; o Apa joga sofrivelmente. Desci para dormir na cama mesmo vestido, como estava, até as 5 ½ quando subi, e às 6 com o piloto-mor largou o Apa do Lameirão. A vista de Olinda e do Recife é muito bela, e deixando à esquerda o baixo do inglês e o farol que é pequeno e de refletores, viemos fundear às 6 e 25 defronte da torre do observatório do Arsenal de Marinha, que chamam aqui de Malakoff, e sobre a coroa de areia, onde deve trabalhar a 2.ª máquina de escavação, que já está quase pronta, para que o porto possa dentro de 2 anos permitir a entrada a navios do calado dos vapores da carreira de Southampton. O recife, que muito se tem alterado artificialmente, resguarda inteiramente o porto do embate das ondas do Lameirão, ainda que muitas vezes elas o estejam galgando. Já tomei algumas informações a respeito do melhoramento do porto do Inspetor Eliziário, mas é assunto sobre que indicarei minhas [sic] depois de o haver estudado tanto quanto me for possível. O desembarque teve lugar às 11 horas numa bela das rampas de madeira feitas de propósito, que conduziam a um pequeno pavilhão onde beijei o crucifixo nas mãos do bispo que não achei muito mudado para a idade, tendo havido um pequeno discurso, seguindo para outro maior no largo do Colégio, onde respondi ao discurso da Câmara Municipal custando a romper o povo que era imenso e possuído [de] não menor entusiasmo, que na Bahia. Fui logo para a Igreja do Colégio, onde ouvi um sermão [...] (BEDIAGA, 1999, Transcrição do diário de D. Pedro II referente ao dia 22 de novembro de 1859)

Graças à riqueza de detalhes de suas anotações (veja-se a imagem nº 10) gera-se quase um consenso entre os historiadores quanto a sua preocupação em registrar atos ou narrar situações que enaltecessem sua reputação para a posteridade (FRAGA, et al., 2011). Os locais visitados, fatos do cotidiano, ideias, explicações sobre algumas decisões tomadas são minuciosamente descritas. Aos relatos e/ou descrições, incluem-se mapas, desenhos de próprio punho e anotações auxiliares. Observações sobre a sua vida pessoal foram evitadas. Segundo Schwarcz[188], "seu interesse maior era formar uma imagem, através de seus deslocamentos pelo País e pelo Exterior, para evitar o desmembramento da Nação. Isso está bem nítido nos diários".

Como ressalta Arlette Farge (2009, p. 15-16), apesar dos diários do Imperador terem caráter de registro de pessoal, quem escreve um diário íntimo pretende "de algum modo ser descoberto" e acredita "que os acontecimentos de sua vida tinham que ser redigidos". O cuidado do Imperador com sua narrativa fica atestado através do hábito de passar a limpo as anotações feitas às pressas durante o dia. Em 24 de novembro de 1859, mostra-se preocupado com potenciais futuros leitores: "o diário vai escrito muito à pressa porque preciso descansar"[189].

[188] Disponível em: https://istoe.com.br/28976_O+IMPERADOR+O+HAXIXE+E+AS+PULGAS+/. Acesso em: 29 de jun. 2019.

[189] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

3.2.1 A imprensa pernambucana e a construção da imagem de D. Pedro II

Uma das características da imprensa é a capacidade de dar visibilidade aos fatos, transformando-os em grandes acontecimentos. Através de publicações com objetivos específicos, é capaz de sugestionar o psicológico da população, direcionar a opinião pública e estimular determinadas mudanças de comportamento da sociedade.

Citando Farge:

> O impresso é um texto dirigido intencionalmente ao público. É organizado para ser lido e compreendido por um grande número de pessoas; busca divulgar e criar um pensamento, modificar um estado de coisas a partir de uma história ou de uma reflexão. Sua ordem e sua estrutura obedecem a sistemas mais ou menos fáceis de decifrar e, independentemente da aparência que assuma, ele existe para convencer e transformar a ordem dos conhecimentos. [...] Disfarçado ou não, ele é carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ser lido pelos outros (FARGE, 2009, p. 13).

Por este motivo, existia da parte do Imperador um grande interesse em saber como era percebido em suas aparições públicas pelos principais periódicos. Esta preocupação revela-se na anotação de 22 de dezembro de 1859, quando, após comparecer a dois eventos sociais de grande relevância – as corridas de inauguração do Jockey Clube do Recife e o grande baile de despedida promovido pela Associação Comercial – registrou sua intenção de juntar os jornais que descrevessem estas duas festas.

A impressa pernambucana foi, em grande parte, a responsável pela divulgação e exaltação da vinda do imperador. Conclamou a população a participar dos eventos, divulgou o andamento dos preparativos para a chegada da comitiva e o roteiro das festividades, orientando sobre as regras de etiqueta durante a visita, relatando, por sua vez, os eventos prestigiados pela comitiva imperial, além de servir de veículo para as declarações públicas de apreço a D. Pedro II e à imperatriz D. Teresa Cristina.

Desde o anúncio da visita até a despedida do monarca, toda a sociedade local se mobilizou para receber os ilustres visitantes. Em cada cidade visitada gerava-se uma verdadeira atmosfera de comoção e congraçamento pela vinda do

imperador. A imagem do monarca, as várias e pomposas solenidades, celebrações religiosas e inaugurações, a decoração das casas e iluminação das ruas e as inúmeras homenagens foram relatadas pelos principais jornais da época, a saber: Diário de Pernambuco, O Liberal Pernambucano, Jornal de Recife e O Monitor das Famílias.

O *Diário de Pernambuco*[190] funcionava neste período como o órgão de publicidade oficial do governo da província de Pernambuco[191], reservando a seção *Parte Official* para este fim. Era a voz dos guabirus e, em vista disso, colaborou ativamente com divulgação da imagem positiva do imperador e da monarquia. Com o anúncio da chegada da comitiva, seus responsáveis anteciparam a alteração do formato do jornal, que passou a ser impresso em papel maior, com as dimensões próximas às atuais, seguindo o modelo do "The Times", de Londres.

Na edição de 21 de novembro, dia anterior ao desembarque, o Diário de Pernambuco fez grandes elogios ao povo pernambucano e contribuiu para o criar o clima de comoção para a chegada do monarca:

> O Recife veste-se de gala para fazer à Suas Majestades Imperiais uma recepção condigna com altas personagens. O ancoradouro, o desembarque, as ruas por onde tem que passar o préstito, o paço imperial, tudo se prepara com presteza, tudo está a receber a última demão para o faustoso dia da chegada dos imperiais visitantes. A animação com que se trabalha, o entusiasmo com que se fala deste grande acontecimento e a alegria que se divisa em todos os semblantes são a mais solene manifestação do sentimento monárquico que domina este brioso e patriótico povo pernambucano. [...] Não há povo mais amigo da ordem, mais dedicado à monarquia constitucional, nem mais governável. Próximo vem o dia em que o povo pernambucano há de dar ao mundo inteiro um testemunho solene de seu profundo amor à monarquia e do cordial afeto que consagra ao primeiro magistrado da nação, ao ilustre príncipe que preside aos destinos do império de Santa Cruz. [...] Todas as povoações que ficam dentro de um raio de 15 léguas desta cidade preparam-se para visita imperial. O Cabo, a Escada a Vitória, Igarassu, Goiana, Nazaré, esperam

[190] Iniciou suas atividades em 07 de novembro de 1825 apenas como folha de anúncios e hoje é o jornal mais antigo em circulação na América Latina. Fonte: FGV. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco. Acesso em 25 de jul. 2019.

[191] O Diário de Pernambuco entre 1835 e 1911 exerceu o papel de "órgão oficial dos governos da província, com alguns pequenos períodos de exceção. Fonte: FGV. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco. Acesso em 25 de jul. 2019.

> merecer a honra de receber a visita de Suas Majestades. [...] Está próximo e bem próximo esse momento em que nos será de tão estranhável satisfação. Dentro em breve as ondas do povo, dominado por um só princípio, afluirão para o ponto onde lhes há de surgir o Vulto Eminente que é todo o objeto de suas contínuas cogitações: dentro em breve tudo será festas, e as festas são em tal caso a epopeia magnífica das glórias de um só povo. Bendito seja esse pensamento que tão bem-fadado se tem ido refletir em tantas páginas de puro afeto à Monarquia e ao Monarca. Bendita essa ideia que é dominante em todas as jerarquias da sociedade pernambucana! Bendito esse período de bênçãos, que, para corações verdadeiramente patriotas, será sempre a comemoração solene de uma época notável na história d'este vasto império![192]

Para o desembarque da comitiva em 22 de novembro de 1859, o Diário de Pernambuco conclamou os pernambucanos a receberem efusivamente o casal imperial:

> "Ave César! Ergamo-nos, pernambucanos, o momento que tão ansiosamente esperávamos, é chegado! Apressemo-nos, esquadra imperial que conduz aos nossos braços o monarca querido dos brasileiros, e sua preclara e virtuoso consorte aporta às nossas plagas. [...] Corramos, entoemos nossos cânticos patrióticos, manifestemos nosso júbilo, enchamos o espaço com nossas verdadeiras e espontâneas aclamações ao mais ilustrado e magnânimo dos monarcas. Cubram elas o estrondo dos canhões, o atroar das bombas e foguetes e demonstrem ao mundo todo o nosso entusiasmo pela honrosa visita de imorredoira memória que agora recebemos! "[193]

Na edição de 26 de novembro de 1859, o mesmo jornal ressaltou que o dia da solene "chegada de Suas Majestades Imperiais ao Recife" haveria de "ser sempre uma fonte inextinguível de doces e agradáveis recordações" que ficaria gravado "eternamente na memória do povo pernambucano". Todas as classes sociais se congraçaram "nos mesmos sentimentos de profundo amor e sincera adesão". Nesta data foi publicado o ofício do chefe de polícia, Tristão de Alencar Capibaribe, que afirmava não haver sido efetuada nenhuma prisão por ocasião do desembarque do imperador no Recife. A estimativa de Capibaribe era de que 80 mil pessoas teriam saído às ruas para ver a passagem do monarca.

---

[192] Diário de Pernambuco, edição de 21 de novembro de 1859, sessão "Revista Diária". Disponível em: http://ufdc.ufl.edu. Acesso em: 01 de jul. 2019.

[193] Diário de Pernambuco, edição de 22 de novembro de 1859, sessão "Revista Diária". Disponível em http://ufdc.ufl.edu. Acesso em 07 de mai. 2017.

O *Jornal do Recife*, na edição de edição de 17 de setembro de 1859 exalta a vinda do monarca e os interesses em torno da visita:

> Toda a cidade está agitada com a notícia da próxima visita de SS MM II. O fervat opus já vai tendo começo e tudo anuncia um grande acontecimento. O mundo elegante sonha com os bailes; a guarda nacional com as fardas ricas; a companhia do gás com as iluminações; os cocheiros com os aluguéis dos carros e a pobreza com as esmolas do nosso caridoso monarca. Enfim, a Veneza Americana parece despertar do indiferentíssimo habitual e preparar os atavios de gala com que adornar-se para condignamente receber em suas plagas o mais constitucional dos monarcas.

O periódico ainda publicou diversas homenagens a D. Pedro e a D. Teresa Cristina, principalmente na forma de poesia. Da edição nº 48 a 52, somam-se hinos, poemas e artigos dirigidos ao casal imperial como mostras de uma profunda adesão ao monarca e à monarquia (veja-se a imagem nº 11, em homenagem ao aniversário do Imperador, comemorado em Recife).

Imagem nº 11 - Homenagem a D. Pedro II publicada pelo Jornal do Recife em 03 de dezembro de 1859

O Aniversário de nascimento de S. M. o Imperador

A primavera desta terra é linda,
Como as estampas dos painéis celestes;
De novas galas se reveste ainda,
Saudando a coroa no brilhar das vestes.

Passam-se os anos, novos anos correm,
Fanam-se as flores, novas flores vingam;
Os anos passam, no passar não morrem,
E sempre as flores seu perfume abrigam.

E os anos gratos de manhãs cheirosas,
As flores belas dos vergéis contentes,
Mais lindas hoje se ostentando airosas,
No vosso Trono vão brilhar decentes.

E tudo é grande; vosso povo imenso
Distende da alegria os rebentões;
O dia é vosso, no passar extenso,
Ele escuta a sorrir mil saudações.

Monarca popular, o dia é vosso.
O brasão deste povo é ter valor;
Dos grandes o valor é sempre o nosso,
O Trono, a coroa festejar, Senhor.

No dia grande que a memória criva,
Aniversário do mais sábio Rei;
Pernambucanos, entoai um viva,
Monarca e povo, liberdade e lei.

João Coimbra

Fonte: Jornal do Recife. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=705110&PagFis=300. Acesso em: 30, jun. 1859.

Com a notícia da vinda do imperador, o periódico *O Monitor das Famílias* teve seu início de funcionamento antecipado, com vistas a "publicar desde já uma série extraordinária do mesmo periódico para dar conta dos festejos populares que

por esta ocasião se tem feito e hão de fazer" (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, p. 1). Para tanto, seu editor, Felipe Nery Colaço, contratou um desenhista francês, Alphonse Benson, responsável pelas onze litografias que ilustram as edições do jornal, além do alemão Franz Heinrich Carls, para os trabalhos de impressão. Carls radicou-se no Recife e passou a assinar como Francisco Henrique Carls, assim vindo a ser conhecido. Na Década de 1860, fundou sua própria litografia e publicou junto ao desenhista suíço Luiz Schalappriz a série "Memória de Pernambuco. Álbum para os amigos das artes", importante legado iconográfico de Pernambuco (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, prefácio).

O lançamento do periódico se deu em 2 de dezembro de 1859, dia do aniversário de 34 anos do monarca, comemorado na capital pernambucana. Embora tenha tido uma vida curta, apenas cinco edições, *O Monitor das Famílias* constitui-se, ainda hoje, uma rica fonte para os estudos sobre a visita imperial a Pernambuco, em especial pelos registros gráficos, incluindo o desembarque, o préstito pelas ruas do Colégio e da Cadeia até o Palácio do Governo assim como do beija-mão realizado por comemoração do aniversário do imperador (observe-se as imagens nºs 13 e 14) . Conforme declara o editor, as notícias de suas edições "foram extraídas em grande parte de folhas públicas, principalmente do Diário de Pernambuco" (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, p. 76).

Por sua vez, o jornal *O Liberal Pernambucano,* ligado ao Partido Liberal e publicado entre 1852 e 1861, também fez ampla cobertura da visita imperial a Pernambuco. Contudo, os exemplares referentes ao ano de 1859 não foram localizados nas hemerotecas físicas e digitais pesquisadas, o que prejudicou uma análise mais criteriosa do jornal oposicionista. As informações sobre as publicações foram obtidas através da historiografia, em especial por meio dos relatos de Fernando da Cruz Gouvêa (GOUVÊA, 1978).

Em termos gráficos, além das litografias de Alphonse Benson publicadas n'O Monitor das Famílias, é importante se fazer referência às imagens registradas pelo fotógrafo italiano Augusto Stahl. Stahl, um dos mais importantes fotógrafos do

Brasil no século XIX, realizou duas imagens do desembarque da comitiva imperial no cais do Colégio[194], a partir da margem oposta (veja-se a imagem nº 16). Stahl reuniu estas e mais 34 fotografias dos edifícios e arrabaldes do Recife em um álbum com o qual presenteou o Imperador, ele próprio um entusiasta da fotografia. Admirado com o trabalho, D. Pedro permitiu que Stahl o fotografasse assim como a Imperatriz. Stahl residiu no Recife entre 1853 e 1862. A partir de 1862 fixou-se na cidade do Rio de Janeiro e recebeu de D. Pedro o título de "Fotógrafo de S.M, o Imperador" (WANDERLEY, 2016)

O fotógrafo pernambucano João Ferreira Villela também visitou o Imperador no Palácio. Villela o presenteou com seis fotografias, sendo elas: do Pavilhão construído a mando da Câmara Municipal para a recepção do imperador; do porto de desembarque do imperador com quiosque, dois barracões, chafariz e cais do Colégio; da continuação da citada vista com o mastro norte do pavilhão da Câmara e mosqueiro com todas as embarcações ali fundeadas; de uma marina; do Templo dos Ingleses, na rua da Aurora; e do fim da rua da Cruz com o princípio do arsenal de Marinha[195]. Tornou-se, em 18 de setembro de 1860, o único pernambucano a possuir o título de Fotógrafo Imperial.

3.2.2 Os Passos de D. Pedro II em Pernambuco

Desde a sua chegada no Recife, em 22 de novembro, até a partida em 24 de dezembro, D. Pedro seguiu rigorosamente o plano traçado para a viagem (veja-se a imagem nº 12). Buscando reforçar a sua imagem e a instituição monárquica, cumpriu agenda criteriosamente escolhida, seguindo a mesma rotina em cada localidade visitada (veja-se o apêndice nº 11). Adotou uma postura austera, porém cordial, em todas as visitas que realizou. Além da agenda elaborada por D. Pedro e dos eventos programados pelas comissões responsáveis pela recepção da comitiva em cada cidade, o Imperador recebeu diversas homenagens espontâneas promovidas pela população em geral.

---

[194] Localizado no bairro de Santo Antônio em Recife, hoje conhecido como Cais do Imperador.

[195] Informações obtidas no site Brasiliana Fotográfica. Disponível em: brasilianafotografica.bn.br /?tag=recife. Acesso em 15 de jul. 2019.

A rotina composta por: *homenagem de chegada, visita a repartições públicas, igrejas, escolas e entidades de assistência social*, *atendimento aos súditos, doação de esmolas e passeios pela cidade* se repetiu em todas as cidades, revelando a importância dada ao ver e ser visto e o cuidado com a imagem de si que desejava perpetuar na memória dos súditos anfitriões.

Imagem nº 12 - Principais cidades visitadas por D. Pedro II na Província de Pernambuco

Fonte: (BEDIAGA, 1999)

No Recife, onde permaneceu por 19 dias[196], podemos perceber ainda mais claramente a associação entre a imagem do monarca a ser construída/consolidada e os eventos e visitas planejados. Após as homenagens de chegada, incluindo a entrega das chaves da cidade pelo presidente da Câmara Municipal, te-déum e préstito até o palácio, os dias seguintes foram reservados para as visitas de inspeção. Segundo o Diário de Pernambuco, o Imperador visitou “quase todas as repartições públicas”, examinando tudo com “muita minuciosidade e atenção”. Ainda salientou que D. Pedro agiu de forma “infatigável”, saindo do Palácio para atender aos eventos e realizar as vistorias “repetidas vezes durante o dia”, além de

[196] Não consecutivos, mas alternados com períodos de idas às cidades do interior.

receber e se dirigir “com suma amabilidade a todos quanto desejam ter a honra de falar-lhe”[197]

A se ver nos jornais pernambucanos e no diário do Imperador, a chegada da comitiva causou grande agitação na capital. Na ocasião do desembarque, o cais e o largo do Colégio foram tomados pelo povo, que se aglomerou para assistir à chegada do casal imperial, descrita pelo Liberal Pernambucano na edição do dia 23 de novembro de 1859, como “uma vista que jamais tivemos diante dos olhos” e que homens e mulheres “não tinham o menor cuidado em ocultar o júbilo e a ansiedade de que se achavam possuídos”. Segundo o mesmo jornal não foi possível “descrever o entusiasmo de que se possuiu a população, quando se avistou a galeota que conduzia os augustos hóspedes, no meio de estrondo da artilharia e dos milhares de foguetes que subiam ao ar” e que ao pisarem “o abençoado solo pernambucano, não era alegria, não era júbilo, não era um simples entusiasmo, era furor, era uma espécie de enlouquecimento, ante os quais foi impossível conservar a ordem do préstito” (GOUVEIA, 1978, p. 56).

A edição de nº 48 do Jornal do Recife, secção “O que se passa em casa”, descreveu a chegada do imperador com as seguintes palavras:

> Terça-feira, 22 do corrente, às 6h da manhã, entrou em nosso porto o vapor Apa, conduzindo a bordo SS. MM. II que saltaram às 11 horas e meia no cais do Colégio. Descrever o recebimento que a nossa cidade fez aos Augustos Visitantes e pintar o entusiasmo louco e frenético que tem manifestado a nossa população, é cousa impossível a qualquer que o empreendesse, e que custaria a ser criado por quem não o presenciasse [...] Imagine-se uma oblação que não tem nome em nenhuma língua, um delírio que não se encontra escrito nos dicionários; multipliquem-se entusiasmo com embriaguez [...] procure-se o que a mais louca alegria pode produzir [...] tudo se confunde em um só grupo e alimenta uma só ideia: a de vitoriar o melhor dos monarcas, a louvar a mais santa das mulheres.

Após o desembarque, o imperador beijou o crucifixo que lhe foi entregue pelo bispo e recebeu as chaves da cidade das mãos do presidente da Câmara Municipal. Seguiu sob um pálio para a Igreja do Divino Espírito Santo, onde assistiu ao te-déum proferido pelo conservador e áulico padre Joaquim Pinto de Campos,

[197] Diário de Pernambuco, 28 nov. 1859. p. 2.

Deputado Geral por Pernambuco. O préstito para o Palácio, primorosamente decorado para receber a comitiva imperial, seguiu pelas Ruas do Colégio e da Cadeia, onde D. Pedro atentou para o “imenso povo que me dava vivas, assim como todas as pessoas que atapetaram as janelas de casas de 3 e 4 andares” (veja-se a imagem nº 13). Segundo o Diário de Pernambuco, a caminhada até o paço foi “com extrema dificuldade por causa da multidão que estava apinhada nas ruas por onde devia passar o préstito e obstruía o caminho”[198]. D. Pedro relatou que custou a “romper o povo que era imenso e possuído [de] não menor entusiasmo que na Bahia”[199].

Imagem nº 13 - Passagem do préstito imperial no dia da chegada no Recife (22 nov 1859)

Fonte: Litografia por Alfonse Benson, 1859 (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985)

O primeiro dia na capital reservou-se para a recepção e homenagens. No dia seguinte, às 6h30 da manhã, D. Pedro deu início à maratona de visitas comparecendo ao arsenal da Marinha, torre do Observatório[200], Hospital de Caridade e Asilo de órfãos, vistoriando as obras do Hospital Pedro II, onde viria a ser realizado o grande baile de despedida. Em cada um desses locais, D. Pedro

[198] Diário de Pernambuco, 23 nov. 1859.
[199] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[200] Conhecida já àquela época como Torre Malakoff

mostrou-se diligente, realizou uma rigorosa inspeção das instalações, questionou os responsáveis sobre as irregularidades identificadas e anotou suas observações. Ao avaliar os conhecimentos dos alunos do arsenal, considerou-os “atrasados”, e o professor lhe pareceu mal preparado, “não sabendo apesar de padre corrigir as respostas dos rapazes em doutrina cristã, nem perguntar-lhes (sic)”[201].

Quanto ao Observatório e o Hospital de Caridade, D. Pedro fez minuciosas observações em seu diário:

> Não há bastante estabilidade para as observações de precisão, mas serve para as marítimas, possuindo uma pequena luneta meridiana, um teodolito, e um pequeno círculo que estava dentro de uma caixa. Vi um pluviômetro, um termômetro bom de máxima e mínima, e uma agulha de declinação curiosa por ter sido feita em 1754 em Portugal, com pinturas de gosto antigo no círculo de papelão que indica os rumos. A melhor estrela daqui para se observar, segundo ouvi ao Eliziario, é Fomalhat. A cúpula é girante; sendo necessário empregar alguma força e tem uma fresta de fechar e abrir. Nas paredes da cúpula há escritas L. S. 8 graus 3 minutos 40 segundos; Lg E do Rio 8 graus 7 minutos 50 segundos; L 0 Gw 34 graus 52 minutos 10 segundos. Há na torre um bom relógio, e cujo martelo que toca o sino das horas ao levantar faz cair um balão ao meio-dia em ponto. Pedi ao Inspetor uma informação a respeito das necessidades do Arsenal (PEDRO II, 1859).[202]
>
> O Hospital ainda está, com 117 doentes agora, muito acomodado numa casa particular, ainda que 6 Irmãs de Caridade o tragam tão limpo quanto é possível; a roupa de cama muda-se de 10 em 10 dias em geral por causa da lavagem a léguas de distância. O novo hospital é obra magnífica, e o desejo de aproveitar o que já está feito para o baile, por ocasião de minha visita à Província, fez com que a obra se adiantasse bastante, ao menos o baile foi aqui útil, ainda que indiretamente (PEDRO II, 1859).[203]

Ainda no dia 23 de novembro mostrou-se à população percorrendo com a Imperatriz o arrabalde da Ponte d’Uchôa, Casa Forte e Apipucos, onde se admirou com as residências de Augusto Frederico de Oliveira (Deputado Geral e filho do Barão de Beberibe) que hoje abriga o Museu do Estado de Pernambuco, e a do

---

[201] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 23 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[202] idem
[203] idem

comerciante inglês Henry Gibson, hoje pertencente aos descendentes de Jorge Batista da Silva[204].

No dia seguinte foi à Companhia de Gás, registrou o seu funcionamento com detalhes e seguiu para a Casa de Detenção[205]. Nesta última, reclamou que ainda não havia "altar para os presos ouvirem missa", e depois de visitar as celas, criticou a comida fornecida aos presos por ser de má qualidade e insuficiente. Esteve, ademais, nas instalações da caixa d'água da Companhia Beberibe e, no Arsenal de Guerra, reprovou o nível de conhecimento dos alunos, assim como os do Arsenal da Marinha. A seguir, "passeou pela Madalena, Remédios e Afogados" e, à noite, foi a pé ver as luminárias, demorando mais de 2 horas devido à "muita gente; muitos vivas, e quando cansavam as goelas aplausos com as palmas das mãos" (PEDRO II, 1859)[206].

Assim como fez nas cidades interioranas, no Recife também visitou diversos templos católicos: as igrejas de Belém, da Conceição dos Militares, de São José, de São Francisco, de São Pedro Gonçalves, da Madre de Deus, de São Pedro dos Clérigos, Igreja do Montes Guararapes, Igreja dos Capuchinhos, a Matriz da Boa Vista e o Convento do Carmo, incluindo a Capelinha do Pilar, construída no local onde existia o forte de São Jorge.

O imperador fez questão de vistoriar, em duas ocasiões, as obras de implantação da ferrovia entre as vilas do Cabo e Escada, realizadas pela *Recife and São Francisco Railway Company*. Em 22 de dezembro, "quis apreciar o estado de certas obras da estrada de ferro em relação ao que observara 1º de dezembro" (PEDRO II, 1859)[207].

D. Pedro visitou, igualmente, diversas escolas na capital e no interior. Em todas elas tomou nota do número de alunos matriculados e a frequência, checou pessoalmente o preparo dos professores e a escolaridade dos alunos, chegando a

---

[204] Industrial e ex-proprietário do banco Banorte

[205] Hoje funciona a Casa da Cultura. A obra foi concluída em 1850 e projetada pelo engenheiro Mamede Alves Ferreira (1820-1862) que também é o autor dos projetos do Ginásio Pernambucano, do Cemitério de Santo Amaro e do Hospital Pedro II (fonte: Casa da Cultura (Recife). In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Casa_da_Cultura_(Recife). Acesso em: 26, ago. 2019.)

[206] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia: 23 nov, 1859 (PEDRO II, 1859).

[207] Idem, dia: 1 dez, 1859. (PEDRO II, 1859).

inquirir alguns. Nessas vistorias, reprovou tanto alunos quanto professores, registrando sobre os primeiros que: “os estudantes continuam como em todas as partes, com poucas exceções, a mostrar-se muito fracos em aritmética”[208].

A exceção ficou por conta do Ginásio Pernambucano[209]: “gostei mais deste estabelecimento que do da Bahia”. Ao assistir ao exame oral de um dos alunos, admirou-se “pelas suas respostas prontas e quase sempre exatas”. Considerou excelente o regedor, padre Joaquim Rafael da Silva, e apreciou “o modo por que procedeu” durante a visita. Quanto aos professores, julgou-os “bons”. Desde então, esta instituição abriga o Museu de História Natural Louis Jacques Brunet[210], visitado pelo Imperador em duas ocasiões.

Na Faculdade de Direito do Recife, que chamou de Curso Jurídico, assistiu a exames dos alunos e considerou os estudantes “em geral bastante fracos”, “entre os quais o filho do Visconde de Albuquerque no 2.º ano”. Achou as instalações da faculdade “indecentes e muito acanhadas; ao menos caiem-nas e pintem-nas”, anotou [211]. Importante destacar que a Faculdade de Direito à época dirigida pelo então pelo Barão de Camaragibe, formou eminentes políticos, juristas e grande parte da burocracia estatal. Entre os lentes contava-se com os Deputados Gerais por Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, Jerônimo Vilela de Castro Tavares e João José Ferreira de Aguiar. Ocupava o cargo de bibliotecário o também Deputado Geral, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos (BEDIAGA, 1999)[212] (veja-se o apêndice nº 3).

O dia 2 de dezembro foi dedicado às solenidades de comemoração do aniversário de 34 anos do imperador, comemorado com grande pompa e rituais.

---

[208] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 26 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[209] Fundado em 1825, é o mais antigo colégio do país em atividade (fonte: Ginásio Pernambucano. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ginásio_Pernambucano. Acesso em: 26, ago. 2019.)

[210] Naturalista francês que ocupou o cargo de professor de ciências naturais no Ginásio Pernambucano no período de 1855 a 1863. Nesse período, Brunet enriqueceu a coleção do museu através de duas grandes expedições: a primeira pelo interior da província de Pernambuco entre 1858 e 1859 e a segunda às províncias do Pará e do Amazonas entre 1860 e 1862 (GONZALES, 2016, p. 318)

[211] Anotação de D. Pedro II em seu diário dos dias 25 e 26 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[212] Informação contida na nota explicativa nº 31, do Diário do Imperador Pedro II (BEDIAGA, 1999).

Houve te-déum na igreja do Carmo, beija-mão no Palácio (veja-se a imagem nº 14), desfile de tropas e espetáculo no Teatro Santa Isabel com declamação de poesias. A realização dos festejos, envoltos em etiquetas e teatralidade, pressupunha a participação de todos os personagens (corte e súditos), para que o acionamento dos símbolos realmente dignificasse a figura do rei. A população foi convidada a ocupar as ruas acompanhando as festividades e o beija-mão esteve aberto a todos que quisessem participar.

Participando ativamente dos eventos programados, a população manifestou-se espontaneamente em apreço à monarquia, por vezes de forma bastante original. Os súditos desejavam reverenciar seus monarcas e os pescadores do bairro de São José, uniformizados de branco, ofereceram ao casal imperial uma jangada de vela aberta repleta de peixes escolhidos e todos enfeitados. Receberam em troca a honra de beijar a mão de suas majestades. O jornal O Monitor das Famílias assim descreveu a cerimônia:

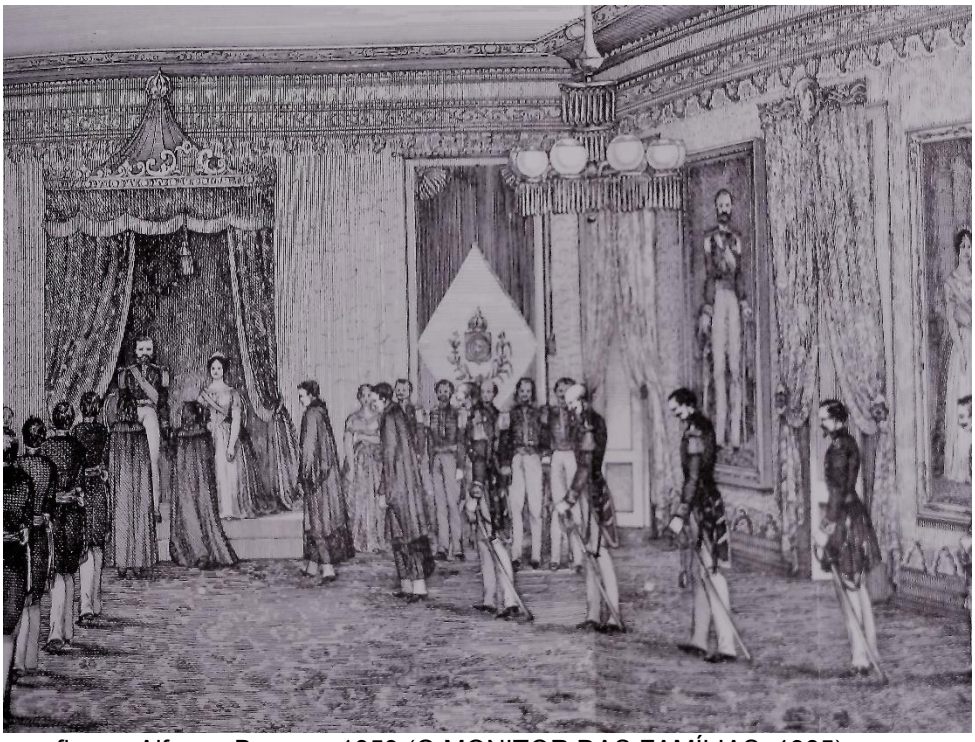
> Os pescadores de Fora de Portas e de São José, reunidos debaixo da direção dos respectivos capatazes, marcharam em corporação para o Paço Imperial, todos vestidos de branco e tendo à frente uma música militar que pelo caminho ia executando várias peças de apurado gosto, soltando eles de quando em quando um grande número de foguetes e dando estrondosos vivas às augustas pessoas que iam cumprimentar. Levavam sobre um carro baixo que puxavam, uma jangada embandeirada com vela aberta, enfunada pelo vento, e carregada de peixes escolhidos, todos enfeitados para S. M. o Imperador. SS.MM.II., apreciando devidamente tão sincera demonstração[...] dignaram-se de receber o presente oferecido, concedendo a todos os que tinham acompanhado a distinta honra, de beijar-lhes a mão (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, p. 13)

A disciplina, a austeridade, o rigor das inspeções demonstrados durante todas as visitas realizadas, reforçada pelas próprias anotações em seu diário, mas também a preocupação em se mostrar à população nos passeios pelas cidades, indicam o nível de comprometimento e a importância dada pelo Imperador à imagem positiva que dele desejava produzir.

Para perpetuar no imaginário popular a imagem do rei, alguns locais e ruas foram renomeados. O Diário de Pernambuco na edição de 7 de dezembro de 1859 registrou que, por deliberação da Câmara Municipal do Recife, “o pátio do Colégio seja denominado de Praça Pedro II, a Rua do Colégio até a esquina do Convento

de São Francisco[213], Rua do Imperador, os jardins do palácio[214], Campo da Princesas, e o aterro da Boa Vista, Rua da Imperatriz". Ainda, segundo o jornal, a modificação dos nomes de praças e ruas, com o objetivo de "perpetuar a lembrança da visita" de Suas Majestades Imperiais à província pernambucana, "deve ser bem aceita por toda a nossa população, que se não furta de testemunhar o amor, respeito e veneração que dedica que dedica àquelas augustas pessoas"[215].

Imagem nº 14 - Beija-mão no Palácio Imperial no Recife por ocasião do aniversário de 34 anos do Imperador



Fonte: Litografia por Alfonse Benson, 1859 (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985)

[213] Antigas Ruas da Câmara e da Cadeia, por onde passou o préstito que conduziu a comitiva imperial ao Palácio do Governo, no dia do desembarque

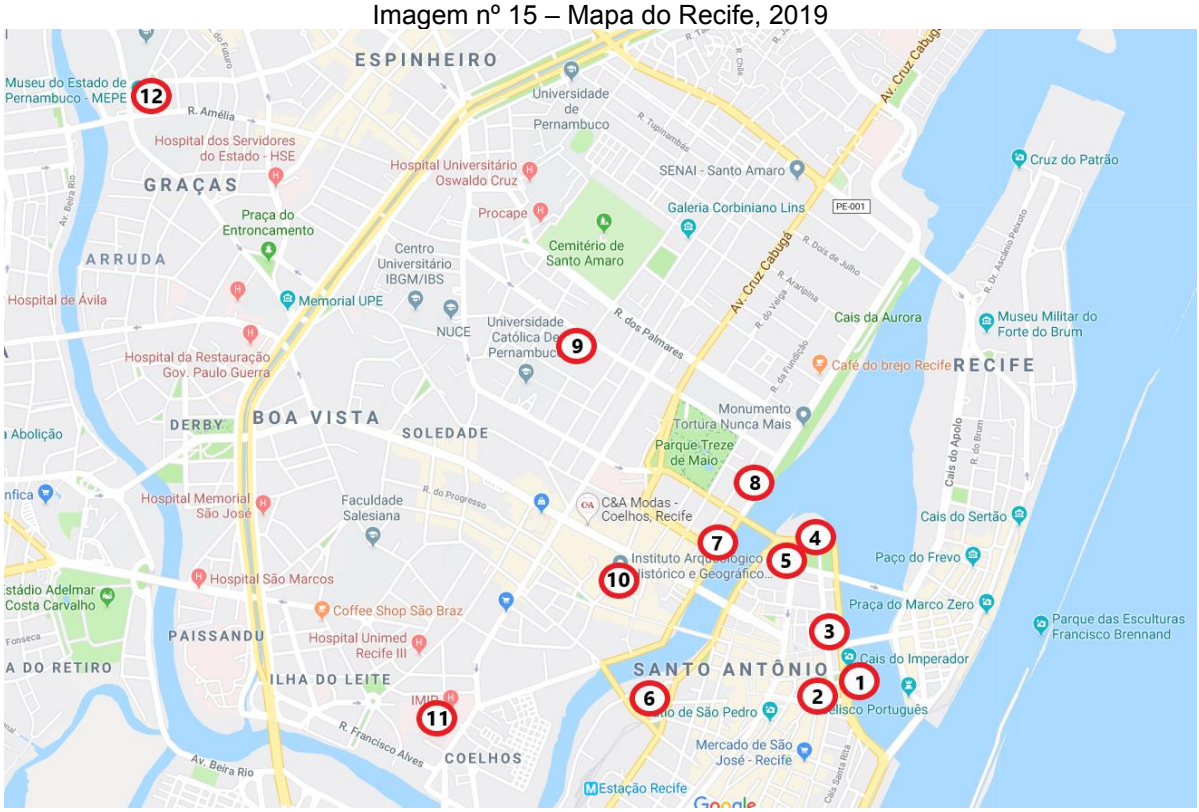
[214] Sede do Governo provincial que serviu como Palácio Imperial durante a estadia de D. Pedro II em Recife.

[215] Diário de Pernambuco, edição de 07 dez, 1859. Disponível em http://ufdc.ufl.edu/AA00011611. Acesso em 07, ago. 2019.

4. ROTEIRO DE VISITAÇÃO: "*O RECIFE IMPERIAL*"

Durante a realização deste estudo, visitamos diversos lugares percorridos por D. Pedro II e sua comitiva em 1859, além de outros espaços que, embora não prestigiados pelo Imperador, guardam ainda relação direta com passagem por Pernambuco (veja-se o apêndice nº 11). Desses locais, selecionou-se um conjunto bastante representativo daquele "Recife Imperial" de meados do século XIX. O roteiro de visitação tem como objetivo estimular e servir de recurso didático a alunos tanto do ensino básico como universitário, acerca da vinda do Imperador ao Norte do Brasil e das práticas políticas daquele período histórico.

Imagem nº 15 – Mapa do Recife, 2019



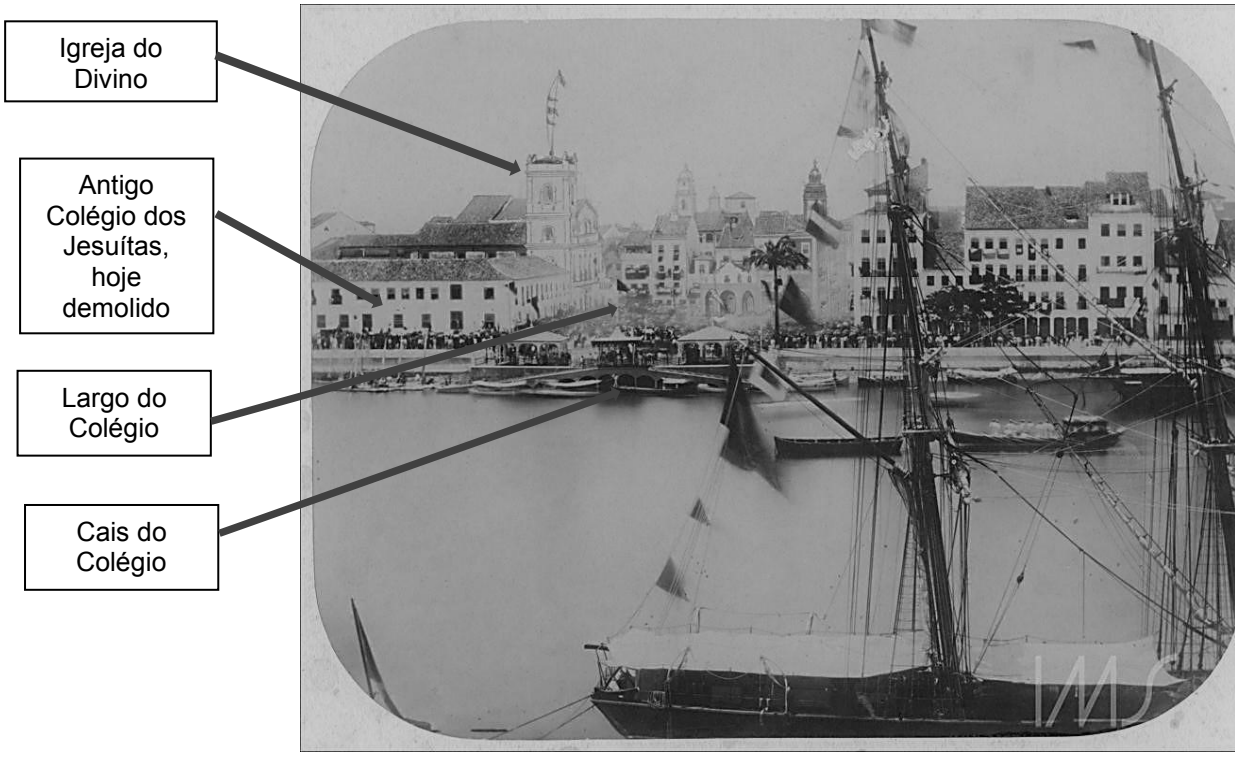
Fonte: Google Maps. Acesso em: 21 set. 2019

1. Cais do Imperador; 2. Igreja do Espírito Santo; 3. Rua do Imperador Pedro II; 4. Palácio do Campo das Princesas; 5. Teatro de Santa Isabel; 6. Casa de Detenção (atual Casa da Cultura); 7. Palacete do Conde da Boa Vista; 8. Ginásio Pernambucano; 9. Palacete do Pombal; 10. Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano – IAHGP; 11. Hospital Pedro II; 12. Museu do Estado de Pernambuco.

A proposta de visitação, conforme a imagem nº 15, tem início no antigo cais e largo do Colégio, rebatizado como cais do Imperador. Foi nesse local que a comitiva Imperial desembarcou no Recife, em 22 de novembro de 1859. Segundo o

jornal Monitor das Famílias, havia muitas embarcações nacionais e estrangeiras, ornadas com o pavilhão nacional e com as respectivas tripulações vestidas de branco. Conforme pode ser verificado na imagem nº 16, a multidão ocupou todo o espaço do largo do Colégio (veja-se, também, a imagem nº 17), onde foi montado um pavilhão central em forma octogonal. Houve foguetório, discursos, entrega das chaves da cidade ao Imperador e execução do hino nacional. Sob um pálio, o casal seguiu para a Igreja do Divino Espírito Santo de modo a atender aos atos religiosos/políticos, acompanhados pelo povo, que não cessava de aclamar entusiasticamente os monarcas (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, p. 3-5).

Imagem nº 16 - Desembarque da comitiva imperial no Cais do Colégio (Recife, 22 nov. 1859)



Fonte: Fotografia por Augusto Stahl, 1859. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br. Acesso em: 02 mai. 2017.

Na descrição de D. Pedro,

> O desembarque teve lugar às 11 horas numa bela das rampas de madeira feitas de propósito, que conduziam a um pequeno pavilhão onde beijei o crucifixo nas mãos do bispo [...] tendo havido um pequeno discurso, seguindo para outro maior no largo do Colégio, onde respondi ao discurso da Câmara Municipal custando a romper

> o povo que era imenso e possuído [de] não menor entusiasmo, que na Bahia (PEDRO II, 1859)[216].

Imagem nº 17- Cais do Colégio com a Igreja da Madre de Deus e o prédio da Alfândega ao fundo

Fonte: Litografia por Frederick Hage Hagedorn, 1855, Museu da Cidade do Recife

A antiga denominação “largo do Colégio” refere-se ao colégio dos Jesuítas, construído anexo à Igreja do Divino Espírito Santo, onde funcionou até 1760, quando a ordem dos jesuítas foi expulsa no Brasil. No prédio do antigo colégio, hoje demolido, funcionavam em 1859 as Repartições Gerais e Provinciais, também visitadas por D. Pedro. No mesmo local, hoje, existe o Fórum Thomaz de Aquino, e, no atual Cais do Imperador, há uma exposição sobre a chegada dos monarcas ao Recife.

Em nosso roteiro, a segunda parada é na Igreja do Divino Espírito Santo[217]. Sua escolha se dá pelo fato de ter sido nela onde se realizou o te-déum de recepção no dia da chegada da comitiva e o sermão proferido pelo Deputado Geral por Pernambuco, Padre Joaquim Pinto de Campos. Apesar de ter sido um sermão “meio político”, em palavras do próprio Imperador, não se pode esquecer que o Estado Imperial brasileiro não era laico, e que D. Pedro era seu máximo representante e dirigente dos assuntos eclesiásticos no país.

---

[216] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[217] Ver mais sobre a Igreja do Divino Espírito Santo no site da FUNDAJ. Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=655:igreja-do-divino-espirito-santo-recife-pe. Acesso em 11 de jul. 2019.

> Fui logo para a Igreja do Colégio, onde ouvi um sermão meio político do padre Campos, que rebateu as exagerações da propaganda descentralizada, não me parecendo mau em geral, apesar de durar ¾ de hora e depois um Te-Deum de 1 e ¼ de hora cuja música em geral foi a melhor, que ouvi em igreja depois que saí do Rio. A Igreja do Colégio foi construída no ano de 1689, sagrada em 17 de dezembro de 1690, havendo um frontispício e capela ao lado esquerdo da Igreja a era de 1708, e reconciliada em 8 de setembro de 1855. Por ocasião da extinção ficou sendo próprio nacional, e servia de cavalariça, teatro e casa de baile, sendo reparada finalmente para seu destino primitivo e muito decentemente pela irmandade do Espírito Santo. Estava bem armado o altar-mor e o trono tinha imensas luzes (PEDRO II, 1859)[218].

Da mesma Igreja saiu a procissão de *Corpus Christi* em 27 de novembro, da qual tomou parte o Imperador. Nessa ocasião, convidou as principais lideranças políticas pernambucanas, além de um representante da abastada classe dos comerciantes para ajudá-lo a conduzir o andor. Sobre a procissão de Corpus Christi, D. Pedro afirmou "que foi concorrida estando as ruas cheias de povo" (PEDRO II, 1859)[219]

D. Pedro ainda visitou inúmeras igrejas em Pernambuco. No Recife, além da igreja do Divino Espírito Santo, esteve nos conventos de São Francisco e do Carmo, nas igrejas da Conceição dos Militares, São Pedro Gonçalves (ou Corpo Santo, demolida), dos Guararapes, dos Capuchinhos, de Belém, São Pedro dos Clérigos, Madre de Deus, capelinha do Pilar, e nas matrizes de São José e da Boa Vista.

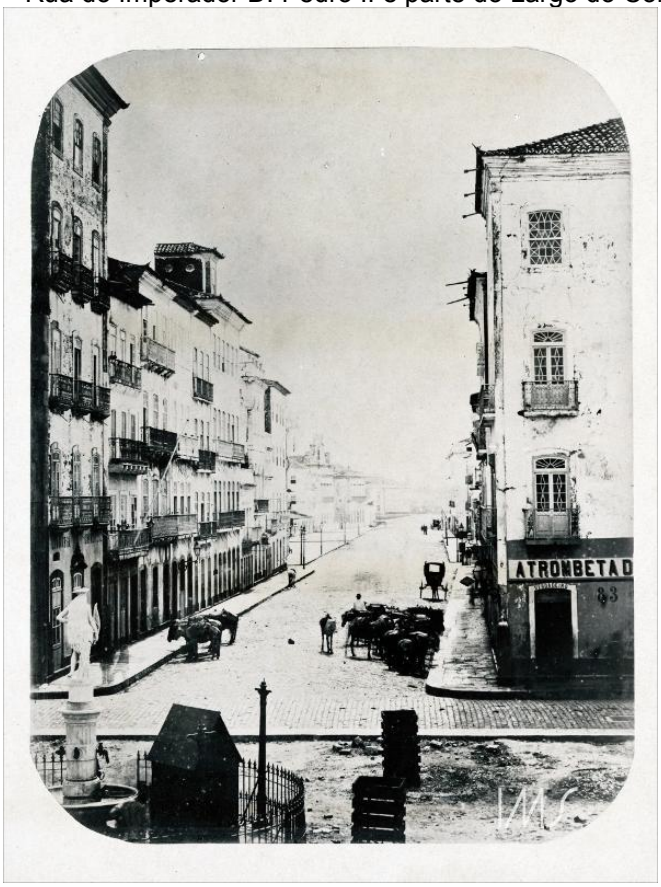
O terceiro ponto do roteiro se localiza na Rua do Imperador D. Pedro II, antigas ruas da Câmara e Cadeia[220] (a imagem nº 18, com fotografia registrada em 1865, permite ver a extensão dessas vias, a partir do largo do Colégio). O préstito imperial percorreu estas ruas, tomadas pela multidão, como pode ser visto nas imagens nº 13 e 16, até a chegada ao Palácio do Governo. Segundo o Diario de Pernambuco, edição de 23 de novembro de 1859, "não havia aí um só espaço que

[218] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[219] Idem, dia 27 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[220] Localizada no bairro de Santo Antônio, antes de receber a denominação de rua do Imperador D. Pedro II, era formada por três pequenas vias: a rua do Colégio, que ia do largo do Colégio (atual Praça 17) até a rua do Crespo (atual rua Primeiro de Março); a Rua da Cadeia Nova, que ia da rua do Crespo até o antigo prédio da cadeia nova (hoje o Arquivo Público Estadual – APEJE); e a Rua de São Francisco, o trecho que fica nas proximidades da Igreja de São Francisco (GASPAR, 2007) .

não estivesse ocupado, e as varandas dessas localidades achavam-se apinhadas de homens e senhoras". Das janelas, ricamente decoradas, foram derramadas sobre o préstito flores adornadas com papéis verde-amarelos (O MONITOR DAS FAMÍLIAS, 1985, p. 5).

> Vim para o palácio pelas ruas do Colégio e Cadeia, que parecem seguir-se em linha reta e atravessado imenso povo que me dava vivas, assim como todas as pessoas que atapetaram as janelas de casas de 3 e 4 andares, e notei o pouco calçamento que há apesar do imposto, atribuindo o presidente da Câmara a falta de calçamento que é quase geral, a desleixo. A poeira era muita, assim como o calor, apesar de ao terral seguir-se aqui a viração desde 10 às 11 o mais tardar, e admirou-me ver como cerca de 80 senhoras das principais da terra acompanharam a imperatriz, desde o desembarque até a Igreja e o Palácio, onde assistiram o cortejo (PEDRO II, 1859)[221].

Imagem nº 18 - Rua do Imperador D. Pedro II e parte do Largo do Colégio em 1865



Fonte: Fotografia por João Ferreira Villela, 1865. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/6536. Acesso em 11 de jul. 2019.

[221] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

A quarta parada fica no atual Palácio do Campo das Princesas, cujo projeto é atribuído a Firmino Herculano de Morais Âncora, e que foi erguido durante a presidência do então Barão da Boa Vista (pode-se ver na imagem nº 19 que à época o edifício tinha dois andares, e não três, como hoje). O Palácio do Governo da Província abrigou o casal Imperial durante sua estada no Recife. Uma comissão composta por cinco representantes da elite pernambucana encarregou-se de organizar os aposentos reais, já que o paço não dispunha de móveis nem utensílios, sendo preciso pedir emprestado às famílias nobres.

Imagem nº 19 - Palácio do Governo da Província de Pernambuco -1859. Ao fundo, as obras do Ginásio Pernambucano

Fonte: Fotografia por Augusto Stahl, 1859. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br. Acesso em: 02 mai. 2017.

Com doze salões ricamente decorados, o edifício foi elogiado pelo Imperador[222] que, no entanto, rejeitou tomar banho no Rio Capibaribe: “O palácio está muito bem arranjado apreciando sobretudo uma excelente banheira; ao pé da casa também se prepara um banheiro no rio; mas por cautela não tomar banho lá”. Como ocorreu durante toda a estadia em Pernambuco, D. Pedro fez questão de

[222] Ver mais detalhes sobre a organização do Palácio do Governo para a recepção da comitiva imperial em (MENEZES, 1986, p. 20-22).

mencionar o período da ocupação holandesa: “Do meu quarto há uma linda vista para o lado de Olinda e Beberibe, e creio pelo que já vi no Barlaeus[223] que está situado no mesmo lugar da casa do conde de Nassau, que soube escolher a sua residência”[224] (PEDRO II, 1859).

No Palácio do Governo, também tiveram lugar as festividades do aniversário de 34 anos do Imperador, com direito a beija-mão e uma solene comemoração no salão principal, cuja luxuosa decoração contava com quadros do Imperador e da Imperatriz. A imagem nº 14, uma litografia produzida por Alphonse Benson, permite ver representado o cerimonioso ritual de beija-mão, assim como a formalidade dos trajes e a postura de respeito e reverência ao casal imperial.

O palácio, que, posteriormente, recebeu o nome de Campo das Princesas, abriga a sede do governo de Pernambuco, palco, desde então, de inúmeros momentos marcantes da história regional e nacional.

A quinta parada é no Teatro de Santa Isabel, projetado e construído pelo engenheiro francês Louis Léger Vauthier, também durante a administração de Francisco do Rego Barros, então Barão da Boa Vista. A instalação de um teatro buscava aproximar a capital pernambucana dos padrões estéticos europeus e associá-la aos ideais de civilização, prosperidade e valorização da cultura vigente em meados do século XIX. O edifício, em estilo neoclássico, é considerado a principal obra de Rego Barros em seu projeto de modernização para Pernambuco (veja-se a imagem nº 20). Entretanto, apesar de considerá-lo “elegante”, D. Pedro o achou “pequeno”[225].

Como já se analisou em capítulos anteriores, fazia parte da arte de governar dos reis a teatralização do ver e ser visto. A participação em eventos culturais/sociais tinha função essencialmente política e é nesse sentido que deve ser compreendido o comparecimento do casal imperial a um concerto nesse teatro

[223] Caspar Barlaeus é o autor da *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange,* um relato sobre o Império colonial holandês no Brasil, em especial sobre a atuação de João Maurício de Nassau em Recife.

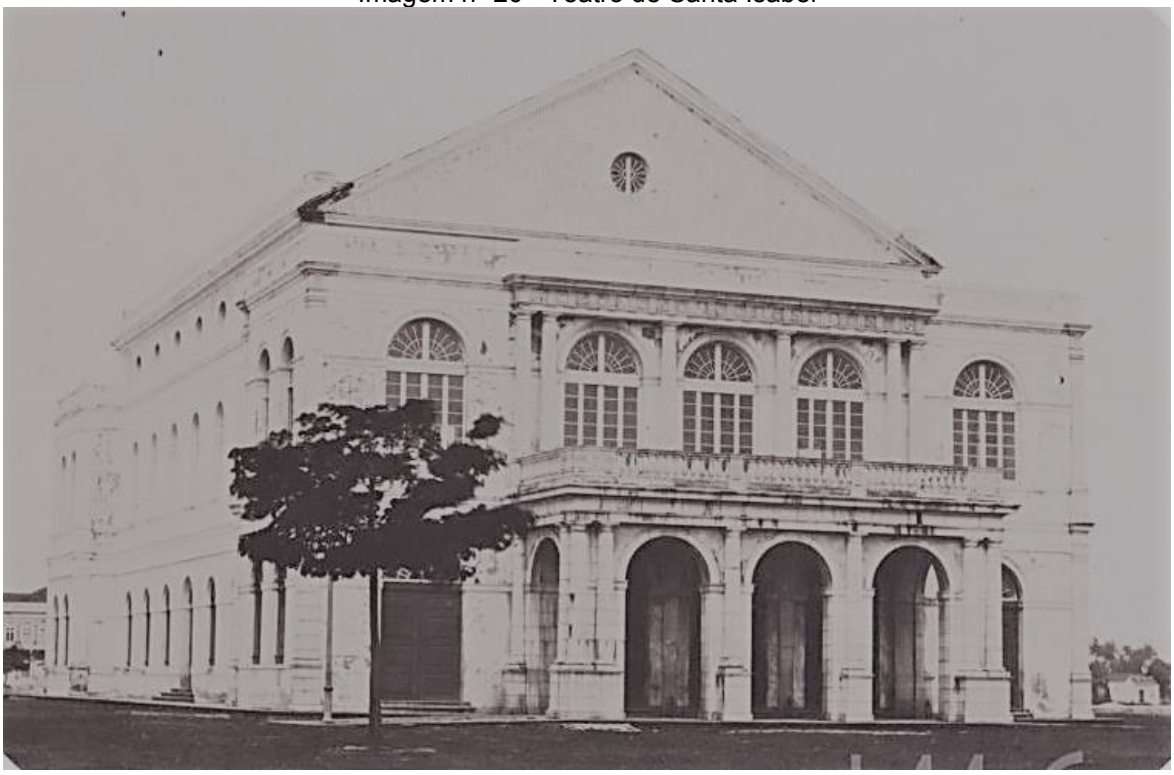
[224] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 22 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[225] Idem, dia 26 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

em 26 de novembro. Ao se ver na sua descrição, o evento não agradou a D. Pedro: “cantaram retalhos, e mal, sendo a orquestra sofrível”[226].

Nas comemorações de seu aniversário, em 2 de dezembro, retornou a casa para assistir a mais um espetáculo e declamação de poesias.

Imagem nº 20 - Teatro de Santa Isabel



Fonte: Fotografia por Augusto Stahl, 1855. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2332. Acesso em: 13 de jul. 2019.

A sexta parada é a antiga Casa de Detenção, que hoje abriga a Casa da Cultura de Pernambuco.

Projetada pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira (que também assina outras obras emblemáticas que chamaram a atenção do Imperador, como o Ginásio Pernambucano e o hospital Pedro II), a construção durou de 1850 a 1867, sendo a primeira etapa inaugurada em 1855. Como pode ser visto na imagem nº 21, na época da visita do Imperador, já se encontravam em uso o raio norte e a muralha exterior, que possuía passeio por cima e guaritas para as sentinelas.

[226] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 26 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859)

O projeto, concebido de acordo com o sistema panóptico na versão radial, possui o formato de cruz. Representando os pontos cardeais, os quatro raios convergem para um saguão no centro coberto por uma cúpula, permitindo que, sem ser visto, um observador na estrutura central visualize todas as alas. Concebida pelo jurisconsulto inglês Jeremy Bentham[227] em 1785, o conceito de panoptismo tem como base induzir as pessoas a acreditarem que estão sob vigilância constante, levando-as a desenvolverem um autopoliciamento e, com o tempo, a introjetarem crenças e costumes[228]. Benthan apresenta como uma grande vantagem do modelo panóptico, o fato de carcereiros e subalternos estarem sob o mesmo tipo de inspeção central, evitando castigos e tirania contra os presos (CESAR, no prelo 2019).

Inicialmente as celas seriam individuais, mas, por questão de custo, foram projetadas para 3, 5 e 7 presos. Mamede procurou contemplar as diretrizes do Conselho de Salubridade Pública quanto à higiene e à distribuição dos cômodos no projeto (ALBUQUERQUE NETO, 2008, p. 97-103).

Os presidiários tinham atividades laborais[229] e, segundo D. Pedro produziam "150 pares de botinas por dia e algumas tão boas como as finas europeias"[230]. A Casa de Detenção agradou o Imperador, exceto pela alimentação, que julgou não ser boa nem suficiente; pelo fato de as celas das presas serem defronte das dos presos; e pela enfermaria, onde havia "bexiguentos", ser no mesmo raio dos demais detentos"[231].

---

[227] Para Jeremy Benthan, a cadeia, além de punir e velar pela vida e corpo do detento, deveria ser um meio para corrigir condutas e propiciar a reinserção do infrator à sociedade através do trabalho (CESAR, no prelo 2019).

[228] Na definição de Foucault sobre o panoptismo, "quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder" e faz com que este funcione "espontaneamente sobre si mesmo". O panoptismo pode ser entendido como "uma maneira de definir as relações do poder com a vida cotidiana dos homens" e "serve para emendar os prisioneiros, mas também para dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e operários" (FOUCAULT, 2014, p. 196-199).

[229] Na Casa de Detenção do Recife, as oficinas de ferreiro, carpinteiro e sapateiro só funcionaram durante sete anos (1862-1869), sendo posteriormente desativadas. Esse fato leva a crer que a confecção de botinas descritas pelo Imperador deveria ser uma iniciativa dos próprios presos e não da própria administração do estabelecimento penal (CESAR; SZCZEPANIAK, 2019, p. 290-291)

[230] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 24 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[231] Idem.

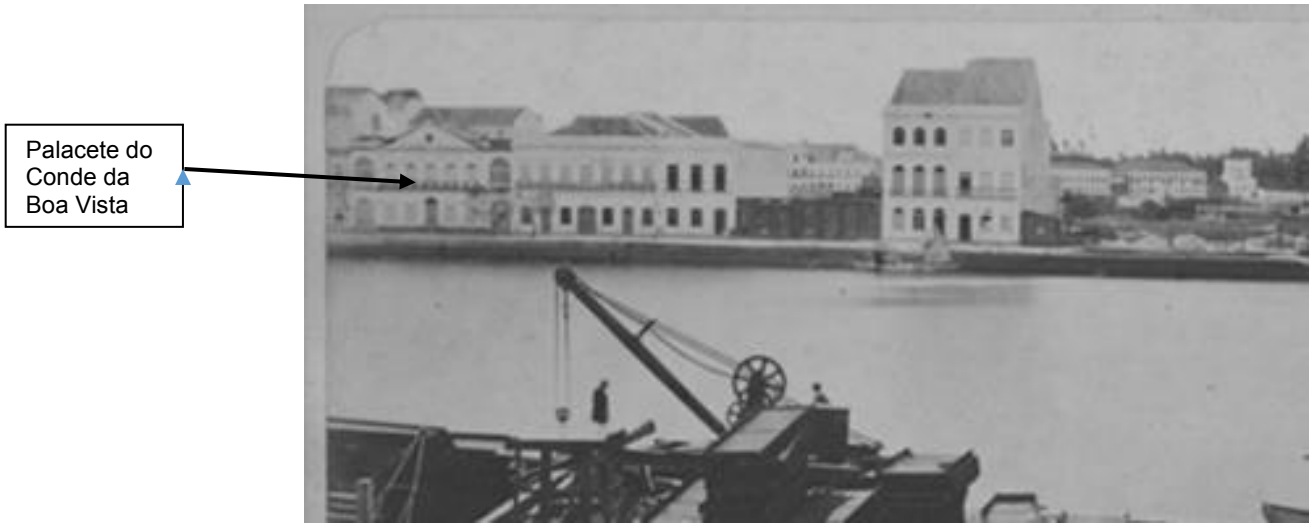
Imagem nº 21- Casa de Detenção (à esquerda) e obras do Hospital D. Pedro II ao fundo, ambos projetados pelo engenheiro José Mamede Alves Ferreira

Fonte: Fotografia de Augusto Stahl, 1855. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2337. Acesso em: 13 de jul. 2019.

A sétima parada é a casa do Conde da Boa Vista, Francisco do Rego Barros, senador do Império e presidente de Pernambuco ente 1837 e 1844. Responsável por uma próspera gestão na província, estruturou a repartição de Obras Públicas com engenheiros vindos da França, chefiados por Louis Léger Vauthier. Em sua gestão edificou-se o Teatro de Santa Isabel, o cais e o passeio do Colégio, a ponte pênsil do Caxangá, entre outras obras. Recebeu as condecorações de Barão, Visconde e Conde da Boa Vista além de Veador da Casa Imperial (este último no retorno de D. Pedro à Corte, após a viagem ao Norte do país). Na visita da comitiva imperial, Francisco do Rego Barros encontrava-se em conflito com os primos Cavalcanti de Albuquerque. Seu irmão, Sebastião do Rego Barros, havia sido nomeado ministro da Guerra no gabinete de Ângelo Ferraz (1859 a 1861) (veja-se o apêndice nº 1) como resultado da política de conciliação promovida por D. Pedro II em 1859 (veja-se o item 2.10 O cenário político no segundo semestre de 1859).

Situado na Rua da Aurora, onde hoje funciona a sede da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, o palacete foi oferecido ao então Barão da Boa vista, em 1841, pelo corpo do comércio de Recife, “em homenagem aos relevantes serviços que prestara em prol do desenvolvimento comercial da província” (COSTA, 1981, p. 389).

Imagem nº 22 - Rio Capibaribe. Ao fundo, à esquerda, pode-se ver o Palacete do Conde da Boa Vista



Fonte: Fotografia por João Ferreira Villela, 1865. Disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/2366. Acesso em: 13 de jul. 2019.

A oitava estação vem a ser o Ginásio Pernambucano. O edifício, conforme pode ser visto na imagem nº 19, ainda estava em construção em 1859. D. Pedro vistoriou as obras e condenou os altos custos:

> De tarde fui ver a obra do Ginásio Provincial em que já se gastaram 157 contos, não havendo trabalho e materiais, segundo um cálculo que fiz com o Melo Rego, à vista das plantas e do que observei na obra; e contando largo, senão para 90 contos; parece-me escandaloso (PEDRO II, 1859)[232].

O Imperador ainda visitou na Rua do Hospício as antigas instalações do Ginásio Provincial, anotando em seu diário que: “a casa é muito acanhada apenas cabendo 40”. No entanto, ficou satisfeito com o preparo dos alunos: “fui assistir à distribuição dos prêmios, e gostei mais deste estabelecimento que do da Bahia. Ouvi o 1º premiado que me admirou pelas suas respostas prontas e quase sempre exatas”. Elogiou, igualmente, o nível dos professores:

> O regedor padre Joaquim Rafael da Silva parece ser excelente, e gostei de ver o modo por que (sic) procedeu durante a minha visita, e daí sua livraria. Os professores, julgo-os bons assim como o de matemáticas elementares, o de grego, e o de língua e literatura nacional (PEDRO II, 1859)[233].

[232] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 15 de dezembro de 1859 (PEDRO II, 1859).
[233] Idem, dia 9 de dezembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

Despertou grande interesse no Imperador a coleção de História Natural organizada pelo Professor Louis Jacques Brunet, ainda hoje em exposição nas dependências do Ginásio Pernambucano:

> No andar térreo está a coleção de História Natural arranjada pelo Brunet; agradou-me, porém hei de ir vê-la com vagar uma tarde, assim como examinar se parte não deveria ter sido remetida para o museu do Rio pelo Brunet, que recebeu dinheiro do governo geral para explorações científicas pelo interior de algumas das Províncias do Norte, e nada ou pouco remeteu (PEDRO II, 1859)[234].
>
> Á tarde fui ao gabinete de história natural arranjado pelo Brunet no Ginásio e depois de o examinar com atenção, tendo observado peixes fósseis em incrustações calcárias muito curiosas apanhadas nos sertões do Norte do Brasil, creio que na serra de Araripe, e um quadrúpede entre o macaco e os carneiros chamado no rótulo – Kincajú paraná – que só se encontra no sertão desta província, informei-me do resultado das explorações do Brunet dizendo-me ele que da 1ª vez fora só encarregado de explorar pontos próprios da Paraíba, e da segunda da coleção das diversas terras, que chegando ao Recife o Presidente Taques mandou deitar no aterro do cais por detrás do Palácio, não lhe abonando as despesas de condução; ficou de levar-me e eu verei a exatidão do que ele me referiu (PEDRO II, 1859)[235].

Continuando nosso roteiro, o nono ponto de visitação é o Palacete do Pombal, local de grande importância política.

Os irmãos Cavalcanti de Albuquerque[236] dominaram a política pernambucana durante o século XIX. Rivalizando com os primos Rego Barros e o Marquês de Olinda, exerceram grande influência no governo da Corte e ocuparam cargos relevantes como ministro do Império, presidente de província, senador além de deputado geral e provincial (veja-se o item 1.1 - As oligarquias políticas).

O Palácio do Pombal pertencia ao mais velho dos irmãos, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o Visconde de Suassuna, que ali residiu desde a construção, em 1853, até seu falecimento em 1880. Proprietário de engenhos de

---

[234] idem

[235] Idem, dia 14 de dezembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[236] Francisco de Paula (futuro Visconde de Suassuna), Antônio Francisco de Paula e Hollanda (futuro Visconde de Albuquerque), Manuel Francisco de Paula (Futuro Barão de Muribeca) e Pedro Francisco de Paula (futuro Visconde de Camaragibe).

açúcar, ocupou os cargos de presidente e vice-presidente da província, deputado geral, ministro e senador do Império.

Situado na avenida que recebe o nome do visconde, hoje o palacete abriga o escritório da usina Serra Grande.

Gilberto Freyre, em *Assombrações do Recife Velho,* descreve o palacete com as seguintes palavras:

> Conheci-o há vinte e tantos anos, quando ainda era sobrado grande em começo de ruína. Ainda com o ar de residência patriarcal ou de casa senhoril: casa de família rica do tempo da escravidão. [...] Mas o que desejo lembrar a propósito do casarão do Pombal é que no ano já remoto em que o conheci tinha fama de mal-assombrado. Dizia-se que pelos corredores da casa e pelos restos de jardim outrora opulento e, segundo os inimigos do visconde, de terras fecundadas não só com suor como também com sangue de negro, costumava vagar um fantasma de velho alto e muito branco: a alma do próprio visconde a pedir perdão a escravos que maltratara. Também a pedir missas. Missas para sua pobre alma de rico arrependido dos pecados contra os negros. Chegava a visagem a fazer sinal com os dedos para indicar com precisão matemática aos vivos o número de missas que desejava fossem mandadas dizer por sua alma pela pessoa a quem aparecesse: três, quatro, às vezes cinco missas. Para cinco missas abria a mão direita em leque: velha mão muito branca, branquíssima mesmo, não só de fidalgo velho como de fantasma quase britânico na sua discrição (FREYRE, 1987, p. 97).

O décimo local a ser visitado é o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), primeiro instituto histórico regional do Brasil.

Desde 1838, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, localizado no Rio de Janeiro, sistematizava a produção historiográfica, construindo um perfil para a nação capaz de lhe garantir uma identidade própria. O Instituto, que reunia na Corte parte da elite intelectual brasileira, à época desempenhou um importante papel para a formação dos mitos e do imaginário brasileiros, selecionando valores e memórias consideradas nacionais, deixando de lado tudo aquilo que não enaltecia o passado lusitano. O elemento branco seria valorizado em seu papel civilizador, em especial os bandeirantes e ordens religiosas, enquanto a cultura indígena deveria ser alvo de estudos com vistas a sua incorporação à sociedade. Já os negros e a escravidão, por serem entendidos como um fator que maculava o processo civilizatório, mereceriam pouca atenção na produção da história nacional

(GUIMARÃES, 1988, p. 5-20). As reuniões contavam com a presença assídua e participante de D. Pedro, que sugeria temas para as discussões, estabelecia prêmios para os trabalhos de natureza científica, além de apoiar financeiramente a instituição.

Quando aqui esteve em 1859, D. Pedro demonstrou grande interesse sobre o período em que a capitania esteve sob o domínio dos holandeses. Conhecedor do Castriotro Lusitano[237] e da obra de Barlaeus, pôde atestar o desconhecimento "em geral nos pernambucanos da história gloriosa de sua província nessa época" e "a respeito destes lugares célebres na guerra com os holandeses" (PEDRO II, 1859) [238].

O imperador fez questão de visitar fortalezas e demais construções holandesas, bem como os locais onde ocorreram as principais batalhas: arraial do Bom Jesus[239], Montes Guararapes[240], monte das Tabocas[241] e Tejucupapo. As fortalezas do Buraco, do Brum, das Salinas, das Cinco Pontas, de Itamaracá e de Tamandaré, além do Arraial velho também estão entre os muitos pontos visitados.

Tal interesse pela história da invasão holandesa revela sua a escolha em relação aos mitos fundadores para a construção da história pernambucana. Valorizar o triunfo brasílico contra os flamengos e enaltecer João Fernandes Vieira, André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão e Matias de Albuquerque (todos citados diversas vezes no diário do Imperador) também deve ser visto como produto de uma concepção positivista da História, no sentido da *Historia magistra vitae.* Ainda neste sentido, vale perceber como D. Pedro propõe uma narrativa

---

[237] Conforme os estudos do Professor José Antônio Gonsalves de Mello (1986, p. 132) A obra *Castrioto Lusitano,* escrita pelo Frei Rafael de Jesus em 1675, tem como fontes: *História da Guerra de Pernambuco e Feitos Históricos do Mestre de Campo João Fernandes Vieira (com data provável de publicação entre os anos de 1661 e 1675),* escrita por Diogo Lopes Santiago a pedido de Vieira; o *Valeroso Lucideno*, do Frei Manuel Calado do Salvador, de 1648; e *História dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil e Noutras Partes sob o Governo de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*, de Caspar Barlaeus, publicado em 1647. Ainda segundo Gonsalves de Mello, para que o historiador moderno evite as incorreções da obra, deve-se utilizar às fontes, todas divulgadas, ao invés do *Castrioto Lusitano* (Mello, 1986, p. 132).

[238] Anotação de D. Pedro II em seu diário do dia 27 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

[239] Hoje denominado Sítio da Trindade, localizado na Estrada do Arraial, Recife-PE

[240] Palco da Vitória final contra os invasores holandeses, Jaboatão dos Guararapes-PE

[241] Localizado em Vitoria de Santo Antão-PE

fundante, ainda hoje presente em nossa sociedade, de que, já no tempo dos flamengos, haveria o gérmen da pátria brasileira[242].

Em 28 de janeiro de 1862, pouco mais de dois anos após a vinda de D. Pedro, fundou-se o IAHGP, nos moldes do IHGB. No discurso de fundação, Joaquim Pires Machado Portella, presidente interino[243], observou: "ainda não há muito, vimos a solicitude e patriotismo do Augusto Imperante inquirir pela sepultura e restos mortais de João Fernandes Vieira e a antiga Marim não soube dar conta". E conclui:

> Uma sociedade cujo fim principal é a história da província de Pernambuco, não podia ter melhor dia para a solenidade da sua instalação que o dia 28 de Janeiro, dia em que, em 1654, após inauditos prodígios de valor, sacudido por uma vez do solo pátrio o domínio holandês, entraram triunfalmente na antiga Mauricéia esses heróis, cujas efigies não podiam deixar de abrilhantar a presente festividade[244].

Em abril de 1864, o IAHGP foi declarado oficialmente sob a proteção de D. Pedro II, que passou a figurar como seu presidente honorário. Em sua longa e ininterrupta existência, o IAHGP tem sido o guardião de parte importante da documentação histórica e cultural pernambucana, e sua revista é considerada importante fonte de pesquisa histórica. Situado na Rua do Hospício, possui uma biblioteca, arquivo e museu.

A décima primeira parada é o Hospital Pedro II que, assim como o cemitério de Santo Amaro, a Casa de Detenção e o Ginásio Pernambucano, foi concebido pelo projetista e engenheiro José Mamede Alves Ferreira. A conclusão das obras e o início de seu funcionamento ocorreu em 1861. Ainda inacabado, o novo hospital serviu de palco para o magnífico baile de despedida à comitiva imperial, oferecido pela Associação Comercial de Pernambuco, em 22 de dezembro. Segundo o

---

[242] "Firmou-se com grande força a ideia de que as revoluções na época colonial traduziam uma atitude de resistência ao domínio de Portugal, como se latejasse um sentimento nacional que a metrópole não deixava nascer, indícios de manifestações antecipadas do apego à liberdade e à independência. O discurso histórico cristalizou uma perspectiva sobre os protestos coloniais em que estaria presente o germe do espírito nacional e a seleção de alguns motins e revoltas que ajudou a escrever um tipo de história considerado como uma espécie de 'biografia da nação'". (Figueiredo, 2005, p.13)

[243] Na sua fundação, O IAHGP recebeu a denominação de Sociedade Arqueológica Pernambucana.

[244] Revista do IAHGP, nº 1, out, 1863.

Jornal do Recife, edição de 24 de dezembro de 1859, o baile “foi uma festa grandiosa como, naquele gênero, Pernambuco não tem visto outra [...] os tres enormes salões do primeiro andar do edificio Pedro II, com 200 palmos de cumprimento cada um, convenientemente ornados e alumiados a gás, continham para cima de 1400 convidados”. O baile constituiu o mais importante evento da estadia do casal imperial em Recife. D. Pedro e D. Teresa Critina tomaram parte em 5 contradanças, dele participando os mais ilustres senhores e senhoras da sociedade pernambucana, comandantes da política e da economia provincial.

Na imagem nº 22, datada de 1855, pode-se constatar a grandiosidade do prédio do hospital, comparado à Casa de Detenção, outra grande obra do período. D. Pedro, ao visitar a obra, expressou sua admiração:

> O novo hospital é obra magnífica, e o desejo de aproveitar o que já está feito para o baile, por ocasião de minha visita à Província, fez com que a obra se adiantasse bastante, ao menos o baile foi aqui útil, ainda que indiretamente (PEDRO II, 1859)[245].

A décima segunda e última parada é o Palacete Beberibe, localizado na Ponte d’Uchoa, bairro das Graças, que desde 1940 abriga o Museu do Estado de Pernambuco - MEP. O palacete, belo exemplar da arquitetura do século XIX (veja-se a imagem nº 20), foi construído para casa de veraneio pelo Barão de Beberibe, Francisco Antônio de Oliveira, importante comerciante, traficante de escravos e membro-fundador da Associação Comercial e do Banco Comercial de Pernambuco. O Barão de Beberibe, bastante envolvido com os eventos da sociedade pernambucana, promoveu grandes bailes no palacete, utilizando-o para ostentar riqueza e se aproximar das lideranças políticas. À época da vinda do Imperador, o palacete pertencia ao Dr. Augusto Frederico de Oliveira, filho do Barão de Beberibe e Deputado Geral por Pernambuco na 9ª e 10ª legislaturas.

O edifício chamou a atenção de D. Pedro quando passeava por aquela região no dia seguinte à sua chegada no Recife. Seu luxuoso jardim possuía, além de réplicas das esculturas do Apolo de Belvedere e da Vênus de Médici, um minizoológico (GOMES, 2016, p. 99). Tanto seu interior como seus jardins

[245] Anotação de D. Pedro II em seu diário, dia 23 de novembro de 1859 (PEDRO II, 1859).

permitem a percepção do modo de vida da sociedade aristocrática pernambucana em meados do século XIX.

Imagem nº 23 - Propriedade do Dr. Augusto Frederico de Oliveira que atualmente abriga o Museu do Estado de Pernambuco - MEP

Fonte: Litografia por Francisco Henrique Carls (18--) Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon555375/icon555375.jpg.. Acesso em: 22 set. 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa é uma tentativa de esclarecer acerca dos motivos que teriam determinado o deslocamento do Imperador ao Norte do país, sobretudo a Pernambuco.

Não obstante o envolvimento pernambucano nas revoltas liberais, em 1859, já havia passado uma década da Praieira, último dos movimentos liberais ocorrido na província. Assim, várias pistas foram levantadas para se construir a hipótese de que uma das principais razões residia no conturbado cenário político do final da década de 1850, somado ao peso econômico das províncias do Norte.

Apesar de Pernambuco se sobressair em termos econômicos em relação a outras províncias do Norte e de representar 10% do total das exportações do país, o setor açucareiro, principal fonte de renda da província, encontrava-se em decadência ao final da década de 1850. Além de uma pesada concorrência no mercado internacional, o setor encontrava-se defasado tecnologicamente, com dificuldades na obtenção de crédito e com escassez de mão-de-obra devido ao fim do tráfico negreiro. Por seu turno, o café plantado na região sul gozava da alta de preços e forte aumento nas vendas, chegando a representar 56% das exportações. A cafeicultura trouxe prosperidade e estabilidade econômica para o Império além de popularidade ao D. Pedro II. Não obstante, o Norte continuava sendo uma região extremamente importante política e economicamente para que o Imperador negligenciasse o mercado canavieiro e o peso de sua bancada na Assembleia Geral.

Com efeito, apesar do declínio experimentado no mercado do açúcar, a capital pernambucana continuava sendo importante ponto comercial, responsável pela arrecadação de cerca de 20% do imposto de importação, principal fonte de receitas da Coroa. Depois da Corte, Pernambuco ostentava o título da província que mais gerava rendas para o Império, seguida pela província da Bahia. Esse aspecto muito provavelmente influenciou na decisão sobre a viagem ao Norte, uma vez que essas províncias foram escolhidas para a maior permanência da comitiva imperial. Dos quatro meses de duração da viagem ao norte, um mês foi dedicado a Pernambuco e outro para a Bahia, sendo o restante do tempo dividido entre os

trechos marítimos a as demais províncias visitadas: Paraíba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santo.

Em termos políticos, a forte participação de Pernambuco na composição do governo na Corte, a influência sobre as demais províncias do Norte e as disputas entre as oligarquias locais parecem ter justificado a necessidade da presença *in loco* do Imperador. A primeira eleição após a reforma de 1855 trouxe à câmara baixa maior representatividade política, mas, como consequência, também aumentam os conflitos entre o governo e o parlamento, provocando a queda do gabinete ministerial em maio de 1857 e dezembro de 1858. Em 1859, acirrou-se o conflito entre a Câmara de Deputados e o ministério durante a discussão da questão bancária, matéria de grande relevância para o governo. A contenda provocou entraves em votações fundamentais para a governabilidade, como o orçamento anual, além da queda de mais um gabinete no mês de agosto daquele ano.

O Partido Conservador encontrava-se fracionado tanto na Corte quanto em Pernambuco, colocando em lado oposto as duas principais oligarquias da província, os Rego Barros e os Cavalcanti de Albuquerque, que tomaram posições opostas quanto à reforma no setor de bancos e crédito.

O cenário político em muito se assemelhava a 1853, quando o Imperador precisou atuar diretamente no governo e dar início a sua conhecida política de conciliação.

Diante da séria crise na condução do país, D. Pedro II agiu estrategicamente em duas frentes. Ainda antes da viagem e entre os próprios conservadores, aplicou a política da conciliação quando convocou para compor o governo líderes pernambucanos que vinham atuando em oposição ao governo na Câmara de Deputados, sendo dois parlamentares para o novo gabinete ministerial e mais um para presidência de província.

Em seguida, na Fala do Trono, encerraria a sessão parlamentar anunciando à Assembleia Geral que visitaria as províncias do Norte. A viagem, conforme pudemos deduzir da análise dos diversos eventos e atividades descritas nos diários do Imperador e matérias publicadas nos jornais do Recife, teve dois objetivos

principais: aplicar a estratégia da *conciliação* em Pernambuco, destacadamente entre os próprios conservadores, e fortalecer a imagem do Imperador e do Império. Pudemos perceber nos passos de D. Pedro II na província que havia claramente um projeto para reforçar a imagem do monarca como um gestor diligente, conciliador, eficiente, popular, religioso, benevolente e culto.

Apêndice nº 1 - Gabinetes Ministeriais da Década de 1850

Gabinete	***Nomeação***	***Presidente do Conselho Ministerial***	***Pasta***	***Ministro***
10º	29 de setembro de 1848	Pedro de Araújo Lima (Futuro Marquês de Olinda)	Império	José da Costa Carvalho (Visconde de Monte Alegre)
			Justiça	Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso da Câmara
			Estrangeiros	Pedro de Araújo Lima, substituído em 8 de outubro de 1849 por Paulino José Soares De Souza (Visconde de Uruguai)
			Fazenda	Pedro de Araújo Lima, substituído em 6 de outubro por Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)
			Marinha	Manoel Felizardo de Souza e Mello, substituído em 23 de julho de 1849 por Manoel Vieira Tosta (Barão de Muritiba)
			Guerra	Manoel Felizardo de Souza e Mello, efetivado em 23 de julho de 1849
11º	11 de maio de 1852	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)	Império	Francisco Gonçalves Martins (Barão de S. Lourenço)
			Justiça	José Ildefonso De Souza Ramos (Visconde de Jaguari), substituído em 14 de junho de 1853 por Luiz Antônio Barboza
			Estrangeiros	Paulino José Soares De Souza (Visconde de Uruguai)
			Fazenda	Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí)
			Marinha	Zacarias de Góes e Vasconcellos
			Guerra	Manoel Felizardo de Souza e Mello
12º	06 de setembro de 1853	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná). Falecido em 03 de setembro de 1856, foi substituído na presidência do Conselho por Luiz Alves de Lima (Duque de Caxias)	Império	Luiz Pedreira Do Couto Ferraz (Visconde do Bom Retiro)
			Justiça	Jose Thomaz Nabuco De Araújo
			Estrangeiros	Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), substituído em 14 de junho de 1855 por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)
			Fazenda	Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), substituído interinamente de 12 a 27 de janeiro de 1855 por Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), e em 23 de agosto de 1856 por João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe)
			Marinha	Pedro de Alcântara Bellegarde, substituído a 14 de junho de 1855 por Luiz Alves de Lima (Duque de Caxias)
			Guerra	Pedro de Alcântara Bellegarde, substituído em 15 de dezembro de 1853 por José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), em 14 de junho de 1855 por João Mauricio Wanderley (Barão de Cotegipe) e em 8 de outubro de 1856 novamente por

				José Maria da Silva Paranhos
13º	04 de maio de 1857	Pedro de Araújo Lima (Futuro Marquês de Olinda)	Império	Pedro de Araújo Lima
			Justiça	Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos
			Estrangeiros	Caetano Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape)
			Fazenda	Bernardo de Souza Franco (Visconde de Souza Franco)
			Marinha	José Antônio Saraiva
			Guerra	Jeronymo Francisco Coelho, substituído interinamente em 11 de julho de 1858 por José Antônio Saraiva
14º	12 de dezembro de 1858	Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)	Império	Sérgio Teixeira de Macedo
			Justiça	Jose Thomaz Nabuco De Araújo
			Estrangeiros	José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)
			Fazenda	Francisco de Salles Torres-Homem (Visconde de Inhomirim),
			Marinha	José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), substituído em 12 de fevereiro de 1859 por Manoel Felizardo de Souza e Mello
			Guerra	Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté)
15º	10 de agosto de 1859 até 02 de março de 1861	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)	Império	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana), substituído a 3 de setembro por João de Almeida Pereira Filho
			Justiça	João Lustoza da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá)
			Estrangeiros	João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu (Visconde de Sinimbu)
			Fazenda	Ângelo Muniz da Silva Ferraz (Barão de Uruguaiana)
			Marinha	Francisco Xavier Paes Barreto
			Guerra	Sebastião do Rego Barros

Fonte: (JAVARY, 1889, p. 104 a 125). Elaboração própria

Apêndice nº 2 – Presidente da Província de Pernambuco entre dezembro de 1835 e abril de 1860

Início	*Término*	*Titular*	*Observação*
02/12/1837	12/05/1838	Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista)	
12/05/1838	30/10/1838	Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Futuro Visconde de Suassuna)	Vice-presidente, substituiu ao presidente Francisco do Rego Barros na sua primeira ausência.
30/10/1838	15/10/1840	Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista)	Reassumiu o governo.
15/10/1840	03/11/1840	Thomaz Antonio Maciel Monteiro (futuro 1º Barão de Itamaracá).	Nomeado vice-presidente em 15 de outubro de 1840 e substituiu ao presidente Francisco do Rego Barros na sua segunda ausência.
07/12/1841	13/04/1844	Francisco do Rego Barros (futuro Conde da Boa Vista)	Nomeado pela segunda vez presidente da província por carta imperial de 17 de novembro de 1841.
13/04/1844	12/05/1844	Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (futuro Visconde de Camaragibe)	Governou interinamente, como vice-presidente.
12/05/1844	04/06/1844	Izidro Francisco de Paula Mesquita e Silva.	Como vice-presidente, substituiu Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque.
04/06/1844	09/10/1844	Joaquim Marcelino de Brito.	
09/10/1844	06/06/1845	Thomaz Xavier Garcia de Almeida.	Nomeado pela segunda vez presidente da província por carta imperial de setembro de 1844.
06/06/1845	11/07/1845	Manoel de Souza Teixeira (futuro Barão de Capibaribe)	Governou interinamente como vice-presidente
11/07/1845	26/04/1848	Antonio Pinto Chichorro da Gama	
26/04/1848	17/06/1848	Padre Vicente Pires da Motta	
17/06/1848	15/07/1848	Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira (futuro Barão de Cimbres)	Vice-presidente nomeado por carta imperial de 2 de junho de 1848.
15/07/1848	17/10/1848	Antonio da Costa Pinto	
17/10/1848	25/12/1848	Herculano Ferreira Penna	
25/12/1848	02/07/1849	Manoel Vieira Tosta (futuro Marques de Muritiba)	6º que governou durante o ano de 1848.
02/07/1849	08/05/1850	Honório Hermeto Carneiro Leão (futuro Marquês de Paraná)	
08/05/1850	16/06/1851	José Ildefonso de Souza Ramos (futuro Barão das Três Barras e Visconde de Jaguary)	
16/06/1851	09/05/1852	Dr. Victor de Oliveira	
09/05/1852	23/04/1853	Francisco Antonio Ribeiro	
23/04/1853	28/05/1856	José Bento da Cunha e Figueiredo (futuro Barão de Bom Conselho)	
28/05/1856	08/04/1857	Sérgio Teixeira de Macedo	
08/04/1857	14/10/1857	Joaquim Pires Machado Portella	Governou interinamente como vice-presidente nomeado em 24 de maio de 1857.
14/10/1857	06/12/1857	Bemvenuto Augusto de Magalhães Taques	
06/12/1857	27/01/1859	Manoel Felizardo de Souza e Mello	
27/01/1859	20/04/1859	José Antonio Saraiva	
20/04/1859	15/10/1859	Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão e futuro Visconde de Camaragibe)	Vice-presidente nomeado em 21 de outubro de 1853.
15/10/1859	30/04/1860	Luiz Barbalho Muniz Fiuza (futuro Barão de Bom Jardim)	

Fonte: (BARBOSA, 2010); (JAVARY, 1889, p. 438-439)

Apêndice nº 3 – Deputados Gerais eleitos por Pernambuco na Primeira Lei dos Círculos

10ª Legislatura - 1857 a 1860 (Círculos com suplente)			
Distrito		*Titular*	*Suplente*
1º	Santo Antônio	Augusto Frederico de Oliveira (reeleito)	Antônio Marques de Amorim
2º	Boa Vista	Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Camaragibe)	Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque
3º	Olinda	Silvino Cavalcanti de Albuquerque	Abílio José Tavares da Silva
4º	Paudalho	José Thomaz Nabuco de Araújo (reeleito)	Francisco João Carneiro da Cunha
5º	Goiana	João José Ferreira de Aguiar (reeleito)	Joaquim Pires Machado Portella
6º	Limoeiro	Francisco Xavier Paes Barreto (reeleito)	João Mauricio Cavalcanti da Rocha Vanderley
7º	Vitória	José Bento da Cunha Figueiredo	Ignacio de Barros Barreto
8º	Cabo	Sebastião do Rego Barros (reeleito)	Sebastião do Rego Barros Lacerda
9º	Rio Formoso	Antônio Coelho de Sá e Albuquerque (reeleito)	Luiz Felippe de Souza Leão
10º	Bonito	Jeronymo Villela de Castro Tavares	Luiz de Albuquerque Martins Pereira
11º	Garanhuns	Domingos de Souza Leão (reeleito)	Antônio dos Santos Siqueira Cavalcante Junior
12º	Brejo	Joaquim Pinto de Campos (reeleito)	Miguel Gonçalves Lima
13º	Vila da Boa Vista	Francisco Carlos Brandão (reeleito)	Luiz Duarte Pereira

Fonte: (JAVARY, 1889, p. 316 a 322). Elaboração própria

Apêndice nº 4 – Senadores por Pernambuco em 1859

SENADOR	*Nomeação*	*Falecimento*
Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda)	1837	1870
Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque	1838	1868
Antônio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque)	1838	1863
Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna)	1839	1880
Francisco do Rego Barros (Conde da Boa Vista)	1850	1870
Manoel Inácio Cavalcanti de Lacerda	1850	1882

Fonte: (JAVARY, 1889, p. 411). Elaboração própria

Apêndice nº 5 – Quadro demonstrativo por província da receita das alfândegas (importação) e consulados (exportação) de julho de 1858 a março de 1859 comparada com igual tempo do exercício 1857/1858 (o quadro refere-se a soma da arrecadação de impostos de importação e exportação, por província, em mil-réis)

Corte/Províncias	*1857-1858*	*%*	*1858-1859*	*%*	*Variação Positiva*	*%*	*Variação Negativa*	*%*
Alfândega e Consulado da Corte	15.060.680	48%	13.784.739	50%	-	0%	1.275.941	8%
Alfândega e Consulado de Pernambuco	6.092.233	20%	5.263.193	19%	-	0%	829.040	14%
Alfândega e Consulado da Bahia	4.772.834	15%	3.936.193	14%	-	0%	836.641	18%
Alfândega e Consulado do Rio Grande do Sul	1.221.770	4%	1.044.513	4%	-	0%	177.257	15%
Alfândega e Consulado do Maranhão	942.954	3%	999.730	4%	56.775	6%	-	0%
Alfândega e Consulado do Pará	905.873	3%	903.869	3%	-	0%	2.003	0%
Alfândega e Consulado de São Paulo	361.822	1%	351.478	1%	-	0%	10.344	3%
Alfândega e Consulado do Ceará	341.823	1%	299.623	1%	-	0%	42.200	12%
Alfândega e Consulado de Porto Alegre	272.310	1%	288.284	1%	15.973	6%	-	0%
Alfândega e Consulado da Parayba	264.256	1%	205.518	1%	-	0%	58.738	22%
Alfândega e Consulado das Alagoas	205.337	1%	159.984	1%	-	0%	45.354	22%
Alfândega e Consulado de Uruguayana	203.600	1%	128.538	0%	-	0%	75.062	37%
Alfândega e Consulado de Paranaguá	162.749	1%	86.532	0%	-	0%	76.217	47%
Alfândega e Consulado do Rio Grande do Norte	142.204	0%	74.869	0%	-	0%	67.335	47%
Alfândega e Consulado de Sergipe	88.070	0%	82.693	0%	-	0%	5.377	6%
Alfândega e Consulado de Santa Catharina	50.635	0%	49.865	0%	-	0%	770	2%
Alfândega e Consulado do Piauhy	29.237	0%	33.457	0%	4.220	14%	-	0%
Alfândega e Consulado do Espírito Santo	16.814	0%	15.360	0%	-	0%	1.454	9%
TOTAIS	**31.135.203**	**100%**	**27.708.439**	**100%**	**76.969**		**3.503.732**	

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, edição 208 de 29 de julho de 1859, 1ª página. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=0. Acesso em: 4 de abril. 2019. Elaboração própria.

Apêndice nº 6 – Quadro resumo do total da receita das alfândegas e consulados de julho de 1858 a março de 1859 comparada com igual tempo do exercício 1857/1858 (em mil-réis)

	1857-1858	*% do total*	*1858-1859*	*% do total*	*Variação Positiva*	*%*	*Variação Negativa*	*%*
Importação	25.591.441,481	82,2%	21.950.803,346	79,2%	-	0,0%	3.640.638,135	14,2%
Despacho Marítimo	183.791,576	0,6%	189.282,811	0,7%	5.491,235	3,0%	-	0,0%
Exportações	5.124.228,795	16,5%	5.297.703,155	19,1%	173.474,360	3,4%	-	0,0%
Interior e Extraordinária	235.740,857	0,8%	270.649,905	1,0%	34.909,048	14,8%	-	0,0%
TOTAIS	**31.135.202,709**	**100,0%**	**27.708.439,217**	**100,0%**	**213.874,643**		**3.640.638,135**	

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, edição 208 de 29 de julho de 1859, 1ª página. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&PagFis=0. Acesso em: 4 de abril. 2019. Elaboração própria.

Apêndice nº 7 - Distribuição dos principais títulos e comendas a pernambucanos pelo Imperador D. Pedro II, em 14/03/1860

NOMEADO	*TÍTULO/COMENDA*
Francisco do Rego Barros (Visconde da Boa Vista)	Veador da Casa Imperial
Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Suassuna)	Visconde com grandeza de Suassuna
Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Camaragibe, Vice-presidente da província e Deputado Geral por Pernambuco)	Visconde de Camaragibe
Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Senhor de engenho e um dos responsáveis pela organização do Palácio para receber o casal imperial)	Barão de Muribeca
Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza (Presidente da Província)	Barão de Bom Jardim
Lourenço de Sá e Albuquerque (Senhor do Engenho de Guararapes)	Barão de Guararapes
José Antônio de Araújo (Comerciante e um dos responsáveis pela organização do Palácio para receber o casal imperial)	Barão do Livramento
Henrique Marques Lins (Senhor dos engenhos Matapiruma, Massau-Açu, Conceição, Sapucagi, Cueirinha e Uruçu e um dos responsáveis pela organização do Palácio para receber o casal imperial)	Barão de Utinga
Manoel Joaquim Carneiro da Cunha (Senhor do Engenho Monjope)	Barão de Vera Cruz
José Joaquim Coelho (Comandante das armas de Pernambuco e Conselheiro de Guerra)	Barão de Vitória
Dom João da Purificação Marques Perdigão (Bispo de Olinda)	Grande Dignitário da Ordem da Rosa
João Joaquim da Cunha Rego Barros (Senhor dos engenhos Bonito, Paranaguá, Olho d´Água, Branco, Tracunhaém, Novo de Santo Antônio, Palha e Pedregulho e um dos responsáveis pela organização do Palácio para receber o casal imperial)	Dignitário da Ordem da Rosa
Domingos de Souza Leão (Deputado Geral por Pernambuco, futuro Barão de Vila Bela)	Comendador da Ordem da Rosa
Antônio Marques Amorim (Presidente da Associação Comercial de Pernambuco e Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Comendador da Ordem da Rosa
João José Ferreira de Aguiar (Deputado Geral por Pernambuco)	Comendador da Ordem da Rosa

João Antônio de Araújo Freitas Henrique (Deputado Geral por Pernambuco, magistrado)	Comendador da Ordem da Rosa
Manoel José da Costa (Senhor do engenho das Mercês)	Comendador da Ordem da Rosa
Francisco Muniz Tavares (Monsenhor)	Comendador da Ordem da Rosa
Joaquim Pinto de Campos (Cônego e Deputado Geral por Pernambuco)	Comendador da Ordem da Rosa
Francisco João Carneiro da Cunha (Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Augusto Frederico de Oliveira (Deputado Geral por Pernambuco, comerciante, filho do Barão de Beberibe)	Oficial da Ordem da Rosa
João Pinto de Lemos Júnior (membro da Associação Comercial e o encarregado do baile)	Oficial da Ordem da Rosa
Francisco do Rego Barros de Lacerda (Senhor do Engenho São João, sobrinho de Francisco do Rego Barros)	Oficial da Ordem da Rosa
Joaquim Pires Machado Portella (Deputado Provincial, Vice-Presidente da província e Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Jerônimo Vilela de Castro Tavares (Deputado Geral por Pernambuco pelos liberais e rebelde anistiado da Revolução Praieira)	Oficial da Ordem da Rosa
Antônio dos Santos de Souza Leão (irmão de Domingos de Souza Leão, futuro Barão de Vila Bela)	Oficial da Ordem da Rosa
Silvino Cavalcanti de Albuquerque (Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Francisco Carlos Brandão (Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Antônio Luiz Cavalcanti de Albuquerque (Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Ignacio de Barros Barreto (Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Oficial da Ordem da Rosa
Felipe de Sá e Albuquerque (filho de Lourenço de Sá e Albuquerque)	Cavaleiro da Ordem da Cristo
Luiz Duarte Pereira (Suplente de Deputado Geral por Pernambuco)	Cavaleiro da Ordem de Cristo

Fonte: As informações coletadas nas anotações de Guilherme Auler sobre o Diário de Pedro II (PEDRO II, 1859), *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro* (VASCONCELLOS, 1918), *A Mística do Parentesco* (FERREIRA, 2011), *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres* (COSTA, 1981) e no artigo *Baile no Recife em 22.12.1859* (BARATA;VIANA, 2012, p.22). Elaboração própria

Apêndice nº 8 - Deputados gerais por Pernambuco e suplentes (10ª Legislatura - 1857 a 1860) nomeados a cargos públicos em 1859 ou agraciados com títulos nobiliárquicos e das ordens da Rosa e de Cristo em 14/03/1860

DEPUTADO GERAIS POR PERNAMBUCO E SUPLENTES AGRACIADOS - 10ª Legislatura - 1857 a 1860					
Distrito		*DEPUTADO GERAL*	*TÍTULO/COMENDA/CARGO*	*SUPLENTE*	*COMENDA*
1º	Santo Antônio	Augusto Frederico de Oliveira (negociante, filho do Barão de Beberibe)	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Antonio Marques de Amorim (Presidente da Associação Comercial de Pernambuco)	Comendador da Ordem da Rosa (14/03/1860)
2º	Boa Vista	Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque	Visconde de Camaragibe (14/03/1860)	Antonio Luiz Cavalcanti de Albuquerque (Substituiu o titular nas sessões de 1858 e 1859)	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)
3º	Olinda	Silvino Cavalcanti de Albuquerque	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Abilio José Tavares da Silva	
4º	Paudalho	José Thomaz Nabuco de Araujo	Havia sido eleito senador em lista tríplice pela Bahia em 1857 e escolhido pelo Imperador em abril de 1858. Havia deixado o posto de Ministro da Justiça no Gabinete Abaeté em março de 1859	Francisco João Carneiro da Cunha (a partir de 1859 substituiu o titular que havia ssumido vaga no Senado)	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)
5º	Goiana	João José Ferreira de Aguiar	Comendador da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Joaquim Pires Machado Portella	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)
6º	Limoeiro	Francisco Xavier Paes Barreto	Assumiu a pasta da Marinha em 10 de agosto de 1859 no Gabinete de ângelo Ferraz	João Mauricio Cavalcanti da Rocha Wanderley	
7º	Vitória	José Bento da Cunha Figueiredo	Ex-presidente de Pernambuco no Gabinete da Conciliação, teve seu filho, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, nomeado Presidente do Rio Grande do Nortes através de Carta Imperial de 20 de março de 1860	Ignacio de Barros Barreto	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)
8º	Cabo	Sebastião do Rego Barros	(Assumiu a pasta da Guerra em 10 de agosto de 1859 no Gabinete de ângelo Ferraz)	Sebastião do Rego Barros Lacerda (Substituiu o titular na sessão de 1858)	
9º	Rio Formoso	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque	Assumiu a presidência da província do Pará em 23 de outubro de 1859)	Luiz Felippe de Souza Leão (Substituiu o titular na sessão de 1858)	
10º	Bonito	Jerônimo Vilela de Castro Tavares (liberal anistiado da Revolução Praieira)	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Luiz de Albuquerque Martins Pereira	
11º	Garanhuns	Domingos de Souza Leão (futuro Barão de Vila Bella)	Comendador da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Antonio dos Santos Siqueira Cavalcante Junior (Substituiu o titular na sessão de 1858)	
12º	Brejo	Joaquim Pinto de Campos (Cônego)	Comendador da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Miguel Gonçalves Lima	
13º	Vila da Boa Vista	Francisco Carlos Brandão	Oficial da Ordem da Rosa (14/03/1860)	Luiz Duarte Pereira (Substituiu o titular na sessão de 1859)	Cavaleiro da Ordem de Cristo (14/03/1860)

Fonte: Anotações de Guilherme Auler sobre o Diário de Pedro II (PEDRO II, 1859), e (JAVARY, 1889). Elaboração própria

Apêndice nº 9 – Deputados gerais por Pernambuco - 11ª Legislatura - 1861 a 1864 (Círculos de 3 Deputados)

11ª Legislatura - 1861 a 1864 (Círculos de 3 Deputados)		
Distrito		*Titular*
1º	Santo Antônio	Antonio Epaminondas de Mello
	Boa Vista	Francisco Xavier Paes Barreto (reeleito)
	Olinda	Pedro Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Camaragibe) (reeleito)
2º	Paudalho	João Alfredo Corrêa de Oliveira e Andrade
	Goiana	Sérgio Teixeira de Macedo
	Limoeiro	Silvino Cavalcanti de Albuquerque (reeleito)
3º	Vitória	Antonio Coelho de Sá e Albuquerque (reeleito)
	Cabo	José Bento da Cunha Figueiredo (reeleito)
	Rio Formoso	Sebastião do Rego Barros (reeleito)
4º	Bonito	Jeronymo Villela de Castro Tavares (reeleito)
	Garanhuns	Francisco Raphael de Mello Rego
5º	Brejo	Francisco Carlos Brandão (reeleito)
	Vila da Boa Vista	Joaquim Pinto de Campos (reeleito)

Fonte: (JAVARY, 1889, p. 328-329). Elaboração própria

Apêndice nº 10 – Principais doações efetuadas por D. Pedro II em sua estada em Pernambuco em 1859

Beneficiários	*Valor em Réis*
Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura	10.000$
Asilo de Mendicidade	5.000$
Pobres de Recife	8.000$
Instituto Pio Literário - Recife	300$
Obras da igreja de N. Sra das Fronteiras - Recife	300$
Melhorias das águas da cidade de Vitória	1.000$
Obras do novo cemitério de Vitória	1.000$
Obras da igreja Matriz de Vitória	300$
Pobres de Vitória	960$
Colégio dos Órfãos de Santa Theresa em Recife	5.000$
Reparo do Hospital de Lázaros de Recife	1.000$
Doentes do Hospital de Lázaros de Recife	300$
Reparos da Igreja da Várzea - Recife	300$
Cemitério da Povoação de Santo Amaro entre Serinhaém e Rio Formoso	300$
Pobres de Igarassu	500$
Cemitério de Igarassu	1.000$
Recolhimento de Igarassu	500$
Capela do Ramalho de Igarassu	200$
Pobres de Goiana	1.000$
Recolhimento de Goiana	500$
Hospital de Misericórdia de Goiana	1.000$
Cemitério de Goiana	1.000$
Obras da igreja dos Martírios de Goiana	200$
Pobres de Tejucupapo	500$
Pobres de Itamaracá	500$
Pobres do Cabo	560$
Obras da igreja do Rosário do Cabo	300$
Cemitério do Cabo	1.000$
Obras da igreja do Rosário de Serinhaém	300$
Pobres de Serinhaém	500$
Cemitério de Serinhaém	1.000$
Obras da igreja do Rosário de Rio Formoso	300$
Pobres de Rio Formoso	880$
Irmandade do Santíssimo Sacramento de Rio Formoso	500$
Pobres de Tamandaré	500$
Pobres de Jaboatão	500$
Total	47.000$

Fonte: (O MONITOR DA FAMÍLIAS, 1985, p. 72 e 74) e Diário de Pernambuco, edições dos dias 26 de novembro, 10, 15, 19, 22 e 29 de dezembro de 1859, disponível em http://ufdc.ufl.edu/AA00011611, acesso em 08 de ago. 2019. Elaboração própria.

Apêndice nº 11 – Diário resumido de D. Pedro II em Pernambuco em 1859

Data	*Cidade*	*Início*	*Eventos*
22-nov	Recife	-	Desembarque comitiva imperial no cais do Colégioàs 11H15, recebimento das chaves da cidade entregue pela Câmara Municiapal no pavilhão construído no centro do largo do colégio, te-déum de duração de 2 horas na igreja do Espírito Santo, préstito do largo do Colégio até o Palácio do Governo pelas ruas do Colégio e da Cadeia, atual rua do Imperador Pedro II. Chegada ao palácio às 14:45h. A noite, jantar com a elite econômica, política e social pernambucana.
23-nov	Recife	6:30h	Pela manhã visita ao Arsenal da Marinha, Torre do observatório (Malakoff) e Companhia dos Menores do Arsenal. Ao meio dia visita ao Hospital de Caridade e às obras do novo hospital Pedro II, onde iria ocorrer o baile de despedida promovido pela Associação Comercial de Pernambuco. Em seguida visita ao colégio das órfãs e à casa dos expostos. Ao fim da tarde, passeio com a Impertriz até Ponte D'uchoa.
24-nov	Recife	6h	Pela manhã, a cavalo, visita à Companhia da Gás, caixa d'água da Companhia Beberibe e à Casa de Detenção. Após o almoço, visita ao Arsenal de Guerra e boa parte do bairro do Recife, passando pela Rua da Cruz para para ver a casa em que morou João Fernandes Vieira. Às 15h, homenagem dos pescadores de fora de portas. Às 17:30h, passeio de carro com a Imperatriz pelos bairros da Madalena e Afogados. à noite, passeio a pé, junto à população, para ver a iluminação da cidade.
25-nov	Recife	6h	Pela manhã, a cavalo, visita à Companhia de esgotos do Sr. Cambrone, em Santo Amaro. Ao digirir-se para visita ao hospital Militar, encontro com Borges da Fonseca. Às 10h, Visita à Faculdade de Direito onde assiste avaliações de alunos. Às 17:30h, passeio de carro com a Imperatriz e comitiva pela Soledade. À noite, recebe Antônio Vicente do Nascimento Feitosa (Dr. Feitosa) e deputação. Dá beija-mão com oficialidade da Guarda Nacional e personalidades da província e assiste desfile de diversos batalhões.
26-nov	Recife	6h	Pela manhã, vistoria a ponte pênsil do Caxangá sobre o Rio Capibaribe (primeira deste tipo na América do Sul, obra de Louis-Léger Vauthier). Ao percorrer a travessa dos Remédios, visita capela e comenta que naquelas imediações era o ponto "da gente de Camarão". Em seguida, assiste a exames na Faculdade de Direito e visita a biblioteca daquela instituição, que fica no Colégio das Artes. À tarde, visita à escola pública. Às 18h recebe diversas comissões e às 20:15h, o casal imperial assiste à espetáculo no Teatro de Santa Isabel.
27-nov	Recife	6h	Pela manhã, visita ao açude do Prata onde percorre locais relacionados a Henrique Dias e à expulsão dos holandeses, como passagem da Madalena, passagem do Cordeiro e Arraial Velho. Visita a Igreja das Fronteiras. Em seguida, visita a diversas igrejas: São Pedro Gonçalves (também chamada de Corpo Santo, onde assiste missa), Capelinha do Pilar, Convento de São Francisco, Matriz de São José, Convento do Carmo, Matriz da Boa Vista, Igreja de Belém e Conceição dos Militares. Observou o tumulo do líder praieiro Nunes Machado quando em visita ao Convento de São Francisco. às 17h participa da procissão do Corpo de Cristo, quando lideranças políticas locais conduzem o andor com o Imperador. Após a procissão, caminha junto à população na volta ao Paço.
28-nov	Recife	7h	Visita ao bairro de Santo Antônio e às igrejas de São Pedro dos Clérigos e Madre de Deus. Em seguida, visita à alfândega, ao Consulado Provincial, à Recebedoria e às Repartições Gerais e Provinciais. Estas últimas funcionavam no antigo edifício do Colégio dos Jesuítas, hoje demolido. À tarde, ida de carro com a Imperatriz ao cemitério público de Santo Amaro, onde solicita que lhe seja mostrado os túmulos do Barão de Goiana e do padre Lopes da Gama. À noite concede beija-mão à diversas personalidades e recebe do daguerreotipista pernambucano João Ferreira Villela seis vistas emolduradas de paisagens de Recife e arrabaldes.

29-nov	Recife	6h	Pela manhã, visita às obras do Porto do Recife, acompanhado de engenheiros, inclusive José Mamede Ferreira. Em seguida, visita ao lazareto contruído em 1855 na Ilha do Pina como medida sanitária portuária para isolamento de tripulantes, visando ao combate ao cólera. Em algumas caminhadas pelo Centro do Recife é acompanhado pela população. Às 17h, vai até a Várzea acompanhado da Imperatriz e comitiva, e percorre a região do Engenho do Meio, um dos que pertenceram a Fernades Vieira. Às 20:30h, visita a Sociedade de Artes Mecânicas e Liberais.
30-nov	Recife	6h	Pela manhã, ida aos Montes Guararapes, onde foram travadas batalhas com os holandeses. Visita à Igreja dos Guararapes e aos engenhos Novo e Guararapes. No retorno ao Recife à tarde, recebe homenagem dos pescadores de fora da Cabanga. às 17:30h, visita a Fundição do Starr na Rua da Aurora, em Recife. Às 19h recebe diversas comissões que vão cumprimentá-lo no palácio.
1-dez	Recife	antes das 6h	Pela manhã, vistoria da estrada de ferro, das estações e das oficinas entre Recife e Cabo, obra sob a responsabilidade da *Recife and São Francisco Railway Company* . Ao retornar ao Recife, visita a fundição de Bowman, no Cais do Apolo. À noite, o Imperador recebe diversas pessoas no Paço, bandas de música se apresentam pelas ruas iluminadas do Recife e dois Batalhões da Guarda, com representações de Fernandes Vieira, Henrique Dias, Vidal de Negreiros, e Felipe Camarão, desfilam pelo centro da cidade.
2-dez	Recife	12h	Primeiro dia de circulação do Monitor das Famílias. Pela manhã, comemorações do aniversário do Imperador com te-déum no Convento do Carmo e beija-mão no Palácio Imperial. À tarde, desfile de tropas e, à noite, espetáculo no Teatro de Santa Isabel, seguido de execução do hino nacional e declamação de poesias.
03/dez	Olinda	Pouco depois das 6h	Visita à cidade de Olinda, onde, encerradas as solenidades de recepção, percorre a Câmara de Vereadores, antigo Palácio dos Governadores, o Mosteiro de São Bento e procura saber onde se localizava a casa de Fernandes Vieira. Procura localizar o Forte de Santa Cruz, construído pelos holandeses, cita a morte do Capitão Temudo em confronto com os flamengos e contempla quadros das batalhas contra os holandeses. Visita a Igreja da Misericórdia onde se refere à lápide de Fernandes Vieira, supostamente sepultado nesta igreja. Percorre o Seminário dos Jesuítas, Convento de São Francisco, Igreja do Monte e Convento do Carmo. Visita às escolas das freguesias de S. Pedro Mártir e S. Pedro Apóstolo em Olinda e o recolhimento de Santa Teresa. À noite, antes do retorno a Recife, visita ao observatório na Misericórdia.
04/dez	Recife	-	Pela manhã, vistoria de diversos quarteis do Recife. Às 17h inicia viagem ao norte da província, pernoitando o primeiro dia no engenho Monjope, do Dr. Manuel Joaquim Carneiro da Cunha.
05/dez	Igarassu	5h	Parte de Monjope para Igarassu, onde chega às 5:30h. Encerradas as cerimônias de recepção com entrega das chaves pela Câmara Municipal, percorre alguns pontos da vila e visita a Igreja Matriz, o Convento de São Francisco, o recolhimento das órfãs, a Igreja da Misericórdia, a Casa de Câmara e Cadeia e as escolas da vila para meninos e meninas. Cita que os holandeses saquearam a vila. às 17:30 segue viagem e às 21:30h ao Engenho Itapirema, onde pernoita.
06/dez	Goiana	4h	Parte logo cedo para Goiana, onde chega às 6h. Após solenidades de recepção, visita à Igreja da Misericórdia, aos colégios de meninos e meninas, ao convento do Carmo e às igrejas do Rosário dos Pretos e do Amparo. Ao meio dia, atende a te-déum e dá beija-mão, quando conhece o pai do Nunes Machado. À noite assiste a desfile triunfal. Por desavenças políticas, em Goiana são preparadas duas casas para receber a comitiva Imperial. D. Pedro II prefere ocupar a maior delas, justificando que acomodaria melhor toda a comitiva. Entretanto, para que não restasse ressentimentos, elogia as duas casas e convida os dois organizadores para a ceia.

07/dez	Tejucupapo / Itamaracá	5h	Parte cedo para visita à localidade de Tejucupapo. Ao meio dia seguiu de barco com a comitiva para a Ilha de Itamaracá. A cavalo percorre Vila Velha, o Forte Orange, a vila de Pilar e as escolas de meninos e meninas. Pernoite em Vila Velha.
08/dez	Itamaracá / Recife	6h	Pela manhã, retorno de barco ao Recife. Ao meio-dia, assiste à missa na igreja do Espírito Santo. A tarde, pequeno giro pela Boa Vista e passeio com a Imperatriz e comitiva pela Madalena, Remédios e Afogados.
09/dez	Recife	6h	Percorre os quartéis da Cavalaria e da Polícia, além do hospital dos Láraros. Às 11h assiste à distribuição de prêmios no Ginásio Pernambucano, admirando-se com o preparo dos alunos. No Ginásio, visitou a coleção de História Natural organizada professor Louis Jacques Brunet. por volta das 18h visita à fábrica de sabão, no aterro dos Afogados. Às 20h, assiste a te-déum na Igreja do Livramento.
10/dez	Cabo	06:30	Parte logo cedo de locomotiva para a cidade do Cabo. Após as cerimônias de entregas das chaves da cidade e te-déum, visita a escola de meninos e a cadeia. Às 17h segue para o engenho das Mercês, de Manuel José da Costa, onde pernoita. Tido como um dos melhores da província, este engenho foi considerado "atrasado" pelo Imperador.
11/dez	Serinhaém / Rio Formoso	5h	Após assistir à missa na capela do engenho das Mercês, visita a vila de Nazaré e segue para Serinhaém. No caminho passa pelos engenhos Salgado, Boassica, Pindobinha, Genipapo, Sibiró Cavalcanti, e Anjo. Após a cerimônia de recepção em Serinhaém, com entrega das chaves e te-déum, percorre a cidade visitando igrejas e a escola de meninos. Às 17h segue para Rio Formoso onde é recepcionado com fogos de artifício em pavilhão especialmente montado. Pernoita com comitiva em casa organizada por José Antônio Lopes.
12/dez	Rio Formoso	-	Em Rio Formoso percorre a cidade visitando igrejas, a cadeia e as escolas dos meninos e das meninas, quando avalia pessoalmente alguns alunos. Depois do almoço participa de te-déum e cerimônia de entrega das chaves da cidade. A tarde visita o engenho do Machado. Pernoite em Rio Formoso.
13/dez	Tamandaré	5h	Partida logo cedo para Tamandaré, onde percorre a forteleza e a capela, demorando longo tempo no exame das peças de artilharia. Segue para a vistoria da estrada de ferro e, após o almoço retorna de navio para o Recife.
14/dez	Recife	11h	Visita à refinaria de Barros Barreto no Monteiro. À tarde visita novamente o gabinete de história natural do Profesor Brunet no Ginásio Pernambucano e segue para passeio com a Imperatriz pelos Afogados. À Noite vai a Olinda e permanece no observatório até às 23:45h, quando retorna ao Recife.
15/dez	Recife	6h	Visita às fortalezas do Brum e do Buraco, quando aproveita para conhecer a Cruz do Patrão. No início da tarde visita as obras do novo edifício do Ginásio Pernambucano e segue para visita aos fortes das Salinas, da Bateria e o das Cinco Pontas. À noite vai com a Imperatriz assistir espetáculo no teatro Apolo
16/dez	Recife	-	Permanece no Paço Imperial onde recebe diversas comitivas e deputações.
17/dez	Recife	-	Pela manhã, assiste ao casamento de seis órfãs (duas brancas, duas pardas e duas negras) na Igreja da Penha, dos frades Capuchinhos. À tarde recebe a homenagem dos carniceiros do Recife que lhe ofereceram um vitelo e um carneiro. À noite houve grande queima de fogos montada em uma longa alvarenga sobre o Rio Capibaribe, assistida pela comitiva imperial das janelas do Paço.
18/dez	Recife / Vitória	6h	Parte a cavalo logo cedo para a cidade de Vitória. No percurrso, passa por Tejipió, onde foram montados arcos ornamentados sob os quais passa a comitiva imperial, e Jaboatão, onde é saudado por um batalhão da Guarda Nacional. Às 9h, chega ao Engenho Morenos, pertencente a Antônio de Sousa-Leão, futuro Barão de Morenos. No engenho, almoça, visita a moenda e a plantação e permanece até às 17h, quando segue para Vitória, onde pernoita nos aposentos especialmente preparados na Casa da Câmara.

19/dez	Vitória	5:30h	A cavalo, parte para as Tabocas, local da célebre batalha de João Fernandes Vieira contra os holandeses. No retorno à cidade, visita prédios públicos, igrejas e as escolas de meninos e meninas. Após o almoço, toma parte das cerimônias de te-déum e entrega das chaves da cidade. Em seguida dá beija-mão na Casa da Câmara. À noite assiste à queima de fogos.
20/dez	Vitória / Recife	6h	Deixa Vitória e descansa no Engenho Catende, do Sr. Francisco Antônio Pereira da Silva, na cidade de Moreno. Permanece até às 16h quando segue para Recife. No caminho, visita um engenho que havia pertencido Fernandes Vieira e encontra na localidade do Barro representantes da elite pernambucana e oficiais da Guarda Nacional. Chega ao Recife às 22h.
21/dez	Recife / Escada	6h	Parte cedo de trem para o Cabo e, de lá, segue a cavalo para para Escada. Acomoda-se na casa da Câmara Municipal, onde é recebido com fogos e bandas de música pelos políticos locais, pela Guarda Nacional e grande entusiasmo da população. Após o almoço, atende às solenidade de entrega das chaves da vila, te-déum e concede beija-mão. Após as festejos, visita igrejas, a escola de meninos, a cadeia e o cemitério. Recolhe-se às 18h e até às 22h recebe todos aqueles que desejavam vê-lo. Pernoita na vila de Escada.
22/dez	Escada / Recife	3h	Partiu a cavalo de Escada, ainda de madrugada, acompanhado por 300 cavaleiros, muitos deles com tochas acesas para iluminar a estrada Chega ao Cabo por volta das 7h. Vistoria mais uma vez as obras da estrada de ferro e segue para Recife de trem. Ao meio dia assiste a um concurso para escolha de lente substituto para a Faculdade de Direito. Às 16h, acompanhado da Imperatriz, assiste às corridas de inauguração do Jockey Club de Pernambuco, na presença de mais de 3 mil pessoas. A noite, o casal imperial participa do magnifico baile de despedida oferecido pela Associação Comercial no edifício que viria abrigar o Hospital Pedro II.
23/dez	Recife	11h	Participa da bêncão do Asilo de Mendicidade, instalado no térreo do Hospital Pedro II. Em seguida, instala o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura. Às 14h, concede no Paço o beija-mão de despedida, bastante concorrido. Às 18h o casal Imperial e comitiva são conduzidos por todas as autoridades administrativas, judiciárias, oficiais da Guarda Nacional e Exército. Acompanhados pela população, percorrem a Rua da Câmara e Cadeia até o cais do Colégio onde embarca em galeota que os leva até o navio Apa.
24/dez	Recife	5:30h	Parte logo cedo para a Paraíba em continuação à viagem pelo norte do país

Fonte: Diário de Pedro II (1859), jornal O Monitor das Famílias (1985, p. 61-71) e Diário de Pernambuco, edições dos dias 21 de nov a 29 de dez de 1859. Disponível em http://ufdc.ufl.edu/AA00011611. Acesso em: 08 de ago. 2019. Elaboração própria.

Apêndice nº 12 – Instruções de D. Pedro II para a Viagem ao Norte

"Pretendo partir até 10 de outubro.

Participação aos Presidentes da Províncias, até a Paraíba, inclusivamente, declarando-lhes que, se os habitantes quiserem fazer gastos para solenizarem minha visita, eu prefiro que deixem aplicar o dinheiro com que desejarem contribuir para tal fim, a benefício das localidades que eu visitar.

Não me limitarei a percorrer as povoações da costa, e será bom prevenir os Presidentes dessa minha intenção, sobretudo aos do Espírito Santo, cujas colônias quero examinar, indo mesmo até algum ponto do Rio Doce, a ser isso possível e havendo tempo, que indicarei, e aos de Sergipe ou de Alagoas, segundo o mais fácil itinerário posso percorrer parte do Rio São Francisco, desejando muito ver a Cachoeira de Paulo Afonso.

A minha viagem não excederá a quatro meses, julgando dividir o tempo desse modo: 15 dias para a viagem de mar, ida e volta,15 para o Espírito Santo, 1 mês para a Bahia, outro para Pernambuco, e igual tempo para Sergipe e Alagoas. Na Bahia e Pernambuco talvez a demora não chegue a 2 meses, conforme as necessidades de distribuição de tempo para poder ver o que mais digno for de curiosidade nas diversas Províncias.

É preciso ir cuidado dos meios de condução por mar, para que não haja demora na partida.

Convém fazer aqui o mesmo que por ocasião da minha viagem ao Sul, lembrando desde já que a anunciei ao Corpo Legislativo na Fala d'Encerramento, e houve Cortejo de despedidas no Paço da Cidade, na véspera da partida, à tarde"

Fonte: (VIANNA, 1966, p. 295-297)

Apêndice nº 13 – Preparativos para receber a comitiva imperial no Recife

O Barão de Camaragibe, presidente da província em exercício, tratou de iniciar a organização do Palácio do governo para recepcionar D. Pedro II e D. Teresa Cristina. Posteriormente, o presidente indicado, Luiz Carlos Barbalho Muniz Fiuza, formou uma comissão de senhores da elite pernambucana que deu andamento aos trabalhos[246].

O Visconde da Boa Vista, comandante superior da Guarda Nacional da capital, reuniu, em seu palacete, os oficiais superiores da mesma guarda ativa e da reserva para discutir como se daria a recepção da comitiva Imperial[247].

A Associação Comercial Beneficente procurou tratar da "recepção imperial e dos festejos que por semelhante ocasião deverão ser feitos". A associação decidiu fundar um "asilo de mendicidade" para eternizar a visita e cuja pedra fundamental seria lançada pelo monarca. Iria, também, promover um grande baile para recepcionar o casal imperial, a ser realizado no edifício Pedro II, que seria majestosamente iluminado a gás e a velas. Os recursos para a realização da festividade seriam fornecidos pelos associados que assim desejassem. Além do baile, a Associação se encarregaria de uma queima de fogos no Rio Capibaribe, na extensão da ponte Velha até a casa de Detenção, o que "certamente produzirá um magnífico efeito"[248].

A associação tipográfica convidou outras associações artísticas para percorrerem as ruas à noite com música para assim manifestarem "sua adesão ao trono imperial e à pessoa do imperador, que não cessou de animar e proteger as artes e as letras no seu país"[249].

A Câmara Municipal cuidou da construção do pavilhão imperial[250] no largo do Colégio (sob a responsabilidade do mestre em marcenaria João dos Santos Ferreira Barros[251]) para o desembarque da comitiva. Providenciou a ornamentação

[246] Jornal *O Monitor das Famílias* (1985, p. 25)
[247] *Jornal do Recife*, edição de 24 de setembro de 1859, sessão "O que se passa em casa".
[248] *Jornal do Recife*, edição 41, de 08 de outubro de 1859, p. 328
[249] Idem
[250] Que recebeu o nome de Praça Pedro II
[251] (CORD, 2019, p. 215)

da igreja do Espírito Santo, escolhida por ser próxima ao cais[252], onde seria realizado o "te-déum da etiqueta"[253] na recepção. A escolha da igreja foi criticada por acharem que o templo era bastante acanhado para a ocasião e ventilou-se realizar o cântico religioso no dia seguinte à chegada, num local mais suntuoso.

A Câmara Municipal também convocou a população a pintar a frente de suas casas, no que foi "por todos atendido, não ficando uma só casa, por mais pobres que fossem seus moradores, que deixasse de vestir-se de gala para mostrar o seu regozijo pela honrosa visita"[254].

O Arsenal da Marinha, considerado à época o segundo maior do país, tratou de reformar e dourar a galeota que serviria para o desembarque real, construir a rampa do cais do Colégio, onde aconteceria o desembarque[255], e iluminar a frente do observatório[256].

Moradores do bairro do Recife decidiram angariar fundos para custear a iluminação da Rua da Cruz[257].

Uma comissão de práticos decidiu decorar e iluminar o barracão que ocupavam além de lançar fogos de artifício assim que o Apa fosse avistado. Queriam ser os primeiros a saudar "o augusto visitante" [258].

A Companhia do Beberibe[259] faria a construção de um chafariz no largo da Presidência[260] (GASPAR, 2008).

A Câmara municipal mandou pintar os prédios públicos além de reparar o calçamento de algumas ruas.

Fonte: (COSTA, 2017, p. 40-42)

[252] *Jornal do Recife*, edição 42 de 15 de outubro de 1859, p. 336

[253] A cerimônia religiosa oficial para a visita do imperador era o te-déum e não missa

[254] (O Monitor da Famílias, 1985, p.25)

[255] Normalmente os desembarques aconteciam na área portuária ou no cais da Alfândega. Para facilitar o acesso da família real à igreja do Divino Espírito Santo onde ocorreria o te-déum da recepção e a caminhada até o palácio onde ficariam hospedados.

[256] Torre Malakoff

[257] Atual Rua do Bom Jesus

[258] *Jornal do Recife*, edição 43 de 22 de outubro de 1859, p. 344

[259] Companhia responsável pela captação de água do Açude do Prata, localizado no bairro de Dois Irmãos, com uma adutora de 10 Km de extensão, canalização de 300mm e a distribuição de água por meio de oito chafarizes.

[260] Hoje Praça da República

Apêndice nº 14 – Carta da Condessa de Barral[261] à Imperatriz D. Teresa Cristina sobre as famílias da elite pernambucana em 1859

Famílias Pernambucanas

Esta lista é para minha Amiga ir estudando os nomes destas senhoras. Em Pernambuco, só posso recomendar minha prima casada com o Conselheiro Antônio Inácio de Azevedo, irmão do Desembargador Messias de Leão, da Bahia, mas ela vive muito retirada depois da morte da filha.

Dizem que estas são as senhoras de Pernambuco, dignas dá atenção de S. M. a Imperatriz. Eu não as conheço, mas deposito confiança em quem me forneceu esta lista.

Sentido numa célebre viúva de H... A... da S... (d. A...)

O Visconde da Boa Vista e sua Senhora[262].

As Senhoras Baronesas de Cimbres[263], de Beberibe[264], de Capibaribe[265], de Ipojuca[266]. As filhas do Barão de Rio Formoso[267].

Senhora do Dr. Manuel Cavalcanti.

Senhora do Dr. Manuel Joaquim Carneiro da Cunha e sua sogra.

Senhora do Comendador José Pires Ferreira.

D. Júlia Pires, filha do falecido Gervásio Pires Ferreira.

---

[261] Luísa Margarida Portugal e Barros

[262] Francisco do Rego Barros e sua esposa Mariana Francisca de Paula Cavalcanti de Albuquerque

[263] D. Joaquina Angelina, esposa de Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, 1º Barão com grandeza de Cimbres (VASCONCELLOS, 1918, p. 130)

[264] Anna Josephina Pereira Pinto, esposa de Francisco António de Oliveira, Barão de Beberibe, Proprietário e capitalista na praça de Pernambuco, foi por mais de vinte anos membro da Municipalidade da sua Província. Fundador da Associação Comercial e do Banco Comercial de Pernambuco (VASCONCELLOS, 1918, p. 77).

[265] Esposa de Manuel de Souza Teixeira, Barão de Capibaribe, participou ativamente da Revolução Pernambucana de 1817. Condenado a degredo perpétuo na Costa da África, foi anistiado em 1821 pelas Cortes de Lisboa e retornou a Pernambuco. Deputado Provincial em várias legislaturas e Presidente da Província em 1841, 1845 e 1848 (VASCONCELLOS, 1918, p. 109), (COSTA, 1981, P. 699-700).

[266] Inácia Militana Cavalcanti Rego de Lacerda, esposa de João do Rego Barros, o Barão de Ipojuca, irmão e sogro do Visconde da Boa Vista (Os barões de Ipojuca são os pais da Viscondessa da Boa Vista). Disponível em https://www.geni.com. Acesso em 06 de jul. 2019.

[267] Genoveva Perpetua Rodrigues Campello, Maria Damiana Rodrigues Campello, Maria do Monte Rodrigues Campello e Manoela Carolina Rodrigues Campello, filhas de Manuel Thomaz Rodrigues Campello, 1º Barão de Rio Formoso. Disponível em https://www.geni.com. Acesso em 06 de jul. 2019.

Senhora do Comendador João Gonçalves da Silva (ex-inspetor da Tesouraria da Fazenda).

Senhora do Comendador Luís de Carvalho Pais de Andrade.

Senhora do Conselheiro Antônio Inácio de Azevedo e sua filha.

Senhora do Vice-Presidente Dr. Joaquim Portela.

Senhora do Dr. Manuel Portela.

Viúva de Luís Gomes Ferreira.

Senhora de Luís Gomes Ferreira.

Senhora de Francisco Gomes Ferreira.

As Senhoras dos atuais Desembargadores da Relação e dos Juízes de Direito da Capital.

As Senhoras da Família Souza Leão.

Senhora do Negociante Antônio Marques Amorim.

Senhora de Antônio Luís dos Santos.

Senhora do Dr. Alexandre Pereira do Carmo.

Senhora do proprietário Lourenço Luís das Neves, sobrinha do Sinimbu[268].

As Senhoras do Comandante da Estação Naval e do Inspetor da Tesouraria da Fazenda.

Rio, 31 de outubro de 1859

Fonte: (AULER, 1952, p. 347-348)

[268] João Lins Vieira Cansanção, exercia a pasta dos Estrangeiros do Ministério de Abaeté, iniciado em 10 de agosto de 1859 (veja-se o apêndice nº 1)

Apêndice nº 15 – Pares das quadrilhas no baile de despedida promovido pela Associação Comercial de Pernambuco-ACP em que tomaram parte o Imperador e a Imperatriz, de acordo com o Diário de Pernambuco

S. M. o Imperador dançou 5 quadrilhas pelo modo seguinte[269]:

Primeira quadrilha: S. M. e a Viscondessa da Boa Vista. Vis-a-vis o Sr. Deputado João José Ferreira de Aguiar com a Exm. Sr.ª do Sr. General Coelho.

Segunda quadrilha: S. M. e a Exm. Sr.ª do Sr. deputado Domingos de Souza Leão. Vis-a-vis o Sr. Deputado Francisco João Carneiro da Cunha e a senhora do Sr. Joaquim Pires Machado Portella.

Terceira quadrilha: S. M. e a senhora do Sr. João Pinto de Lemos Junior. Vis-a-vis o Sr. Deputado Augusto Frederico de Oliveira e a senhora do Sr. Antônio dos Santos de Souza Leão.

Quarta quadrilha: S. M. e a senhora do Sr. Lourenço de Sá e Albuquerque. Vis-a-vis o Sr. Manoel Joaquim Carneiro da Cunha e a filha da senhora viúva de Itapirema.

Quinta quadrilha: S. M. e a senhora do Sr. Antônio Marques de Amorim. Vis-a-vis o Sr. Comendador Manoel José da Costa e a senhora do Dr. Portella.

No Baile que a corporação comercial deu por ocasião de festejar a estada de SS. MM. II. nessa cidade, tiveram a honra de dançar com S. M. a imperatriz e serem seus vis-a-vis as pessoas seguintes[270]:

Primeira quadrilha: o Exm. Ministro do império, o Sr. conselheiro João de Almeida Pereira Filho; vis-a-vis o Sr. deputado João José Ferreira de Aguiar com a Exm. Sra. D. Amalia, esposa do Sr. Dr. Juiz de direito de Goiana.

Segunda quadrilha: o Exm. Sr. presidente da província, Dr. Luiz Barbalho Muniz Fiuza; vis-a-vis o Sr. deputado Jerônimo Vilella de Castro Tavares com a Exma. SraD. Joaquina Xavier de Oliveira.

Terceira quadrilha: o conselheiro Sr. visconde da Boa Vista; vis-a-vis o Sr. Manoel Pires Ferreira com a filha do Exm. Sr. barão de Rio Formoso.

Quarta quadrilha: o Sr. Deputado Domingos de Souza Leão; vis-a-vis Sr. Felippe de Sá e Albuquerque com a filha do Sr. Lourenço de Sá e Albuquerque.

Quinta quadrilha: o Exm. Sr. barão de Camaragibe; vis-a-vis o Sr. negociante Antônio Marques de Amorim com a Exma. Sra. D. Hermina Edeltrudes de Oliveira Castro, mulher do Sr. Antônio José de Castro.

[269] Conforme publicado no Diário de Pernambuco na edição de 24 de dezembro de 1859. Disponível em https://ufdc.ufl.edu/AA00011611. Acesso em 04, ago. 2019.

[270] Idem, edição do dia 29 de dezembro de 1859.

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Fundo Visconde de Camaragibe, pasta referente ao ano de 1859:

Cartas do Deputado Geral por Pernambuco João José Ferreira de Aguiar ao Visconde de Camaragibe, datadas de 09 de julho, 6 e 18 de agosto de 1859.

Cartas do Deputado Geral por Pernambuco Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, ao Visconde de Camaragibe datadas de 06 de maio e 22 de agosto de 1859.

Carta do Deputado Geral por Pernambuco Joaquim Pinto de Campos ao Visconde de Camaragibe, datada de 07 de julho de 1859

Carta de Manoel Vieira Tosta (Barão de Muritiba), ex-ministro e ex-presidente da província de Pernambuco ao Visconde de Camaragibe, datada de 05 de junho de 1859

Jornais e Periódicos

DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, edições de 266 a 300. 1859. Disponível em: https://ufdc.ufl.edu/AA00011611/00002/allvolumes.

JORNAL DO COMMÉRCIO, Rio de Janeiro, edições de 131 a 272. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_04&pasta=ano185&pesq=.

JORNAL DO RECIFE, edições de 1 a 53. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=705110&pasta=ano%20185&pesq=.

O MONITOR DAS FAMÍLIAS, Recife: Fundarpe, 1985.

Demais fontes primárias

BRASIL. *Coleção de Leis do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: http:// https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio. Acesso em: 7 de jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1824). Constituição Política do Império do Brasil: promulgada em 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 7 de jan. 2018.

BRASIL. Annaes do Parlamento Brazileiro: Camara dos Srs. Deputados, Terceiro anno da decima legislatura, Sessão de 1859. tomos 3, 4 e 5. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1859. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=132489&pagfis=1448. Acesso em 03 mar. 2017.

FALLAS DO THRONO*: Desde* O anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivo voto" de graças da Câmara Temporária colligidas na Secretaria da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/ handle/id/227319. Acesso em: 03 mar. 2017.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus. 1728. Disponível em: http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1. Acesso em: 24 ago. 2019.

JAVARY, Barão de. *Organização e Programas Ministeriais de 1822 a 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

PEDRO II, dom. 1859. Diário do Imperador d. Pedro II, 1840-1891. Org. BEDIAGA, Begonha. Vols. 3 - Viagem à Costa Leste, 2ª parte - Pernambuco. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, 1999.

REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO. Recife: IAHGP, nº 1 a 8, 1863 a 1865.

Livros e Artigos

ALMEIDA, Maria das Graças de Andrade; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *História (nem sempre) bem-humorada de Pernambuco:* (140 caricaturas do século XIX). Recife: Bagaço, 1999.

ALMEIDA, Tito Franco de. *O Conselheiro Francisco José Furtado:* Biographia e Estudo de História Política Contemporânea. Rio de Janeiro: Casa dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1867.

ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho*: a formação do espaço público do Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

AULER, Guilherme. A presidência Honório em Pernambuco. In: Revista do Instituto Arqueológico Histórico Geográfico Pernambucano - IAHGP, v. 236, jun/set 1957. Disponível em https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsUy1UdGZTendicjA/view. Acesso em 20, mai. 2019.

AULER, Guilherme. D. Pedro II - Viagem a Pernambuco em 1859. In: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1952.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; VIANA, Regina Cascão. *Baile no Recife em 22.11.1859*. In: Colégio Brasileiro de Genealogia. Rio de Janeiro: 2012.

BARBOSA, Virgínia (Org.). Governadores e Presidentes da província de Pernambuco (Colônia e Império). Pesquisa Escolar On-Line, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/. Acesso em: 27, jun. 2019.

BARMAN, Roderick J. *O Imperador Cidadão*. Tradução de Sonia Midori Yamamoto. São Paulo: Unesp, 2012.

BEDIAGA, Begonha (org). *Diário do Imperador d. Pedro II:* 1840-1891. v. 3. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, 1999. (Viagem à Costa Leste, 2ª parte – Pernambuco).

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALMON, Pedro. *A vida de Pedro II*: o rei filósofo. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

CARVALHO José Murilo de. As Marcas do Período. *In*: _____ (org.). *A Construção Nacional:* 1830-1889. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223.

CARVALHO José Murilo de. A Vida Política. *In: _____ (org.). A Construção Nacional*: 1830-1889. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.

CARVALHO, José Murilo de. *Pedro II* - ser ou não ser. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (Perfil)

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. *A Insurreição Praieira*, Almanack Braziliense, Vol. 8, pp. 5-38, 2008.

CARVALHO, Zóia Campos de. *Rosto e máscara do senhor de engenho de Pernambuco (1822-1888)*. Recife: Massangana, 1988.

CESAR, Tiago da Silva; SZCZEPANIAK, Ivone. “E se fôr bem executado, não deixará de preencher as vistas, unicas, que o produzirão, de moralizar os condenados por meio do trabalho”: as oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre (1855-1921). In: CESAR, Tiago da Silva; et al (Orgs.). *História, Cultura & Patrimônio: experiências de pesquisa*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2019, p. 283-313.

CESAR, Tiago da Silva. A propósito da reclusão e do castigo penal no século das luzes: Beccaria, Ladirzábal, Howard e Benthan. In: AMORIM, Helder Remigio de; CESAR, Tiago da Silva; CABRAL, Flavio José Gomes; CUNHA, Diogo de Arruda Carneiro da. (Org.). *História em Debate: cultura, intelectuais e poder.* Curitiba: Appris Editora, 2019. No prelo.

CORD, Marcelo Mac. Organizações artesanais e a Câmara Municipal do Recife: cultura das oficinas, economia do favor e canteiros de obras – anos 1830-1860. *In*: TERRA, Paulo Cruz; et al (Orgs.). *Os Poderes Municipais e a Cidade:* Império e República. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Dicionários Biográfico de Pernambucanos Célebres.* Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981. (Cidade do Recife).

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira*: império. v. 2. São Paulo: LeYa, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Condessa de Barral*: a paixão do imperador. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

DOLHNIKOFF, Miriam. A Monarquia Constitucional Brasileira e o Modelo de Governo Representativo dos Oitocentos. *In:* SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, 29., 2012, Juiz de Fora. *Anais* [...]. p. 11-27. Disponível em: http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-da-Semana-de-Hist%C3%B3ria-20122.pdf. Acesso em: 01 mai. 2018.

DOURADO, Bruna Iglezias Mota. *Imigração portuguesa e comércio no recife*. Recife: 2014. Site da Organização de Estudos Oitocentistas. Disponível em www.seo.org.br. Acesso em: 01 mai. 2018.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança:* a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. Campinas: Paz e Terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*: Formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. E-book.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo.* São Paulo: Edusp, 2009.

FERRAZ, Paula R. *A Primeira Lei dos Círculos:* debates parlamentares e experiência eleitoral no Brasil no segundo reinado. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

FERREIRA, Edgardo Pires. *A Mística do Parentesco*: uma genealogia inacabada: a teia do parentesco em Pernambuco. v. 6. Guarulhos: ABC Editorial, 2011.

FGV - Fundação Getúlio Vargas. Site do CPDOC da FGV. Disponível em http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-pernambuco. Acesso em 15 abr. 2017.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FLEIUSS, Max. Notas do imperador ao livro do conselheiro Tito Franco de Almeida sobre o conselheiro Francisco José Furtado. *In:* Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – RIHGB. Rio de Janeiro, 1914. T. 77, v. 129, p. 245-289.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FRAGA, Alessandra B F; MARTINS, Thais C. *O hábitus e o hábito de d. Pedro II*: novos olhares sobre os diários do imperador. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife velho.* Rio de Janeiro: Record, 1987.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topooks, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Vida Social no Brasil nos Meados do século XIX*. São Paulo: Global, 2013. E-book.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASPAR, Lúcia. *Companhia do Beberibe*. In: Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2010. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/ pesquisaescolar. Acesso em: 02 mai. 2018.

GASPAR, Lúcia. *Ruas do Recife*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2007. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/ pesquisaescolar/. Acesso em: 07 set. 2019.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. Construindo Uma Coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857 - 1862). In: Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T realizado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2016. Acesso em 02, jul. 2019.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Imperador Itinerante.* Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1978.

GOUVÊA, Fernando da Cruz. *O Partido Liberal no Império*: O Barão de Vila Bela e sua época. Brasília: Senado Federal, 1986.

GUERRA, Flavio. *O Recife e o Conde da Boa Vista:* um tempo do recife. Recife: Universitária, 1978.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos:* O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, FGV. 1988. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/275. Acesso em: 21 set. 2019

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil.* Recife: Massangana, 2002.

LAGO, Pedro Corrêa do.; LAGO, Bia Corrêa do. *Coleção Princesa Isabel:* fotografia do século XIX. Rio de Janeiro: Capivara, 2013.

LYRA, Heitor. *História de D. Pedro II:* Ascenção 1825 – 1870. São Paulo: Edusp, 1977.

MELLO, Felix Cavalcanti de Albuquerque. *Memórias de um Cavalcanti.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. (Brasiliana, 196). Disponível em http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/89/memorias-de-um-cavalcanti-1821-1901. Acesso em: 01 mai. 2018.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Estudos Pernambucanos:* crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco. 2ª ed. Recife: FUNDARPE: Diretoria de Assuntos Culturais, 1986. (Pernambucana 2ª Fase).

MENEZES, José Luiz da Mota. *Palácio do Campo das Princesas*. 2. ed. Recife: Pool Editorial, 1986.

NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. 2 v.

NASCIMENTO, Luís do. *História da Imprensa de Pernambuco:* 1821-1854. v. 2. Recife: Universitária - UFPE, 1966.

NEEDELL, Jeffrey D. *Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação 1831-1857*. São Paulo: Almanack Braziliense Vol. 10, pp. 5-22, 2009.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Eleições no Brasil:* do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Paulo Santos de. *A restauração pernambucana*. Recife: Associação Centro Vivo, 2014. (Pernambuco Libertário).

PAULA, João Antônio de. *O Processo Econômico*. In: CARVALHO, José Murilo (Org,). A Construção Nacional 1830-1889. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223

PEREIRA, Nilo de Oliveira. O Recife e a Faculdade de Direito. In: *Um tempo do Recife*. Recife: Universitária, 1978, p. 23 a 37.

PONCIONI, Claudia. *O Brasil visto por Louis Léger Vauthier* (Pernambuco, 1840-1846) – Diário e cartas. In: Revistas Científicas PUCRS, Porto Alegre, v. 3, jul-dez, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

QUINTAS, Amaro. *O sentido social da Revolução Praieira.* Rio de Janeiro: Atlântica, 2004. (Brasilis)

ROSAS, Suzana Cavani. A Eleição dos Tamanduás: Pernambuco e a Lei dos Círculos de 1855. *In: Série História do Nordeste Recife*. v. 1, nº 14, Universidade Federal de Alagoas, 1998. p. 119-145.

ROSAS, Suzana Cavani. *Ação, Reação e Transação:* A Sociedade Liberal Pernambucana (1851-1861). In: Clio Revista de Pesquisas Históricas Departamento de História - UFPE, Recife, v. 17, 1998. ISSN: 2525-5649.

ROSAS, Suzana Cavani. *Um líder conservador no império:* atuação política e redes de sociabilidade do Visconde de Camaragibe, em Pernambuco e na corte, entre as décadas de 1850-1860. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH. Natal, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. 2. ed. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil*: Uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lendo e agenciando imagens*: o rei, a natureza e seus belos naturais. Revista Enfoques: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. - p. 392 a 341.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em Procissão*: ritos e símbolos do segundo reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. E-book.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *Discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca*: análise da palavra república a partir da trajetória do jornal O Repúblico (1830-1837). In Anais do XXV Simpósio Nacional de História - ANPUH. Fortaleza, 2009

SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal, 3)

SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema Eleitoral no Império.* Brasília: Senado Federal, 1979.

STRIEDER, INÁCIO. *Antônio Pedro de Figueiredo: um filósofo para além de seu tempo* – (1822 – 1859). Recife: 2010. Disponível em https://www.recantodasletras.com.br /artigos/1808214. Acesso em: 10 mai. 2018.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Colonial:* 1500-1808. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*: 1822-1889. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VASCONCELLOS, Barão de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne, Suíça: La Concorde, 1918. Disponível em http://www.ihgi.org/426781315. Acesso em 24 mai. 2019.

VIANNA, Hélio. *D. Pedro I e D. Pedro II:* acréscimos às suas biografias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. Disponível em https://bdor.sibi.ufrj.br/

bitstream/doc/378/1/330%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf. Acesso em 06 jul. 2019.

WANDERLEY, Andrea. Brasiliana Fotográfica disponível em http://brasilianafotografica. bn.br/?p=6150. Acesso em: 30 out. 2016.

Teses, Dissertações e TCCs

ALBUQUERQUE NETO, Flávio de Sá Cavalcante de. *A reforma prisional no Recife oitocentista:* da Cadeia à Casa de Detenção (1830-1874). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei:* Pedro de Araújo Lima e a Governança do Brasil no século XIX. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CADENA, Paulo Henrique Fontes. *Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado:* trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801-1844). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

COSTA, Ana Cristina Bezerra. *Viagem de D. Pedro II à Província de Pernambuco em 1859:* fortalecimento da imagem do imperador e do poder monárquico. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História do Nordeste) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017.

DOURADO, Bruna Iglezias Mota. *Comércio de grosso trato e interesses mercantis no Recife, Pernambuco (c. 1837 – c. 1871):* a trajetória do negociante João Pinto de Lemos. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2015.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império:* Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de Conciliação no Brasil monárquico (1842-1856). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERRAZ, Paula R. *O Gabinete da Conciliação:* atores, ideias e discursos (1848-1857). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2013.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O império Revisitado:* Instabilidade Ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOMES, Amanda Barlavento. *A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no Império do Brasil (1820 – 1855).* Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865.* Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCKENBACH, Paulo André. *As viagens de D. Pedro II à Província de São Pedro - 1845 e 1865.* Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo-RS, 2013.

ROSAS, Suzana Cavani. *Os Emperrados e os Ligueiros:* a história da conciliação em Pernambuco, 1849-1857). Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SABA, Roberto Nicolas Puzzo Ferreira. *As Vozes da Nação:* a atividade peticionária e a política do início do Segundo Reinado. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.